

O PRÍNCIPE

Maquiavel

Considerado por muitos uma apologia imoral da força, da astúcia, da traição e do assassinio promovidos a razões de Estado, *O Príncipe* tornou-se um dos livros mais célebres de todos os tempos, fazendo inclusive com que o nome de seu autor se perpetuasse num substantivo e num adjetivo de largo uso: “maquiavelismo” e “maquiavélico”. É bem de ver, porém, que as diatribes lançadas contra Maquiavel resultam quase sempre de ignorância ou deliberado esquecimento das razões que o levaram a escrever *O Príncipe* e das condições reinantes na Itália à altura em que o escreveu. Vazado num estilo de admirável clareza e economia, este pequeno tratado político “é um manual de ação escrito em intenção do homem que” deveria “salvar a Itália dos ‘bárbaros’ e unificá-la”. Além disso, as “coisas que Maquiavel diz no seu livro não são originais senão na crueza com que vêm à tona num tempo em que, a par das brutalidades da guerra, se cogita do gentil-homem perfeito”. “Não são novas as lições dadas ao príncipe; e a sua teoria é a teoria do bom senso realístico”.

As citações acima pertencem ao estudo crítico acerca do pensamento e da época de Maquiavel que Antonio D’Elia escreveu para esta sua criteriosa tradução de *O Príncipe* e que completou com numerosas notas de esclarecimento do texto, tornando-a de particular utilidade para estudantes de Política, Sociologia, Economia e Administração.

O príncipe



00000152370

EDITORA CULTRIX

ISBN 85-



9 78853

Maquiavel

O PRÍNCIPE

321.6
M2970
RG: 152

Ex.: 1

Maquiavel

O PRÍNCIPE



Cultrix

MAQUIAVEL

O PRÍNCIPE

Tradução, introdução e notas

de

ANTONIO D'ELIA



EDITORA CULTRIX
São Paulo

Título original: *Il Principe*.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machiavelli, Niccolò, 1469-1527.

O Príncipe / Maquiavel ; tradução, introdução
e notas de Antonio D'Elia. -- São Paulo : Cultrix,
2006.

Título original: *Il Principe*
17ª reimpr.
ISBN 85-316-0318-8

1. Política I. D'Elia, Antonio. II. Título.

06-3996

CDD-320

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política 320
2. Política 320

O primeiro número à esquerda indica a edição, ou reedição, desta obra. A primeira dezena à
direita indica o ano em que esta edição, ou reedição foi publicada.

Edição	Ano
17-18-19-20-21-22-23	06-07-08-09-10-11-12

Direitos reservados
EDITORA PENSAMENTO-CULTRIX LTDA.
Rua Dr. Mário Vicente, 368 – 04270-000 – São Paulo, SP
Fone: 6166-9000 – Fax: 6166-9008
E-mail: pensamento@cultrix.com.br
<http://www.pensamento-cultrix.com.br>

Impresso em nossas oficinas gráficas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Tão grande nome nenhum elogio alcança	7
O “Cinquecento”	7
Doutrina e expressão literária	11
A arquitetura de “O príncipe”	14
Um canto se eleva sobre a pedra e o ferro	19
Vida, obra, paixão e morte	22
Sobre esta tradução, rapidamente	30

O PRÍNCIPE

Niccolò Machiavelli ao Magnífico Lorenzo de Medici	33
I De quantas espécies são os principados e de quantos modos são conquistados	37
II Dos principados hereditários	39
III Dos principados mistos	41
IV Por que o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou, depois da morte deste, contra os seus sucessores	51
V De como governar cidades ou principados que, ante- riormente à ocupação, se regiam por leis próprias	55
VI Dos principados novos que são conquistados mercê de armas próprias e valor	57
VII Dos principados novos que se conquistam mercê das armas e boa sorte alheias	61
VIII Dos que ascendem ao principado pelo crime	69
IX Do principado civil	75
X Como se devem medir as forças de todos os principados	79
XI Dos principados eclesiásticos	83

XII Das várias espécies de milícias e dos soldados mercenários	87
XIII Das tropas auxiliares, mistas e nacionais	93
XIV Das obrigações do príncipe em relação às tropas	97
XV Das coisas pelas quais os homens, principalmente os príncipes, são louvados ou vituperados	101
XVI Da liberalidade e da parcimônia	103
XVII Da crueldade e da piedade; e se é melhor ser amado do que temido ou o contrário	107
XVIII De que modo devem os príncipes manter a palavra dada	111
XIX De como evitar o ser desprezado e odiado	115
XX Se as fortalezas e muitas outras coisas que os príncipes fazem frequentemente são úteis ou inúteis	125
XXI Como deve conduzir-se um príncipe para ser considerado	131
XXII Dos ministros dos príncipes	135
XXIII De como evitar os adutores	137
XXIV Por que os príncipes da Itália perderam seus Estados	141
XXV Quanto pode a sorte nas coisas humanas e de que modo se lhe resiste	143
XXVI Exortação a que a Itália seja recobrada dos bárbaros e libertada	147
Notas	153

INTRODUÇÃO

TANTO NOMINI NULLUM PAR ELOGIUM *

O século XVI começa negro para a Itália, a Itália política. É o século em que se decide a perda da liberdade daquela terra que Dante chamara de “o jardim do império” e que, por mais de três séculos, iria se transformar em terra de todos e de ninguém: “batida, espoliada, lacerada, invadida”, como disse Maquiavel.

O “Cinquecento”

Esse século negro e vergonhoso para a Itália — o *Cinquecento* — como que nasce prematuramente, em 1494, quando Carlos VIII da França invade a península, feito vanguardeiro dos novos bárbaros e iniciador de um processo de decomposição para a qual iriam concorrer os próprios príncipes italianos e o próprio pontificado, dando ao mundo as lições mais completas tanto da *virtù* maquiavellesca — o engenho e o talento políticos e a presteza na ação, postos a serviço da conquista, manutenção e acréscimo do Estado —, quanto do amoralismo e do imoralismo que movem com força animal e instintiva e inteligente e preconcebida os atos extremos de rapacidade, traição, violência criminosa, luxúria, crueldade inumana, egoísmo e ódio encarniçado.

O exacerbamento da inteligência — o intelecto a se

* TÃO GRANDE NOME NENHUM ELOGIO ALCANÇA

libertar das peias escolásticas que por toda a Idade Média o constrangeram aos deveres para com uma alma imortal que não era dada ao homem senão transitoriamente, de empréstimo, e que por isso ele não podia macular com o diabolismo do livre arbítrio; a redescoberta da Antiguidade com as suas amplas possibilidades de ação plena e desobrigada em relação a uma beatitude conquistada ao preço da negação do humano; o desabrochar quase explosivo de uma concepção artística em que a forma não busca o conformismo ao conteúdo, à essência, ao sopro de Deus, mas se afeiçoa à necessidade de criar do homem, ao seu impulso de fazer, de *poiesis*, aquele mesmo impulso que na “idade do homem” o levava a conformar os deuses à sua imagem e agora o levava a inquirir o porquê realístico e científico das coisas — com Galileu Galilei e o polonês Copérnico —, a ir em busca de um novo mundo — com Colombo — porque o que Deus lhe dera se apequenara e se desparaisara: essa quase súbita colocação do homem diante de si mesmo, entregue todo nu às suas paixões, tornou-o responsável e consciente quanto ao seu destino individual, mas, ao mesmo tempo, fê-lo irresponsável e inconsciente diante de um destino ulterior, de uma destinação mística ou — como se descobriria mais tarde — da espécie.

O fim da Idade Média, na verdade, pelo menos na Itália, já se fazia entrever bem antes nas letras (Boccaccio e Petrarca) e nas artes plásticas (Cimabue, Giotto e quase todos os gigantes biografados por Vasari): o intelecto e a sensibilidade já indicavam e expressavam o encaminhamento para a cogitação do homem diante da situação existencial, diante de uma certa opção entre o misticismo e a *virtù* de se conduzir livremente. Mas é no *Cinquecento* que esta *virtù* é posta no cérebro do homem, arrancada do excogitar ainda tímido dos pré-renascentistas.

Essa conquista de si próprio, entretanto, como que se faz a um custo absurdo. Dir-se-ia que a tudo quanto

de melhor tem eclosão na Itália do *Cinquecento* se contrapõe tudo quanto de pior se produziu — para ela — na Europa e nela mesma. Enquanto a elevam e glorificam os Michelangelo, Leonardo, Botticelli, Rafael, Ticiano, Vasari, Ariosto, Maquiavel, Berni, Guicciardini, Folengo, Tasso, Giordano Bruno, Palestrina e um pouco mesmo um Aretino e um Bembo, espoliam-na, laceram-na, infamam-na os Carlos VIII, Luís XII, Alexandre VI, Júlio II, Fernando, o Católico, Maximiliano I, Carlos V, César Bórgia, os Medici, os Colonna, os Vitelli, os Orsini, os Sforza e todos os heróis rapinantes que foram os *condottieri*. “Desde que decaiu o Império Romano”, diz na sua *Storia d'Italia* Guicciardini, amigo e confrade em historiografia de Maquiavel, “jamais havia a Itália tido prosperidade e governos melhores.” Referia-se à Itália de antes da *calata del Barbaro*, a invasão do nefando Carlos VIII. Referia-se àquela Itália que tinha em Florença um homem de Estado e de letras do porte de Lorenzo, o Magnífico: a Itália *até* Lorenzo. Sua morte, dois anos antes da *calata*, marcou o início do auge do florescimento das artes e da literatura; e de algum modo, com a primeira queda fragorosa dos Medici em Florença, que a seguiu, marcou o desfibramento dos príncipes e das *signorie* das comunas da península.

Esse desfibramento é a causa de a ambição dos “bárbaros” se endereçar à florescente e bela Itália; de a Igreja aspirar ao acrescimento do seu poder temporal. De a França e a Espanha — aquela já um poderoso Estado unido e livre da insídia e autoritarismo dos barões desde meados do século anterior mercê da decisão, da *virtù* do crudelíssimo Luís XI, esta unida e forte em razão do casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela e mais as conquistas de Granada e de Navarra — disputarem entre si a posse das ricas comunas, da *terra ferma* adquirida pela marinheira Veneza, do reino de Nápoles, e cada uma delas (França e Espanha), de *per si* e às vezes unidas, assolarem “o jardim do império”. De os papas Alexandre VI — o facinoroso Rodrigo Lanzol Bórgia, o Bórgia velho — e

Júlio II exerceram a sua rapinagem contra a Romanha, a Lombardia, Veneza. De até mesmo o irresoluto imperador Maximiliano e os suíços, disciplinados soldados de aluguel, secundarem os conquistadores na obra de pilhagem e despedaçamento. E de os próprios príncipes italianos, quando mais fortes um pouco, atirarem-se aos seus vizinhos mais fracos com suas tropas mercenárias comandadas por *condottieri* venais, ou com o auxílio das armas auxiliares — as formadas de homens seus ou de mercenários italianos e de gente fornecida pelas potências invasoras, os “bárbaros”.

A *dolce vita*, a licenciosidade, o ócio, os prazeres refinados proporcionados por uma prosperidade conquistada sem guerras pela burguesia nascente da decadência da nobreza rural e do comércio e da indústria que aproveitava com talento os produtos do campo, esse amolecimento e essa euforia, ao mesmo tempo que propiciavam um florescimento jamais conhecido das artes, destruíam o brio dos italianos, tornavam-nos pusilânimes e acomodados.

Milão, Nápoles, Veneza, Florença e outros Estados são alvo da cobiça dos “bárbaros”. Veneza e Florença defendem-se com mais vigor e por sua vez investem contra outras cidades, aquela por necessidade de conquistar *terra ferma*, esta por querer uma saída para o mar (Pisa-Livorno). Os papas Alexandre VI e Júlio II querem maior poder temporal, o primeiro para seu filho, o terrível César Bórgia; Júlio, mais honesto, só para a própria Igreja; têm digno sucessor em Leão X, da casa Medici, que é entretanto um homem que ameniza a sua ambição e a sua vontade de poder com qualidades superiores de espírito.

A guerra, o assassinio, a pilhagem, as correrias dos mercenários, a “descida” dos *oltramontani*, a espionagem e os conluios, as conspirações e as traições são elementos do quadro cotidiano da Itália no *Cinquecento*. Não obstante, cultivam-se a inteligência e a sensibilidade: fazem-se poesia e história, o gosto pela correspondência e os relatórios diplomáticos é decididamente literário; pinta-se e

faz-se escultura, erguem-se e reparam-se *palazzi* e igrejas de linhas graciosas e ousadas, plantam-se jardins arcádicos, tudo para o deleite mundano. Ri-se, principalmente, até de si próprio, como o burguês Berni ri e faz rir da sua condição de burguês ocioso. Disse De Sanctis na sua *Storia della letteratura italiana*: “Na Itália fazia-se rir. E isso indignava a Alemanha e provocava a Reforma. O primeiro a rir era o papa. Quando um mal se torna tão difundido e é tão comum (...), trata-se de gangrena; não há remédio”.

Doutrina e expressão literária

Esse é, em linhas amplas, o cenário em que se movimenta Maquiavel. Tem vinte e cinco anos quando Carlos VIII invade a Itália e dá o sinal para o início da devastação da península (dois anos antes morria o magnífico Lorenzo, o estadista-poeta da Florença que era o fiel da balança do equilíbrio itálico). Tem vinte e cinco anos quando surge Savonarola — que ele depois chamaria de profeta desarmado e, pois, destinado a ser aniquilado — e entrona Cristo rei de Florença. Morre em 1527, sete anos antes de Florença perder finalmente a sua independência; vive, assim, trinta e três anos num clima de guerra e de intrigas diplomáticas, conhecendo de perto os horrores e as perfídias das campanhas e das manobras de seus bastidores. Seu pensamento, pois, tinha de ser político e realístico, afastado da excogitação metafísica e da consideração mediata. Chanceler na segunda chancelaria e secretário dos Dez de Liberdade e Bailia em Florença, desde a queda dos Medici, que se seguiu à morte de Lorenzo, até 1512, quando eles voltam a dominar, colhe vasto material vivo e, a par, estuda a Antiguidade; e com este acer-

vo de observação e conhecimento, lança-se, no seu retiro de San Casciano, perto de Florença, à edificação do monumento que é *O príncipe*.

O príncipe é um manual de ação escrito em intenção do homem que deverá salvar a Itália dos “bárbaros” e unificá-la. Conciso, vazado num estilo de todo inconforme ao da época, que era o do período largo, da divagação desapressada e do pensamento sacrificado pela aspiração à quase única beleza da forma, esse manual tem a economia e a sobriedade de um documento que hoje ficaria talvez confinado nos arquivos secretos das instruções para bem se manobrar na consecução e na manutenção do poder. Maquiavel era, porém, sobretudo um literato; o “idioma florentino”, que pareceria menos dúctil que o “italiano curial” que Dante, ressentido de Florença, pretendia ser o seu — o italiano das cortes e, portanto, o das intrigas e conchavos —, esse idioma se fazia plástico em mãos do secretário florentino, conformava-se soberanamente à expressão do seu pensamento poderosamente límpido... e brutal. Quase despojada de imagens e metáforas, quase falta das alegorias em que se compraziam ainda os renascentistas, não libertos de todo do pesado simbolismo medieval, sua expressão tem o ritmo e a grandeza das inscrições lapidares e a concisão da máxima.

Não fora, é de crer, o valor literário desse documento de instrução e exortação no sentido da libertação e da unificação italianas e com endereço expresso a quem devia promovê-las (a casa Medici), e teria ficado como um testemunho histórico de um momento conturbado e precisado de remédios heróicos e torpes. E isso não obstante a necessidade que os italianos dele teriam durante três séculos, não obstante o fato de Maquiavel haver, com ele, incutido no coração itálico a idéia de pátria e patriotismo, a ponto de fazer com que De Sanctis, na sua *Storia*, exclamasse com arroubo romântico quando chegava ao fim do capítulo “Machiavelli”: “No momento em que escrevo, os

sinos tanger por toda parte, anunciando a entrada dos italianos em Roma. Desaba o poder temporal. E grita-se ‘viva!’ à unidade da Itália. Glória a Maquiavel!” O pensamento do secretário pôde cristalizar-se mercê da sua expressão artística; e pôde, por isso, superar a onda de condenação e as apóstrofes que caíram sobre o maquiavelismo: as que lembrou Foscolo no seu *Commentario critico degli scritti e della fama di Machiavelli*, tratando da hostilidade universal de católicos e protestantes contra ele, com o cardeal Reginaldo Polo à frente, a denunciar que *O príncipe* se destinava à ruína dos príncipes; as de Tommaso Bozios nos seus dois livros *adversus Machiavellum* (os homens tornar-se-ão feras); as dos jesuítas — apesar de adotarem a máxima maquiavélica de “os fins justificam os meios”; as de Gian Lorenzo Lucchesini, com o seu *Saggio delle schiocchezze di Niccolò Machiavelli*; e as de tantos outros; e pôde superar, inclusive, a infâmia da inscrição no *Index*.

Dessa onda de condenação e dessas apóstrofes que, *grosso modo*, alcançaram o século XVII, *O príncipe* emerge por assim dizer purificado. Para além da suposta imoralidade ou amoralidade dos seus princípios baseados na força, na astúcia, na traição, no assassinio (na razão de Estado, dir-se-á depois), há a necessidade de uma harmonia moral: na verdade, a força não é arma da paixão individual, mas do Estado — e o Estado se destina a assegurar o bem universal; contra a deslealdade e o crime, não é possível contrapor senão a deslealdade e o crime do príncipe, ou seja: contra a violência e a fraude nascidas da paixão individual, deve ser lançado o recurso (defensivo) do poder conferido ao príncipe em virtude de um “contrato” implícito com a comunidade que ele defende. Ademais e acima de tudo, urgia libertar a Itália dos “bárbaros”, para os quais os tratados eram letra morta e a palavra jurada valia enquanto não sobreviessem razões mais fortes do que as que as fizeram serem pronunciadas (veja-se como Francisco I, preso pelo imperador Carlos V na batalha de Pavia, foi limpamente desobrigado pelo papa

Clemente da palavra que dera ao seu captor de nada mais intentar contra ele — desobrigação subordinada à condição de o rei francês libertar o reino de Nápoles e restabelecer Francesco Sforza em Milão).

As coisas que Maquiavel diz no seu livro não são originais senão na crueza com que vêm à tona num tempo em que, a par das brutalidades da guerra, se cogita do gentil-homem perfeito, do cortesão, do *cortegiano* amável e letrado, fino e sensível, embora *bellicoso*, do qual Castiglione faria a apologia dez ou doze anos depois de escrito o manual do *quondam* secretário. Não são novas as lições dadas ao príncipe; e a sua teoria é a teoria do bom senso realístico. Mas o vigor, a precisão, a oportunidade de cada máxima, o ritmo da prosa enxuta e sem adorno, a justeza de cada exemplo e a colocação no seu exato lugar de cada *verità effettuale* maquiavélica, isso tudo, de per si e em conjunto, dá o estilo de Maquiavel e, pois, confere ao pequeno livro a autenticidade da beleza artística. Ao lado da *verità effettuale* e da teoria política irresponsável, estão, a mantê-las e a fazê-las vivas e palpitantes de interesse, a precisão e a clareza do escritor que alcançou o ideal da forma simples de quem fala... simplesmente bem.

A arquitetura de "O príncipe"

Toda a vida de Maquiavel transcorre em clima de guerra. Segundo chanceler, secretário dos Dez de Liberdade e Bailia, é ele enviado em missões a França, à Suíça, à Alemanha, e, na Itália, mantém entendimentos com o chefe da Igreja, com César Bórgia, com Caterina Sforza, senhora de Forlì. Não são missões revestidas de poderes

de decidir, pois o secretário não é um embaixador, mas apenas um funcionário — graduado, sim —, no fundo encarregado de obter informações, de interpretar — com a argúcia e a experiência que todos lhe reconhecem, inclusive e principalmente o seu chefe, o gonfaloneiro Piero Soderini — as coisas que vê e ouve e lhe mostram e dizem nas cortes dos eventuais aliados ou inimigos virtuais de Florença. Não é bem um diplomata e não é bem um espião: é um decantador de informações e um tradutor de pensamentos, misteres espinhosos em tempos em que se vendem informações forjadas e é preciso traduzir um "sim" por um "não" e um "talvez" por um "decerto".

A par destas missões, nas quais disseca os príncipes e as suas cortes, Maquiavel se entrega ao estudo da arte militar e da organização da milícia própria — o exército não mercenário ou auxiliar, isto é, não constituído de forças mercenárias e forças cedidas por Estados aliados — e escreve um *Discorso sopra l'ordinanza e milizia fiorentina*, com o qual consegue a criação da milícia de Florença superintendida por um grupo de magistrados — os Nove da Milícia — do qual é feito secretário. Milícia que em 1512, em Prato, prova a sua ineficácia.

Nestas atividades vai Maquiavel colhendo material farto para a elaboração da sua teoria política. E já em 1503, dez anos antes do exílio em San Casciano, do qual sairia *O príncipe*, escreve ele uma memória na qual estão em germe as idéias centrais da sua doutrina: *Parole da dirle sopra la provisione del danaio*. Destas *Parole* se ergue a espinha dorsal de *O príncipe*: o mal da cidade sem armas que confia nas dos outros Estados, a necessidade de ter exército nacional para defender-se dos inimigos e de considerar inimigos todos os que podem esperar tomar o Estado do príncipe desarmado.

O príncipe — diz ele, então já no seu grande livro — deve armar-se, porque todos os profetas armados venceram. "Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam podido

fazer obedecer por longo tempo suas constituições, se estivessem desarmados, como em nosso tempo aconteceu a frei Girolamo Savonerola.” São as armas e mais as leis os alicerces de todo Estado: “não pode haver boas leis onde não haja boas armas”.

Mas as armas do príncipe não de ser as suas próprias, não as alugadas ou as dos aliados. A Itália é um campo de batalha porque confiou nas tropas mercenárias, e estas são ou ineficazes ou perigosas: “Os capitães mercenários ou são excelentes militares ou não o são. Se o são, não podes fiar-te deles, pois aspirarão sempre ao engrandecimento próprio, ora hostilizando-te a ti, que és seu amo, ora hostilizando outros que não tens intenção de molestar; mas, se não tem valor, o capitão via de regra te arruinará”. As tropas auxiliares são “quase sempre danosas, porque te aniquilas se perdes, e ficas à mercê delas se vences”.

O príncipe, pois, deve ser forte e basear sua força nas tropas próprias. Com elas deve conquistar, manter e defender o seu Estado. A conquista, a manutenção e a defesa do Estado exigem, no entanto, não apenas as *virtù* do comandante — que vão desde o saber conduzir os exércitos em campanha até o saber tratar os soldados, com magnanimidade ou equilibrado vigor, segundo as circunstâncias —, como a sabedoria do chefe de Estado. Vê-se, assim, que alguns príncipes “são tidos como liberais e alguns, como miseráveis; alguns são tidos como pródigos e alguns, como rapaces; alguns, como cruéis, alguns, como piedosos; alguns, perjuros, outros, fiéis; alguns, efeminados e pusilânimes, outros, ferozes e animosos; alguns, humanos, outros, soberbos; alguns, lascivos, outros, castos; alguns, íntegros, outros, astuciosos; alguns, rudes, outros, afáveis; alguns graves, outros, levianos; alguns, religiosos, outros, ímpios; e assim por diante”. Seria coisa muito de louvar “encontrar-se num príncipe, das qualidades acima enumeradas, as que são tidas como boas. Como, porém, não é possível possuí-las nem evitá-las inteiramente, dada

a natureza da condição humana, que o não consente, é necessário ao príncipe ser tão prudente, que possa fugir aos vícios que lhe fariam perder o governo e acautelar-se, se possível, quanto aos que não oferecem tal perigo. Não conseguindo, entretanto, fazer isso, pode, sem atormentar-se, deixar que as coisas sigam o seu curso. Não se importe o príncipe, ainda, de incorrer na infâmia daqueles vícios sem os quais dificilmente possa salvar o Estado. E é que, se se considera bem tudo, pode-se dar com algo que parecerá virtude e que, praticado, conduzirá à ruína; ou com outra coisa qualquer que parecerá vício e que, praticada, proporcionará a segurança e o bem-estar do príncipe”. Será bom sempre que possível e fará com que o estimes; mas, não sendo possível, será cruel e praticará o mal. Deve, porém, evitar o ódio com o não praticar o mal desnecessário, como, por exemplo, tomar os bens e as mulheres dos outros, “eis que os homens esquecem-se mais depressa da morte do próprio pai que da perda do patrimônio”; e o príncipe pode ordenar as execuções sem receio, desde que não lhe falte — e nunca falta — o pretexto conveniente. E é preferível ser temido a desconsiderado, pois o mal, no terreno político, não é mal, mas — como qualquer outro — é meio de alcançar um fim: a segurança do príncipe e, portanto, a segurança do Estado e, em última instância, a dos súditos.

A política não cabe nos quadros dos juízos morais; pelo menos enquanto no jogo entram os meios, não os fins. Por isso, se se louvam as conquistas de Aníbal, é falta de coerência acusá-lo de crueldade nas ações que o levaram a elas. São pouco judiciosos os historiadores que “por um lado admiram as suas ações e, por outro, entretanto, reprovam a principal causa delas”. César Bórgia (o modelo do príncipe para Maquiavel) foi cruel, falso, violento; mas teria dominado toda a Itália se não morresse seu pai, o papa Alexandre VI, quando ele havia apenas começado as suas conquistas e se muito da sua *virtù* (a astúcia, a fraude, a dissimulação) não o abandonasse

quando da eleição do novo papa e ele mesmo não estivesse gravemente doente*.

E o príncipe há de saber usar duas maneiras de lutar: uma, mediante a lei, outra, mediante a força. Aqui Maquiavel usa a metáfora da raposa e do leão: a raposa não pode defender-se do lobo, o leão não sabe defender-se das armadilhas. É preciso, pois, ser leão e raposa.

O princípio do príncipe armado com exército próprio constitui a coluna vertebral da doutrina de Maquiavel. As armas fazem as boas leis, as boas leis asseguram a tranquilidade do principado porque garantem o pequeno contra a prepotência do grande. A armação interna da doutrina é este equilíbrio: o povo não se revolta, os grandes nada intentam contra o príncipe porque o sabem estimado pelo povo; e povo são os muitos, os grandes são os poucos.

Sobre esta estrutura, Maquiavel monta a parte acessória, suntuária do seu edifício. Os exemplos — antigos e modernos — cingem a ossatura sólida com sua precisão quase visual: nossos olhos, de cima a baixo, apreendem o espetáculo das ações e omissões que construíram e destruíram povos e Estados, desde os tempos bíblicos até os dias do *Cinquecento*: conhecemos Saul e Davi, Nábis e Ciro, Pirro e Antíoco, Alexandre e Dario, Hierão de Siracusa e Aníbal, os imperadores romanos, Alberico de Barbiano e Carmagnola, John Hawkwood e Muzio Attendolo Sforza, Fernando, o Católico, e Luís XII, César Bórgia e Ludovico, o Mouro, Alexandre VI e Júlio II, vemos os movimentarem-se em momentos cruciais.

Percorrem essas visões, ligando-as estreitamente, as linhas das *virtù* e dos defeitos — a moral a se tirar de cada quadro: aqui, o defeito que seria desastroso a dar

* César Bórgia é preocupação constante de Maquiavel em *O príncipe*. O capítulo VII, dedicado inteiramente à análise e descrição da *virtù* e dos feitos do terrível Valentino, seria obra-prima de *maquiavelismo* — no seu sentido pejorativo —, não fosse peça de extraordinária precisão analítica, como que realizada sobre uma fria mesa de dissecação.

o êxito; ali, a *virtù* que seria ideal a levar ao desastre; acolá, o equilíbrio de *virtù* e defeitos a operarem bem; além, a operarem mal. E ao longo dessas linhas a explicação clara e irreplicável, às vezes num tom sereno e dogmático, de outras — muitas — num tom no qual os simples de espírito viram ironia e cinismo.

Por fim, como a indicar a funcionalidade do edifício, as portas e as janelas das divisões, nunca estanques, correspondendo-se por corredores sem solução de continuidade. Divisões de seca e estrita sabedoria, onde a matéria está cuidadosamente etiquetada: as espécies dos principados, as formas de conquistá-los; os principados hereditários, mistos e novos; como conservar domínios; a conquista com tropas próprias, mistas, mercenárias e auxiliares; os principados civis e eclesiásticos; as razões do louvor e do vitupério aos príncipes; os ministros; os adutores; a sorte (o destino) e como enfrentá-la. Uma enciclopédia rica e variada, sem o adorno vão feito para a leitura deleitosa, mas dotada do interesse doutrinário e fundada no gosto artístico da construção sóbria do período: para ler no vão de uma janela enquanto os cortesãos jogam os seus jogos de espírito; ou à luz de uma candeia da tenda de acampamento às vésperas de uma conquista. Para que o príncipe, como diz o arquiteto na dedicatória ao filho de Piero de Medici, tenha a faculdade de poder, “em brevíssimo tempo, aprender tudo o que, em tantos anos e com tantos incômodos e perigos”, aprendeu o conselheiro.

Um canto se eleva sobre
a pedra e o ferro

Há, em *O príncipe*, uma rígida unidade de forma e assunto. Ela é obtida por uma fiscalização atenta do autor

sobre todo o material de que dispõe, que é imenso e diverso e poderia tanto estender-se em discurso retórico e perder pontos de apoio e de contato, como fazer alterar-se o ritmo da exposição doutrinária. Por exemplo, a justaposição da narrativa com caráter de exemplo à argumentação teórica e, ao mesmo tempo, a ligação de fatos antigos e presentes é obra de mosaicista consumado. Veja-se o que vem no capítulo VIII, no qual se trata do alcançar-se o principado pelo crime. Ali, a par de regar-se o... — digamos — crime de Estado, narram-se os sucessos de duas vidas celebradas, as de Agátocles da Sicília e Oliverotto de Fermo. O leitor não sente a transição entre passado e presente, entre o tom argumentativo e o tom exemplificativo, tão bem ajustadas estão as peças da exposição.

Maquiavel consegue tal perfeição de ajustamento principalmente por colocar fatos e argumentação em perspectiva e por focá-los com frieza, a distância, mesmo quando está dentro dos fatos, *verbi gratia* quando conversa com as suas personagens, César Bórgia, Luís XII, o cardeal d'Amboise. O escritor separa-se do secretário em missão; vê-o não ao espelho, mas projetado além da possibilidade de fundir-se com ele, de alterar-lhe uma linha sequer da fisionomia pelo impulso retórico. Em *O príncipe* não encontra o leitor aqueles recursos acomodatórios de que fala o historiador também quinhentista Scipione Ammirato quando comenta as *Istorie fiorentine* de Maquiavel e, tratando de alterações de datas, nomes e fatos feitos nessa obra, aventa: "(...) talvez porque, assim fazendo, o escrever lhe saísse mais belo e mais seco, o que não teria conseguido se aos tempos e aos fatos houvesse obedecido, como se as coisas ao estilo, e não o estilo às coisas, se tivessem de acomodar".

Francesco Flora, na sua *Storia della letteratura italiana*, depois de comentar os vinte e cinco capítulos doutrinários de *O príncipe*, desenvolvidos "em períodos que são de pedra e ferro", diz que o fecho do livro, o capítulo XXVI, a exortação a que se livre a Itália dos bárbaros,

"se eleva (sobre aquele jogo de violências, de fraude, de *virtù animalescas*) como um canto".

Quebra-se aqui a férrea unidade do livro.

"A teoria de *O príncipe*", continua Flora, "tão limpidamente objetiva e técnica, descobre as suas origens passionais. A verdadeira motivação dessa obra, a contínua preocupação do espírito de Maquiavel, era a pátria."

O patriota põe a descoberto a razão de ser do trabalho do doutrinador político. O conselheiro frio e cínico, realístico e cruel, cede lugar ao sentimental que implora ao príncipe que se faça o libertador do "jardim do império" transformado em campo de batalha.

Este capítulo de tom trágico e patético como que sai inteiro do coração de Maquiavel, a querer limitar a obra na estreiteza do tempo e da circunstância. Ela é feita para o príncipe prudente e valoroso capaz de na Itália "introduzir forma de governo que conferisse honrarias a ele e beneficiasse a todos".

O príncipe é para o presente, o presente da Itália, que precisa de um redentor. E Maquiavel insiste na necessidade desse redentor, encerrando a sua apaixonada exortação com estas palavras dramáticas: "Não tenho palavras para dizer com quanto amor seria ele recebido em todas aquelas províncias que sofreram a invasão estrangeira; com que sede de vingança, com que fé obstinada, com que piedade, com que lágrimas. Que portas se cerrariam diante dele? que povos lhe negariam obediência? que inveja se lhe oporia? que italiano lhe negaria reverência?"

Mas o pequeno manual, que talvez se houvesse transformado em pó sem sair do próprio manuscrito se a Itália houvesse encontrado logo *uno suo redentore* e não sido condenada a três séculos de espera, superou tempo e circunstância. E em três séculos aquele último capítulo seu requeimou a alma dos italianos com o fogo da esperança dramática, até o momento em que De Sanctis ouviu o tanger dos sinos e disse: "Viva Maquiavel!"

Vida, obra, paixão,
pobreza e morte

Num túmulo de linhas sóbrias que, na Igreja de Santa Croce, em Florença, está ao lado daquele do portentoso Michelangelo, há uma lápide com esta inscrição:

TANTO NOMINI NULLUM PAR ELOGIUM
NICOLAUS MACHIAVELLI
OBIIT ANNO A.P.V. MDXXVII

Quase quatro séculos e meio nos separam do momento em que, pobre, mal conhecido de seus contemporâneos, Maquiavel descia ao túmulo. E nesses quatro séculos e meio, à medida que cresceram os louvores à sua obra-prima de doutrina política e de estilo literário, cresceu o seu renome. Nem mesmo os ferozes ataques à sua teoria realística conseguiram, em algum momento, que seu nome, ao peso do “ismo” que, a conceituar a impiedade e a crueldade da razão de Estado, dele se originou, descesse um pouco e pudesse ser alcançado pelo louvor; continuou verdadeira a inscrição do túmulo modesto: *Tanto nomini*. . . Nome que se prestou a ditinhos sardônicos de seus desafetos, pois vinha de *mal chiavelli* — maus pregos. Que não era dourado por superior nobreza mas não vinha de plebeus. Nem, em 3 de maio de 1496, quando, em Florença, veio à luz o futuro secretário, distinguia família rica, a se louvar a gente no que disse ele em carta ao seu grande amigo Francesco Vettori: “nasci pobre, e aprendi a sofrer miséria antes de conhecer os gozos da vida”.

Foram seus pais Bernardo, um advogado, e Bartolomea Nelli, senhora de algumas letras, havendo indícios de que tenha escrito uns poucos poemas religiosos. Bernardo e Bartolomea tiveram quatro filhos: Niccolò, Toto, Primavera e Margherita.

Pouco se sabe o que fez na juventude, antes dos vinte e cinco anos; pouco antes de 1494 vamos encontrá-lo como copista de Marcello Adriani, professor de literatura grega e latina. Neste ano marcante para a Itália e extraordinário para Florença em particular, dá-se a invasão de Carlos VIII, que provocou a fuga de Piero, filho de Lorenzo de Medici, e a instituição de uma constituição liberal republicana na orgulhosa cidade, por instigação de Savonarola (de quem Niccolò diria, em 1498, quando o frade era excomungado por Alexandre VI: “Ele age de acordo com o momento e dá às suas mentiras a cor que se conforme com a oportunidade”); e neste ano começa a carreira pública do futuro doutrinador político. É secretário da segunda chancelaria da república florentina, depois, em 1498, passa a secretário dos Dez de Liberdade e Baillia. Neste posto se manteve durante catorze anos, ou seja, até 1512, quando os Medici retornam ao poder, retiram-lhe as funções e decretam sua saída de Florença por um ano. Logo depois, incriminado na conspiração do jovem Boscoli (ao que tudo indica coisa construída no ar), foi preso e torturado; mas nada se apurou contra ele, e, posto em liberdade, retirou-se com a família para uma propriedade modesta em Albergaccio, junto a San Casciano, não longe da sua cidade natal. Ali, em 1513, pobre, sem os proventos das suas funções de secretário, começou a escrever *O príncipe*, com um entusiasmo — e um desespero, diria, diante da situação da Itália e da sua própria — que o levou a deixar de lado a redação dos seus *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, que havia iniciado*.

Nas funções de secretário dos Dez, recebeu vários encargos para missões junto ao papa, ao imperador Maximiliano, a César Bórgia, a Caterina Sforza, condessa de Forlì, e ao rei Luís XII.

Nesse período de suas funções públicas, escreveu a

* Sobre esta interrupção dos *Discorsi* veja a nota 4 no capítulo II da nossa tradução.

Descrizione del modo tenuto dal duca Valentino nello amazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini, que é um desenvolvimento do relatório que fez à signoria florentina dos sucessos aos quais quase assistiu em Sinigaglia, quando da sua segunda missão junto a César Bórgia, em 1502 (veja capítulo VII de *O Príncipe* e a nossa nota 5 nele); em 1503, as *Parole da dirle sopra la provisione del danaio*, trabalho no qual, como dissemos, está em germe *O príncipe*; em 1504, o primeiro dos *Decennali* (o segundo, incompleto, é talvez de 1509), versos em torno de assuntos políticos, medíocres — aliás, como quase todos os de Maquiavel; — sairiam depois o *Discorso dell'ordinare lo stato di Firenze* e o *Discorso sopra l'ordinanza e milizia fiorentina*, que levaram a signoria a criar a milícia que, como dissemos, se esboroou em Prato.

Depois de começados os *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio** e de redigido *O príncipe*, ou seja, após ter deixado as funções públicas, escreveu: de 1514 a 1517, os *Capitoli*, em *terza rima*; em 1517, o *Asino d'oro*, versos satíricos e humorísticos; de 1514 a 1524, os *Canti carnascialeschi*; em 1520, a famosa *Mandragola*, à qual precede provavelmente outra comédia, *Andria*, e se segue *Clizia*; ainda em 1520 escreveu a *Vita di Castruccio Castracani*. Neste mesmo ano de 20 o governo, finalmente em melhor disposição para com o *quondam* secretário, encomendava-lhe as *Istorie fiorentine*, que ele iniciava em 1521 e apresentava em 1525, terminadas, ao papa Clemente VII. A *Arte della guerra* é de 1521. Desse período é, ainda, o conto *Belfagor arcidiavolo*, único que se conhece de Maquiavel.

Esses trabalhos e outros menores aparecem editados assim: as *Istorie fiorentine*, em 1532, em Veneza, pela editora de Antonio Blado, e em Florença, pela editora de

* Acerca da precedência do início da redação dos *Discorsi* sobre a realização de *O príncipe*, veja nossa nota 4 no capítulo II.

Bernardo Giunta; ainda no mesmo ano e pelas mesmas casas saem *O príncipe*, a *Vita di Castruccio Castracani*, os *Ritratti delle cose di Francia*, os *Ritratti delle cose della Magna*, a *Descrizione del modo tenuto dal duca Valentino nello amazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini*. A *Arte della guerra* saíra em 1521, pela casa Giunta (Florença); a *Mandragola*, em Roma, em 1524; a *Clizia*, em Florença, em 1537; os *Canti carnascialeschi*, numa antologia organizada por Lasca (Anton Francesco Grazzini), editada em Florença em 1539; a breve novela *Belfagor arcidiavolo*, em 1549, em Florença (Giunta) e, conjuntamente, os *Decennali*, o *Asino d'oro* e os *Capitoli* (o primeiro dos *Decennali* fora editado em 1500 com o título *Nicolai Malclavelli florentini compendium rerum decennio in Italia gestarum*).

Deixou Maquiavel, ainda, grande número de trabalhos de pequena extensão, que hoje seriam aproximadamente do gênero de artigos e curtos ensaios para periódicos literários e técnicos, sendo famoso o *Discorso intorno alla nostra lingua*, no qual ficciona um diálogo com Dante acerca do idioma florentino e do *curiale* italiano.

Não se esqueçam as suas cartas, que são modelo de prosa ágil, coloquial e ao mesmo tempo profunda, cheias ora de finura e malícia, ora de carinhosa solicitude, ora de grande preocupação pelo jogo político. É famosa a carta ao amigo Francesco Vettori, de 10 de dezembro de 1513, em que ele lhe fala da sua amada obra-prima. Esta carta é repassada de acentos de melancólica confiança; o coração de Maquiavel abre-se todo para o amigo, mostra-lhe a tristeza do seu retiro, as suas evasões sonhadoras. Há em quase toda ela um fundo de sentida poesia de um espírito que pressente encerradas as suas atividades de estudioso de política, mas que reage e quer ser útil à sua cidade, à Itália. Veja-se, em alguns trechos desta carta, como a sua prosa tem todas as nuances literárias, como alcança expressões que ele não tem em muito da sua poesia

lírca — infelizmente medíocre (são melhores os versos satíricos do *Asino d'oro* e os dos *Canti carnascialeschi*):

“Levanto-me de manhã com o sol e vou a um bosque meu, do qual estou tirando lenha, onde fico durante duas horas a examinar o trabalho do dia anterior e a matar o tempo na companhia daqueles lenhadores (...). Saindo do bosque, encaminho-me a uma fonte e dali até meu *uccellare* *. Levo comigo um livro, um Dante ou um Petrarca, ou um poeta menor, como Tíbulo, Ovídio e parecidos; e leio as suas amorosas paixões e aqueles seus amores e me lembro dos meus e me entrego um pouco ao gozo de tais devaneios. Vou depois até a estrada, para a estalagem, falo com os que passam, peço-lhes novas das suas aldeias, ouço muitas coisas e conheço vários gostos e diversas fantasias dos homens. Chega então a hora do almoço, e com os meus como aquilo que este pobre burgo e o meu parco patrimônio permitem. Tendo almoçado, retorno à estalagem; lá estão o estalajadeiro e ordinariamente um açougueiro, um moleiro, dois forneiros. Com eles me entretenho toda a tarde, a jogar a *cricca*, o trique-traque, e depois disto nascem mil discussões e infinitas trocas de palavras injuriosas (...) que nos fazem ser ouvidos a não menor distância que San Casciano (...).

“Vinda a noite, volto para casa e entro no meu escritório; e na porta dele dispo o meu traje cotidiano, coberto de barro e lama, e visto roupas de cerimônia e corte; e, vestido assim apropriadamente, entro nas antigas cortes dos antigos senhores, onde, por eles acolhido gentilmente, provo aquela comida que é verdadeiramente a única feita para mim; e ali, sem constrangimento, converso com eles e lhes pergunto a razão das suas ações, e eles me respondem em

linguagem humana. Durante quatro horas não experimento tédio algum, esqueço-me de todos os desgostos, não temo a pobreza, não me apavora a morte; entrego-me inteiramente a eles. E pois que Dante diz que não constitui saber o não reter o que se ouviu, anotei o que da conversação com eles capitalizei, e com essas notas compus um opúsculo, *De principatibus*, no qual me aprofundo quanto posso nas cogitações acerca deste assunto, a debater o que é principado, de que espécie são eles, como se conquistam, como se mantêm, por que se perdem. Se alguma vez vos agradastes das minhas fantasias, esta não vos deverá aborrecer; e um príncipe, principalmente um príncipe novo, deverá recebê-la bem, motivo por que eu a dedico a Sua Magnificência Giuliano * (...).

“Discuti com Filippo Casavecchia se devia ou não dedicá-lo a ele; e, em caso positivo, se seria melhor que eu o levasse a ele ou lho mandasse por vosso intermédio. Não dedicar-lho fazia-me temer que ele nem fosse lido por Giuliano (...). Dedicando-lho, eu atenderia à necessidade que me pressiona, pois estou a esgotar-me e não posso continuar deste jeito sem que me veja estigmatizado pela pobreza. Além disso, há o meu desejo de que estes senhores Medici se dignem servir-se de mim, nem que seja para empurrar pedras. E é que, se depois eu não lhes ganhasse o favor, haveria de lamentar-me. E este livro, quando for lido, mostrará que, nos quinze anos em que eu me dediquei ao estudo dos negócios do governo, não dormi nem brinquei; e a todos deveria agradar o servir-se de um homem que, pela observação da vida de outros, adquiriu tanta experiência. Da minha fidelidade não se pode duvidar, pois que, havendo-a

* Lugar reservado à caça de aves.

* Giuliano de Medici morria em 1516, sem que visse *O príncipe*. Maquiavel, então, dedicou-o ao sobrinho dele, Lorenzo (veja nota 1 na dedicatória do livro).

sempre observado, não posso aprender agora a rompê-la: quem foi fiel durante quarenta e três anos, que são os da minha vida, não tem possibilidade de modificar sua natureza; e da fidelidade e bondade minhas é testemunho a minha pobreza”.

Depois de perder a situação de secretário dos Dez, Maquiavel não consegue cair nas boas graças dos Medici senão em 1520; assim mesmo, porém, não lhe conferem posição oficial, atribuem-lhe, só, uma tarefa de erudito: a execução das *Istorie fiorentine*. Não lhe perdoavam a destacada atuação junto ao gonfaloneiro Piero Soderini, do qual, *grosso modo*, fora assim como que um conselheiro oficioso. E — ironia da sorte! — quando, pouco antes de sua morte, caem de novo os Medici, ele está de novo em desgraça... como homem dos Medici!

Nesses anos de ostracismo político mas de grande atividade intelectual, Maquiavel teve momentos de elevado deleite espiritual quando freqüentou os famosos jardins Oricellari, dos Rucellai, onde se reunia a *intelliguentsia* florentina. Ali leu muitos dos seus trabalhos, como a *Arte della guerra*, para um auditório seleta, erudito e sensível. Nesse mesmo período fez algumas viagens, no desempenho de missões que lhe foram confiadas por comerciantes florentinos e que lhe possibilitaram melhorar de alguns milhares de florins a magra receita dos cem que recebia pelo seu trabalho de historiador.

Em vida, o que lhe deu mais renome foi a comédia *Mandragola*. Peça de gosto boccacciano, sátira quase feroz contra o pobre burguês letrado — mas não literato —, quase um Calandrino, e contra a dissolução e cupidez dos clérigos e, em geral, contra a burguesia assentada, esta comédia é uma obra-prima de ritmo cênico, de diálogos vivos e de situações magnificamente engendradas. Sua crueza, sua licenciosidade, seu cinismo desaparecem diante do talento com que é conduzida. É obra que resiste ao

tempo porque tem a eternidade literária a sustentá-la. Maquiavel, por esta comédia (as outras duas são medíocres), é um dramaturgo que se coloca quase no mesmo pé do pensador e do estilista de *O príncipe*.

Maquiavel, se teve o prazer de ouvir os aplausos à sua grande comédia, não experimentou nem vislumbrou a glória com a sua obra-prima, que só se iria editar cinco anos depois da sua morte.

Pobre, triste, tendo mais uma vez visto serem recusados os seus serviços à amada Florença, nela morreu, de complicações do aparelho digestivo, em 21 de junho de 1527.

Parafraseando o famoso trecho da sua exortação do capítulo XXVI de *O príncipe*, no qual diz ele que “para que se pudesse conhecer o valor de um italiano, foi necessário que a Itália ficasse reduzida à situação em que agora se encontra, a saber, que fosse mais escravizada que os hebreus, mais oprimida que os persas, mais dispersados os italianos que os atenienses (...); que fosse batida, espoliada, lacerada; e que houvesse experimentado toda sorte de desastres”, podemos dizer: foi necessário que Maquiavel se visse expulso do seu posto de servidor dedicado da república florentina, que fosse proscrito, preso, torturado; que fosse ameaçado pela miséria no seu retiro de San Casciano e obrigado a implorar o emprego mais modesto junto aos Medici, para que se lançasse desesperadamente à redação de *O príncipe*, obra que não lhe deu nem um pedaço de pão, mas fez de Florença, da Itália, do *Cinquecento* os usufrutuários de uma obra-prima universal de literatura, humanismo e teoria política.

Sobre esta tradução,
rapidamente

Nesta tradução de *O príncipe* valemo-nos do texto que está em *Tutte le opere storiche e letterarie di Niccolò Machiavelli*, edição preparada e comentada por Guido Mazzoni e Mario Casella (Florença, G. Barbera Editore, 1929), os quais reconhecidamente se valeram das edições mais fidedignas e do cotejo de manuscritos e cópias ainda existentes, e comparamo-lo com o texto que Francesco Flora, o insigne historiador literário italiano, acolheu na edição que preparou para Arnoldo Mondadori Editore (1950).

Queremos aqui manifestar a nossa satisfação por termos encontrado na esplêndida tradução que Lívio Xavier fez da obra-prima de Maquiavel, muitas vezes, soluções aproximadas às que demos e que nos haviam parecido... — digamos — ousadas (que é preciso ousar, não raro, no espinhoso ofício de tradutor, exatamente para evitar ser *traditore*). Lívio Xavier, mercê da *virtù* de tradutor, soube bem fugir às insídias do vocábulo *virtù*, com seus significados *cinquecenteschi* e florentinos que a bem dizer lhe dão virtudes de curinga.

Virtù e *fortuna* são vocábulos que espantam os tradutores de *O príncipe* para o português (no Brasil), aquele pelo seu curinguismo, este por um malfadado e irremovível galicismo que vai levando o nosso “fortuna” a abandonar o seu bonito e original significado — *exatamente* o do italiano — para o de “bens”, “riqueza” francês (e em francês *fortune* é, também, o *fortuna* do latim, do italiano, do português, só que nós ficamos com o significado secundário francês); a tal ponto, infelizmente, que tivemos de abandoná-lo, não fossem nos acusar de recorrermos a... italianismos.

Conservamos em latim os títulos dos capítulos, como vêm nas melhores edições italianas. Maquiavel, embora não tivesse escrito em latim nenhuma de suas obras (parece

que o fez, sem intenções *artiste*, na adolescência), como muitos de seus contemporâneos*, conhecia-o bem, e usou-o, além de nos títulos de *O príncipe*, no endereçamento de muitas das suas cartas.

ANTONIO D'ELIA

* Entre os autores de maior importância do Cinquecento, escreveram em latim Ariosto, em parte (*Carmina*), e o historiador Paolo Giovio, ordinariamente (*Historiarum sui temporis libris XLV*, algumas *Vitae* e vários *Elogia*).

NICOLAUS MACLAVELLUS
AD MAGNIFICUM LAURENTIUM MEDICEM *

Costumam, o mais das vezes, os que desejam obter graça junto a um príncipe chegar-se a ele com as coisas que, entre as suas, tenham em maior conta, ou com as quais mais o vejam deleitar-se. Daí ver-se freqüentemente serem eles presenteados com cavalos, armas, tecidos de ouro, pedras preciosas e ornamentos de igual valia, dignos da sua grandeza. Desejando apresentar-me a Vossa Magnificência com algum testemunho da minha vassalagem, não encontrei, entre as coisas do meu cabedal, nem uma que me seja tão cara ou que tanto considere quanto o meu conhecimento dos feitos dos grandes homens, por mim obtido através da longa experiência das coisas modernas e do continuado estudo das antigas; as quais, tendo-as eu com grande diligência excogitado e examinado, resumi agora num pequeno volume, que mando a Vossa Magnificência.

Embora julgue esta obra indigna do vulto de Vossa Magnificência, ainda assim confio em que, em razão da sua benevolência, possa ser aceita, considerado o fato de que por mim não lhe pode ser feito maior oferecimento que o de facultar-lhe conseguir, em brevíssimo tempo, aprender tudo o que, em tantos anos e com tantos incômodos e perigos, vi e aprendi. Esta obra, eu não a ornei nem a enchi de períodos longos ou de palavras empoladas e magnificentes, ou de qualquer outro artifício de arte ou ornamento extrínseco, com os quais muita gente costuma descrever e ornar as suas coisas; porque não quis que artifício algum lhe valesse, mas, sim, que apenas a variedade do

* NICCOLÒ MACHIAVELLI AO MAGNIFICO LORENZO DE MEDICI ¹. — As notas numeradas encontram-se no fim do volume.

assunto e a gravidade do tema a tornassem agradável. Nem quero que se repute presunçoso o fato de um homem de baixa e ínfima condição ousar discorrer sobre os governos dos príncipes e regulá-los; porque, tal como os que desenham paisagens se postam embaixo, na planície, para considerar a natureza das montanhas e dos pontos elevados, e no alto, nas montanhas, para considerar a dos pontos baixos, do mesmo modo, para conhecer bem a natureza dos povos, é necessário ser príncipe, e, para conhecer bem a dos príncipes, é necessário ser homem do povo.

Receba, pois, Vossa Magnificência este pequeno presente com o espírito com que eu o mando. É obra que, diligentemente considerada e lida, lhe dará a conhecer o meu desejo extremo: o de que Vossa Magnificência alcance a grandeza que o destino e as suas qualidades lhe prometem. E se Vossa Magnificência, do ápice, de sua altura, deitar alguma vez os olhos para estes lugares aqui embaixo, verá quão injustamente sofro uma grande e contínua malignidade da sorte.

I

QUOT SINT GENERA PRINCIPATUUM ET QUIBUS MODIS ACQUIRANTUR *

Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm império sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, dos quais os ascendentes do seu senhor foram por longo tempo príncipes, ou novos. Os novos ou são inteiramente novos, como o foi Milão sob Francesco Sforza², ou são membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como o reino de Nápoles, que é do rei da Espanha³. São estes domínios, desta forma conquistados, habitualmente submetidos a um príncipe ou livres; e conquistados ou com armas alheias ou com as próprias, pela boa sorte ou pelo valor.

* DE QUANTAS ESPÉCIES SÃO OS PRINCIPADOS E DE QUANTOS MODOS SÃO CONQUISTADOS

II

DE PRINCIPATIBUS HEREDITARIIS *

Deixarei de discorrer aqui sobre as repúblicas porque já, alhures sobre elas discorri longamente⁴. Dedicar-me-ei somente ao principado, a tecer as urdiduras acima ditas, e tratarei da maneira por que esses principados podem ser governados e mantidos.

Digo, pois, que nos Estados hereditários e afeitos à ascendência do seu príncipe são muito menores as dificuldades de manutenção do que nos novos, porque basta apenas não desprezar as regras dos antepassados e, a par, contemporizar diante dos acontecimentos; de modo que, se tal príncipe possui engenho apenas ordinário, manterá sempre o seu Estado, a não ser que dele o prive força extraordinária e excessiva; e, mesmo que dele seja privado, readquire-o, não importa quanta malignidade possua o usurpador.

Temos, na Itália, o exemplo do duque de Ferrara⁵, o qual não resistiu aos ataques dos venezianos, em 1484, nem aos do papa Júlio⁶, em 1510, por outra razão senão a de ser de antiga estirpe naquele domínio. Isso porque o príncipe de sangue tem menores razões e menor necessidade de ofender, daí resultando que seja mais amado; e se defeitos extraordinários não o fazem odiado, é razoável que seja benquisto por seus súditos. A antiguidade e a continuidade do domínio apagam a lembrança e as causas das inovações, porque as mudanças vão deixando sempre imbricações para a edificação de outras.

* DOS PRINCIPADOS HEREDITÁRIOS

III

DE PRINCIPATIBUS MIXTIS *

As dificuldades, porém, consistem no principado novo. Em primeiro lugar, se não é ele inteiramente novo, e sim membro ajuntado a outro (quando, então, pode-se denominá-lo quase misto), suas variações nascem antes de tudo de uma dificuldade natural, a qual é peculiar a todos os principados novos, a saber, que os homens mudam de bom grado de senhor, acreditando melhorar, esta crença levando-os a tomar armas contra o senhor do momento. E nisso se enganam, e, à custa da própria experiência, constata-se haver piorado. Tal decorre de uma outra necessidade natural e ordinária, a qual faz com que o príncipe necessite sempre *agravar* os homens dos quais se torna o novo senhor, vexando-os com a presença dos homens de armas e outras injúrias peculiares às conquistas. Dessa maneira tens por inimigos todos os que ofendeste ao ocupar um principado, e não podes manter a amizade dos que nele te puseram, por não poderes satisfazê-los da forma que haviam esperado e por não poderes usar contra eles remédios extremos, impedido disso por dever de gratidão, dado que, embora poderosos em armas, sempre necessitamos do favor dos naturais de uma província a fim de dominá-la. Por motivos assim, Luís XII, rei da França, ocupou Milão com rapidez, mas com rapidez a perdeu; e bastaram para retomar-lha, na primeira vez, as próprias forças de Lodovico, dado que aquela gente que lhe havia aberto as portas, vendo-se lograda na sua esperança e nos futuros benefícios que havia suposto, não pôde suportar os inconvenientes do novo domínio⁷.

* DOS PRINCIPADOS MISTOS

É bem verdade que, conquistando-se depois, uma segunda vez, os países rebelados, já será mais difícil perdê-los, porque o senhor, diante da eclosão da rebelião, tem menos escrúpulos em cuidar de sua segurança mediante a punição dos culpados, o esclarecimento das suspeições, o fortificar-se nos pontos mais débeis. Dessa forma, se para que a França perdesse Milão, a primeira vez, bastou um duque Lodovico a movimentar-se na fronteira, já para que a perdesse uma segunda vez foi preciso que tivesse contra si o mundo todo e que os seus exércitos fossem desbaratados ou expulsos da Itália⁸, coisa que se originou das razões atrás mencionadas. Não obstante, foi-lhe subtraído o ducado uma primeira e uma segunda vez.

As razões de caráter geral da primeira foram mencionadas; resta agora falar sobre as da segunda e verificar que remédios poderia ter empregado o rei da França, ou alguém em situação idêntica, para manter a conquista que se frustrou.

Digo, portanto, que esses Estados, que com a conquista se acrescentam a um Estado herdado por quem a fez, são ou de uma mesma província e têm língua idêntica, ou não o são. Quando o são, é muito fácil mantê-los, principalmente quando não estão afeitos a existir com independência; e para firmar com segurança o seu domínio, basta aniquilar a casa do príncipe que sobre eles imperava, porque, em relação ao mais, conservando-se neles as condições antigas e não havendo disparidade de costumes, os homens convivem pacificamente, como se viu acontecer na Borgonha, na Bretanha, na Gasconha e na Normandia, por tanto tempo unidas à França. E embora ocorram algumas diferenças de língua, os costumes desses Estados são semelhantes e eles podem facilmente conviver. Quem os conquistou deve, a fim de conservá-los, ter dois propósitos: um, que se extinga a casa do seu antigo príncipe; outro, que não se alterem nem suas leis nem seus tributos. Dessa maneira, o Estado conquistado e o heredi-

tário transformam-se em brevíssimo tempo num corpo único.

Quando, porém, se conquistam Estados em províncias de língua, costumes e organização diferentes, depa-ram-se as dificuldades; e neste caso são necessários o favor da sorte e a posse de grande habilidade para mantê-los. E, então, uma das melhores e mais eficazes medidas seria que o príncipe que os conquista fosse habitá-los. Isso tornaria mais segura e mais duradoura a possessão, e assim fez o sultão em relação à Grécia: não fosse ele ali viver⁹, não obstante todas as demais medidas tomadas a fim de manter aquele Estado, não o teria ele conservado. E é que, neles estando, vês nascer as perturbações e desde logo podes atalhá-las, ao passo que, não estando ali, delas só há notícia quando já se agravaram e não se lhes pode mais dar remédio. Além disso, a província conquistada não será espoliada pelos teus oficiais; os seus habitantes encontrarão conforto em poder recorrer ao príncipe, e do fato resulta terem eles mais razões de prezá-lo quando se dispõem a ser bons, e de temê-lo quando se propõem portarem-se diferentemente. Os que do exterior pretendessem assaltar aquele Estado seriam contidos por maior respeito. Vivendo, pois, nos Estados conquistados, só pode o príncipe perdê-los com enorme dificuldade.

A outra melhor medida é estabelecer colônias em um ou dois pontos do Estado conquistado ou, senão, manter ali homens de armas. Com as colônias não se têm muitos gastos; e, sem despesas de manutenção, ou com despesas de pouca monta, pode o príncipe administrá-las e mantê-las. E só ofende aqueles aos quais subtrai terras e casas destinadas aos novos habitantes, e que são parte mínima daquele Estado. Os que ele ofende dispersam-se e empobrecem, e assim não o podem jamais prejudicar, enquanto que os outros, não atingidos por essa medida, por tal razão hão de manter-se em paz, temerosos de que lhes aconteça o que aconteceu aos que foram espoliados. Concluo dizendo que essas colônias não são onerosas, são mais fiéis,

causam menos ofensa; e os ofendidos não podem causar danos, porque empobrecidos e dispersados, como se disse. À vista do que, é de notar que os homens devem ser ganhos com agrados ou destruídos, pois que, se podem vingar-se das ofensas leves, das graves não o podem fazer. Assim, a ofensa que se faz a alguém deve ser tal, que não se tema a vingança. Mantendo-se, porém, homens de armas em vez de colônias, gasta-se muito mais, tendo-se de despende com as guarnições tudo o que do Estado ocupado se retira, de modo que a conquista se torna perda e se ofende muito mais, pois prejudicam todo o Estado as mudanças de aquartelamento do exército. Dessa situação todos se ressentem, e todos se tornam inimigos do príncipe; e são inimigos que podem prejudicá-lo, uma vez que, batidos, permanecem na sua casa. Essa ocupação é, pois, de todo inútil, enquanto é útil a providência das colônias.

Deve ainda quem domina uma província que apresente as diferenças que se mencionaram tornar-se guia e defensor dos mais débeis e procurar enfraquecer os que sejam fortes e cuidar de que nela não se estabeleça um estrangeiro tão poderoso quanto ele próprio. É que sempre ocorrerá a intervenção de alguém atraído pelos que nela vivam descontentes ou pelos ambiciosos ou temerosos, como se viu quando os etólios atraíram à Grécia os romanos¹⁰, os quais, em todas as outras províncias que dominaram, foram introduzidos pelos seus habitantes. E a ordem natural das coisas é que, tão logo se introduza numa província um estrangeiro poderoso, todos os menos poderosos que nela vivem a ele adiram, movidos pela inveja que têm dos que os dominaram, de modo que, no que diz respeito a esses menos poderosos, o estrangeiro não terá trabalho algum em tê-los a seu favor, porque desde logo todos juntos, de boa vontade, se compõem com o Estado que ele conquistou. Há apenas que cuidar que eles não ganhem muita força e muita autoridade; e assim pode o conquistador, facilmente, com suas próprias forças e o auxílio deles, abater os que sejam fortes e tornar-se inteira-

mente o árbitro da província. Quem, pois, não se acautelar a esse respeito, logo perderá o que conquistou; e, enquanto o tiver, sofrerá infinitas dificuldades e aborrecimentos.

Os romanos, nas províncias que conquistaram, observaram bem estas máximas: estabeleceram colônias, lisonjearam os menos fortes, sem permitir o crescimento de sua força, abateram os fortes e não permitiram que estrangeiros poderosos nelas adquirissem prestígio. Para exemplo disto basta-me citar a província da Grécia: foram apoiados os aqueus e os etólios, abatido o reino da Macedônia, expulso Antíoco¹¹. Nunca, porém, os méritos dos aqueus ou dos etólios fizeram com que eles ampliassem seus Estados; nem as tentativas de persuasão de Filipe¹² induziram os romanos a aceitá-lo por amigo e igual; nem o prestígio de Antíoco pôde fazer com que eles lhe consentissem ter naquela província algum Estado. É que os romanos fizeram, nesses casos, o que todos os príncipes prudentes devem fazer, os quais não apenas devem acautelar-se contra os inconvenientes presentes, mas contra os futuros, e com toda eficácia obviá-los, pois que, prevenindo-os, é fácil dar-lhes remédio; e esperando, ao contrário, que eles se avizinhem, o remédio não chega a tempo, porque a moléstia já se tornou incurável.

E dá-se aqui aquilo que os médicos dizem da tísica, a saber, que no início da sua ação maléfica é fácil curá-la e difícil conhecê-la, mas, com o correr do tempo, não havendo ela desde logo sido reconhecida e medicada, torna-se fácil de conhecer e difícil de curar. Ocorre assim com as coisas do Estado: conhecendo-se antecipadamente os males que nele irrompem (o que não é dado senão ao príncipe prudente), são logo curados; quando, porém, por não os haver reconhecido, se permite que progridam de tal maneira que todos os reconheçam, não há mais remédio.

Mas os romanos, vendo antecipadamente os incon-

venientes, deram-lhes sempre remédio e não os deixaram jamais se desenvolver, para evitar uma guerra, pois sabiam que esquivar a guerra significa diferenci-la com vantagem de outrem; e preferiram fazê-la na Grécia, contra Filipe e Antíoco, para não ter de empreendê-la na Itália. Poderiam ter-se então esquivado, tanto de uma como de outra, mas não o quiseram. Jamais lhes agradou o que está sempre nos lábios de entendedores de nosso tempo: o gozo do bem-estar da hora presente; preferiram, antes, prevalecer-se de seu valor e sabedoria, pois o tempo é propício a todas as coisas e pode dar azo a que ao bem se suceda o mal e ao mal sobrevenha o bem.

Voltemos, porém, à França, e vejamos se, das coisas de que se falou, fez ela alguma. Falarei de Luís, não de Carlos¹³, porque aquele, tendo imperado mais longo tempo na Itália, melhor mostrou a sua ação. Ver-se-á que ele fez o contrário das coisas que devem ser feitas para manter um Estado numa província de formação diversa da dos seus próprios domínios.

O rei Luís foi atraído à Itália pela ambição dos venezianos¹⁴, que pretendiam a aquisição de metade da Lombardia mercê da sua intervenção. Não quero censurar a resolução tomada pelo rei, porque, pretendendo ele começar a firmar-se na Itália e não tendo amigos nesta província, mas, ao contrário, estando para ele cerradas todas as portas em razão do comportamento do rei Carlos, foi forçado a aceitar as amizades que podia conquistar; e, não houvesse ele cometido erro algum quanto às outras formas de agir, teria alcançado êxito. Conquistada que foi a Lombardia, o rei recuperou sem demora a reputação perdida por culpa de Carlos: Gênova cedeu, os florentinos tornaram-se seus amigos¹⁵; o marquês de Mântua¹⁶, o duque de Ferrara¹⁷, Bentivoglio¹⁸, a senhora de Furli¹⁹, os senhores de Faenza²⁰, de Pesaro²¹, de Rimino²², de Camerino²³, de Piombino²⁴, os pisanos, os sieneses, os luqueses, todos lhe ofereceram sua amizade. E então puderam os venezianos avaliar a temeridade do partido que toma-

ram: com o fito de adquirir duas cidades da Lombardia²⁵, fizeram o rei senhor de um terço da Itália.

Considere-se agora com que pouca dificuldade poderia ter o rei mantido a sua reputação na Itália, se houvesse observado as máximas atrás mencionadas e mantido a segurança e a defesa de todos aqueles seus amigos, os quais, por serem numerosos e débeis e temerosos uns da Igreja, outros dos venezianos, tinham sempre necessidade de estar ao seu lado; contando com eles poderia facilmente resguardar-se dos poderosos que restavam. Mas, apenas chegou a Milão, fez o contrário, dando ajuda ao papa Alexandre²⁶ para a ocupação da Romanha. Não se apercebeu de que, com esta deliberação, se enfraquecia a si mesmo, perdendo os amigos e aqueles que se lhe haviam lançado nos braços e fortificando a Igreja, acrescentando-lhe ao poder espiritual, que já lhe dá tanta autoridade, tão extenso poder temporal. Cometido um primeiro erro, foi ele levado a continuar, até o ponto de, a fim de atalhar a ambição de Alexandre e para que este não se assenhoreasse da Toscana²⁷, ser obrigado a vir pessoalmente à Itália. Não lhe bastou fortificar a Igreja e perder os amigos; cometeu ainda a imprudência de, querendo apossar-se do reino de Nápoles, dividi-lo com o rei da Espanha²⁸, de maneira que, em vez de ser o único árbitro da Itália, tomou um companheiro, o que fez com que os ambiciosos desta província e os descontentes em relação a ele, Luís, tivessem a quem recorrer contra ele. Ademais, quando poderia deixar naquele reino um rei seu tributário, ele o expulsou, a fim de pôr em seu lugar um outro capaz de expulsá-lo a ele.

É na verdade coisa muito natural e corriqueira querer conquistar; e sempre que os homens o fizerem, em tendo força para isso, serão louvados ou, pelo menos, não censurados. Quando, porém, não o podem fazer, mas querem fazê-lo de qualquer maneira, erram e merecem censura. Se a França, pois, podia com suas próprias forças atacar Nápoles, deveria fazê-lo; se o não podia, não deveria divi-

di-la. Se com Veneza dividiu a Lombardia, merece Luís ser desculpado, por haver por tal meio podido pôr pé na Itália; mas a divisão de Nápoles merece censura, por não ser justificada com aquela necessidade.

Cometeu pois Luís estes cinco erros: aniquilou os de menor poderio; acrescentou, na Itália, poder a um poderoso; deu nela entrada a um estrangeiro poderosíssimo; não a habitou pessoalmente; não estabeleceu colônias.

Tais erros poderiam ainda não prejudicá-lo se não cometesse o sexto: o de espoliar os venezianos²⁹. Não tivesse ele fortificado a Igreja, nem posto na Itália a Espanha, teria sido bem razoável e necessário abatê-los; havendo, porém, tomado essas medidas, não deveria jamais ter permitido a sua ruína, uma vez que, sendo eles poderosos, teriam sempre mantido os outros afastados da Lombardia, seja porque não consentissem na sua conquista sem se tornarem eles mesmos senhores dela, seja porque os outros não quisessem tirá-la da França para dá-la a eles, venezianos, nem tivessem ânimo para atacá-los a ambos. Se alguém dissesse: o rei Luís cedeu a Romanha a Alexandre, e o reino³⁰ à Espanha, a fim de evitar uma guerra, eu lhe responderia com as razões que dei atrás: que não se deve jamais deixar que continue uma desordem para evitar uma guerra, porque, em verdade, ela não se evita, mas é diferida com desvantagem para ti. E se alguns outros alegassem promessa feita pelo rei ao papa, de por ele levar a cabo essa empresa em troca da dissolução do seu casamento e do chapéu cardinalício para Rouen³¹, eu responderia com aquilo que mais adiante direi acerca da palavra dos príncipes e de como se deve observá-la.

Perdeu, pois, o rei Luís a Lombardia por não haver observado nenhuma das regras observadas por outros que tomaram províncias e as conservaram. Não é isso milagre algum, mas coisa comum e razoável. Sobre esse assunto falei em Nantes com o cardeal de Rouen³², quando Valentino (assim era popularmente chamado César Bórgia, filho do papa Alexandre) ocupava a Romanha. Dizendo-

me o cardeal de Rouen que os italianos não entendiam de assuntos de guerra, respondi-lhe que os franceses não entendiam dos assuntos de Estado, porque, se entendessem, não deixariam que a Igreja alcançasse tanto poder. Mostraram os fatos que o poderio daquela e da Espanha na Itália foi propiciado pela França; e que a ruína desta se deveu a elas. Disto se extrai uma regra geral, a qual nunca ou raramente falha: aquele que torna outrem poderoso arruína-se a si próprio, pois esse poderio é causado pela astúcia ou pela força, e uma e outra são suspeitas a quem se tornou poderoso.

IV

**CUR DARI REGNUM QUOD ALEXANDER
OCCUPAVERAT A SUCCESSORIBUS SUIS POST
ALEXANDRI MORTEM NON DEFECIT ***

Consideradas as dificuldades que há na manutenção de um Estado recém-conquistado, poderia alguém se admirar de que, tendo Alexandre Magno³³ se tornado senhor da Ásia em poucos anos e morrido logo depois de ocupá-la, todo aquele Estado não se rebelasse, como parece razoável que acontecesse. Não obstante, os sucessores de Alexandre o mantiveram; e não encontraram, para conservá-lo, outra dificuldade senão a que entre eles mesmos nasceu, a da própria ambição. Explico que os principados dos quais fala a história são governados de dois diferentes modos: ou por um príncipe e todos os servidores que, na qualidade de ministros, por mercê e concessão sua, o ajudam a governar o reino, ou por um príncipe e barões, os quais, não por mercê do senhor, mas pela antiguidade de sangue, possuem tal qualidade.

Esses barões têm Estados e súditos próprios, os quais os reconhecem como senhores e lhes votam natural afeição. Nos Estados governados por um príncipe e servidores seus, aquele possui mais autoridade, porque em toda a sua província não há ninguém que seja reconhecido como superior senão ele; e se há obediência a alguns outros, tal se dá tendo em vista os cargos exercidos por eles, de ministros e funcionários, sem implicar particular estima. ¶

Os exemplos dessas duas diferentes formas de governo são, em nosso tempo, o grão-turco e o rei da França. Toda a monarquia turca é regida por um senhor, sendo

* POR QUE O REINO DE DARIO, OCUPADO POR ALEXANDRE, NÃO SE REBELOU, DEPOIS DA MORTE DESTA, CONTRA OS SEUS SUCESSORES

os outros que o ajudam servos seus; dividindo o reino em *sandjaks*³⁴, fá-los o sultão administrar por servidores seus, que substitui e desloca como melhor lhe parece. Mas o rei da França cerca-se no seu governo de uma multidão de senhores de antiga estirpe³⁵, todos reconhecidos e amados por seus súditos; têm eles os seus privilégios, e o rei não pode deles privá-los sem correr riscos. Quem considera, pois, a situação de um e outro desses Estados, achará difícil a conquista do grão-turco e fácil sua manutenção depois de tomado. Ao contrário, achará de todo mais fácil ocupar o Estado da França, mas muito difícil mantê-lo.

As razões das dificuldades de poder ocupar o reino do grão-turco consistem em não poder o conquistador receber apelo dos príncipes daquele reino, nem esperar que a rebelião dos que cercam o senhor máximo possa facilitar sua empresa. Tal se dá em virtude das razões atrás expostas: sendo todos escravos do senhor e criaturas suas, não podem ser corrompidos com facilidade; e, mesmo que se pudesse corrompê-los, pouca ajuda deles se obteria, por não poderem, pelas razões assinaladas, fazer-se seguir pelo povo. Daí dever pensar quem pretenda tomar aquele reino em que o encontrará todo unido e, pois, achar mais conveniente confiar nas próprias forças do que nas desordens dos outros. Vencido, porém, o grão-turco e dizimadas as suas forças de modo a não poder ele reorganizá-las, não se tem mais do que cuidar senão da casa do príncipe. Aniquilada esta, não resta ninguém que se haja de temer, não contando os outros mais com prestígio junto ao povo. Assim como o vencedor não podia contar com eles antes da vitória, da mesma forma não deve temê-los depois dela.

O contrário se dá nos domínios governados como o da França, pois com facilidade pode-se neles entrar, mediante conluio com alguns dos barões do reino, pois sempre se encontrarão descontentes e desejosos de mudanças. Estes, pelas razões que se viram, podem abrir ao conquistador o caminho para aquele Estado e facilitar-lhe a vitória.

Depois dela, porém, a manutenção da conquista se rodeia de dificuldades sem fim, criadas por aqueles que ajudaram o conquistador e aqueles a quem ele oprimiu. Não lhe basta aniquilar a casa do príncipe, porque sobrevivem os barões de que se falou, os quais se tornam cabeças das novas rebeliões. Não se podendo nem contentá-los nem aniquilá-los, perde-se o Estado na primeira ocasião que se apresente.

Ora, se se considerar de que natureza era o reino de Dario³⁶, ver-se-á que era semelhante ao do grão-turco. Por isso teve Alexandre de atacá-lo de maneira total e desbaratar-lhe os exércitos, depois do que, morto Dario, teve Alexandre seguro o domínio daquele Estado em virtude das razões já ditas. Seus sucessores, se se houvessem unido, poderiam tê-lo governado sem trabalho, uma vez que naquele reino não se produziram outros tumultos senão os que eles próprios suscitaram³⁷. Difícil é, porém, manter com tanta tranquilidade Estados com organização como a da França. Essa é a razão das freqüentes rebeliões da Espanha, da França³⁸ e da Grécia quando dominadas pelos romanos. Havia nesses Estados principados numerosos e, enquanto deles houve vestígio, não gozaram os romanos da segurança de seu domínio. Desaparecidos, porém, tais vestígios e mercê da potência e da continuidade do império, tornaram-se eles dominadores seguros. E puderam os romanos, quando mais tarde lutaram entre si, cada um atrair ao seu partido parte daquelas províncias, de acordo com o prestígio que nelas haviam granjeado. E estas, estando extintas as casas de seus antigos senhores, não reconheciam senão a autoridade dos romanos. Consideradas, pois, todas estas coisas, ninguém se admirará da facilidade que teve Alexandre em manter o Estado da Ásia e das dificuldades que tiveram outros em conservar o conquistado, como foi o caso de Pirro³⁹ e de muitos mais. São coisas, estas, que não se devem ao pouco ou muito valor do vencedor, mas à diversidade de condições dos dominados.

QUOMODO ADMINISTRANDAE SINT CIVITATES
VEL PRINCIPATUS, QUI ANTEQUAM
OCCUPARENTUR, SUIS LEGIBUS VIVEBANT *

Quando os Estados que se conquistam são, como se disse, acostumados a viver regidos por suas próprias leis e em liberdade, há três maneiras de mantê-los: a primeira, é arruiná-los; a segunda, ir pessoalmente habitar neles; a terceira, permitir-lhes viver regidos por suas leis, fazendo-os, porém, pagar um tributo ao conquistador e organizando neles governos de pouca gente, que saiba conservá-los amigos. É que tais pessoas, investidas no governo pelo príncipe, sabem que não poderão manter-se sem sua amizade e seu poder, e tudo farão para não perder sua posição; e mais facilmente se conserva o domínio de uma cidade habituada a viver livre fazendo-a governar por seus cidadãos do que de alguma outra maneira.

Exemplos disso são os espartanos e os romanos. Os espartanos apoderaram-se de Atenas e Tebas⁴⁰ e nelas criaram governos de poucos; não obstante, perderam-nas. Os romanos, para manter-se em Cápuia, Cartago e Numância, aniquilaram-nas⁴¹, e desse modo não as perderam. Pretenderam manter a Grécia de forma quase igual à dos espartanos, tornando-a livre e deixando-a reger-se por suas leis, e não tiveram êxito, de modo que se viram obrigados a aniquilar muitas de suas cidades a fim de manter seu domínio. É que, na verdade, não há maneira mais segura de dominar as cidades conquistadas do que aniquilá-las. Quem se torna senhor de uma cidade afeita a viver livremente e não a aniquila deve esperar ser aniquilado por

* DE COMO GOVERNAR CIDADES OU PRINCIPADOS QUE, ANTERIORMENTE À OCUPAÇÃO, SE REGIAM POR LEIS PRÓPRIAS

ela, pois esta tem sempre, como divisa de rebelião, a liberdade e os seus antigos costumes, os quais nem o transcurso do tempo nem os benefícios recebidos farão esquecer. Não obstante tudo quanto se faça e não obstante as cautelas que se tomem, se não se dividem e dispersam os habitantes, estes não se esquecem de sua liberdade e costumes antigos e a eles recorrem na primeira oportunidade que se lhes ofereça, como fez Pisa⁴² depois de estar havia cem anos sob o domínio dos florentinos. Mas quando as cidades ou as províncias estão afeitas a viver sob o domínio de um príncipe e acontece de sua casa ser extinta, então, como de um lado estão seus habitantes afeitos à obediência e, de outro, se encontram privados do antigo príncipe, não conseguem unir-se para a escolha de um novo, nem sabem viver em liberdade. Em tal caso, são eles mais tardos em rebelar-se e com mais facilidade pode um príncipe conquistá-los e assegurar-se de sua obediência.

Nas repúblicas, porém, há maior ardor, maior ódio, mais sede de vingança, e a memória da antiga liberdade não dá tréguas. Assim, o meio mais seguro de dominá-las é ou aniquilá-las ou nelas habitar.

VI

DE PRINCIPATIBUS NOVIS QUI ARMIS
PROPRIIS ET VIRTUTE ACQUIRUNTUR *

Não se estranhe o fato de eu aduzir, à exposição que vou fazer dos principados não habituados a príncipes e a governo, exemplos extensos. É porque, caminhando os homens quase sempre por estradas já palmilhadas por outros e guiando-se nas suas ações pela imitação, muito embora não possam as pegadas alheias seguir inteiramente nem atingir o grau de valor daqueles que imitam, devem os que sejam prudentes seguir sempre por caminhos palmilhados por grandes vultos e imitar os que mais se tenham notabilizado, de modo a que, se não alcançam todo o valor deles, pelo menos lhes ganhem alguma aproximação. Farão como os arqueiros experientes, os quais, notando que o alvo que devem atingir é demasiado remoto e conhecendo a capacidade do seu arco, visam local mais ao alto do seu alvo, não para alcançar com sua flecha tal altura, mas para atingir, com a ajuda de pontaria elevada, o ponto desejado.

Digo, pois, que nos principados inteiramente novos, nos quais se estabeleçam príncipes novos, as dificuldades em mantê-los são maiores ou menores, segundo possuam maiores ou menores virtudes os que os conquistam. E como o fato de tornar-se príncipe um homem comum pressupõe valor ou boa sorte, parece que uma ou outra destas duas coisas mitigam, em parte, muitas das dificuldades. Todavia, aqueles que tiveram a boa sorte em grau menor que o do valor mantiveram-se melhor nas posições conquistadas. Proporciona facilidades, ainda, o ser o príncipe obri-

* DOS PRINCIPADOS NOVOS QUE SÃO CONQUISTADOS
MERCÊ DE ARMAS PRÓPRIAS E VALOR

gado, por não possuir outros Estados, a habitar o que conquistou.

Falando dos que, em virtude do próprio valor mais do que por boa sorte, tornaram-se príncipes, direi que os mais notáveis foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e outros como eles. E ainda que não se deva, no caso, considerar a atuação de Moisés, que foi mero executor do que lhe ordenava Deus, não obstante deve ele ser admirado pela graça única que o fez digno de falar a Deus. Consideremos entretanto Ciro e todos os outros que conquistaram e fundaram reinos: achá-los-eis todos admiráveis; e se se consideram suas ações e instituições particulares, não parecerão elas discrepantes das de Moisés, que teve tão grande preceptor. Examinando-se-lhes as ações e a vida, vê-se que eles não alcançaram da boa sorte outra coisa senão a ocasião a ser aproveitada, a qual lhes forneceu matéria que moldaram da forma que mais adequada lhes pareceu. Sem essa ocasião, sua força de ânimo ter-se-ia desvanecido; e sem essa força de ânimo, a ocasião teria sobrevivido em vão.

Era pois necessário que Moisés encontrasse o povo de Israel, no Egito, escravizado e oprimido pelos egípcios, para que esse povo, a fim de fugir do cativeiro, se dispusesse a segui-lo. Era preciso que Rômulo não pudesse permanecer em Alba e fosse exposto ao nascer, para que viesse a tornar-se rei de Roma e fundador daquela pátria. Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos medas e os medas entibiados e efeminados pela longa paz⁴³. Não poderia Teseu demonstrar seu valor, se não encontrasse os atenienses dispersos.

Essas ocasiões, portanto, fizeram afortunados esses homens, e o excelente valor deles fez com que a ocasião fosse reconhecida; e, daí, suas pátrias se enobreceram e tornaram-se felizes.

Aqueles que, por seu valor, à semelhança destes, se tornam príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas com facilidade o mantêm. As dificuldades que encontram no conquistar o principado nascem em parte

das novas instituições e dos novos costumes que se vêem forçados a introduzir para organizar o seu governo e prover a sua segurança. Deve-se considerar que, não há coisa mais difícil de fazer, de êxito mais duvidoso e mais perigosa de conduzir, do que levar a cabo a introdução de novas instituições legais, pois o reformador encontra inimigos em todos aqueles que das instituições antigas se beneficiavam e tímidos defensores em todos os que das novas se beneficiariam. Tal tibieza deve-se em parte ao temor dos adversários, que têm as leis a seu favor, e em parte à incredulidade dos homens, que não acreditam eficientes as coisas novas senão depois de vê-las submetidas a firme experiência. Daí que toda vez em que os adversários têm oportunidade de atacar, o façam apaixonadamente, enquanto os outros defendem frouxamente o príncipe, fazendo periclitar a sua segurança.

É portanto necessário, para que bem se exponha esta parte, verificar se tais inovadores se sustentam mercê de suas próprias forças ou se dependem de outros, isto é, se para realizar sua obra precisam rogar, ou se podem agir pela força. No primeiro caso, acabam sempre mal e não chegam a coisa alguma; mas quando dependem apenas de si próprios e podem agir pela força, então raras vezes deixam de alcançar êxito. Daí o fato de todos os profetas armados terem vencido e de os desarmados se terem arruinado. É que, além do que já se disse, a natureza dos povos é vária; e se é fácil persuadi-los em relação a alguma coisa, é difícil mantê-los nessa persuasão, razão por que é necessário estar preparado para, quando eles não mais acreditarem, fazê-los acreditar pela força.

Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam podido fazer obedecer por longo tempo a suas constituições se estivessem desarmados, como em nosso tempo aconteceu a frei Girolamo Savonerola⁴⁴, que viu perder-se o seu trabalho reformador quando o povo passou a não lhe acreditar, não tendo ele meios de manter confiantes os que haviam acreditado nem de fazer com que acreditassem os

incrédulos. Esses inovadores encontram grandes dificuldades na sua ação, e todos os perigos ameaçam seu caminho, só podendo superá-los o seu valor. Vencidos, porém, esses obstáculos e começando eles a ser queridos, depois de aniquilados os que nutriam inveja de suas qualidades, tornam-se poderosos, seguros, honrados e felizes.

A tão altos exemplos quero ajuntar um exemplo menor, que entretanto tem alguma relação com aqueles e, creio, me bastará para ilustrar os outros casos semelhantes: é o de Hierão siracusano⁴⁵. Este, de homem comum, tornou-se príncipe de Siracusa, e foi daqueles que da boa sorte não obtiveram senão a ocasião. Estando os siracusanos oprimidos, elegeram-no seu capitão, disto ganhando ele méritos para tornar-se príncipe. E teve tanto valor, mesmo na sua condição de homem comum, que alguém que sobre ele escreveu disse *quod nihil illi deerat ad regnandum praeter regnum*⁴⁶. Extinguiu a velha milícia e organizou uma nova; abandonou as amizades antigas e fez novas; e, como tivesse amizades e tropas fiéis, pôde sobre tais alicerces erguer os edifícios que quis. Teve, pois, muito trabalho para conquistar, e pouco para conservar o conquistado.

VII

DE PRINCIPATIBUS NOVIS QUI ALIENIS ARMIS ET FORTUNA ACQUIRUNTUR *

Os homens comuns que só favorecidos pela sorte se tornam príncipes com pouco trabalho chegam a tal, mas têm muito para manter-se. Não encontram dificuldade alguma no encaminhar-se para essa situação, pois que para ela vão num vôo; nascem as dificuldades todas quando já estão estabelecidos. Esses homens são aqueles aos quais o Estado é outorgado ou por dinheiro ou por mercê de quem o outorga, como a muitos aconteceu na Grécia, nas cidades da Jônia e do Helesponto, nas quais houve príncipes feitos por Dario para que mantivessem sua segurança e glória. Assim se deu também com os que eram feitos imperadores, os quais, de homens comuns, subiam ao trono mercê da corrupção dos soldados.

Tais homens se mantêm no poder simplesmente pela vontade e pela sorte favorável de quem lhes outorgou o Estado, as quais são duas coisas grandemente volúveis e instáveis; e não sabem e não podem manter sua posição. Não sabem porque, se não são homens de grande habilidade e valor, não é razoável que, havendo levado sempre vida privada, saibam comandar; não podem porque não possuem tropas que lhes sejam devotadas e fiéis. E os Estados que surgem de súbito, como todas as outras coisas da natureza que nascem e se desenvolvem rapidamente, não podem ter raízes e proporções bastantes, de modo que a primeira borrasca os destrói, a não ser que esses homens que se tornaram príncipes, como se disse, tão repentinamente, tenham valor suficiente para dispor-se a, sem de-

* DOS PRINCIPADOS NOVOS QUE SE CONQUISTAM MERCÊ DAS ARMAS E BOA SORTE ALHEIAS

mora, conservar o que a boa sorte lhes concedeu e que logo estabeleçam fundações idênticas às que lançaram outros antes de se tornarem príncipes.

Quero uma e outra dessas mencionadas maneiras de se tornar alguém príncipe, a saber, pelo valor e pela boa sorte, ilustrar com dois exemplos, tirados da crônica dos dias que correm: são eles os de Francesco Sforza e César Bórgia⁴⁷. Francesco, pelos meios devidos e com grande valor, de homem comum tornou-se duque de Milão; e o que com extremo esforço conquistou, com pouco trabalho conservou. De outro lado, César Bórgia, chamado pelo povo duque Valentino, adquiriu o Estado pela boa sorte do pai e o perdeu quando aquele desapareceu, não obstante de sua parte fosse empreendido todo o possível e realizasse ele todas as coisas que um príncipe prudente deve fazer para consolidar sua posição naqueles Estados que as armas e a boa sorte de outrem lhe haviam outorgado. Porque, como atrás se disse, quem não estabelece fundações antecipadamente poderá, mercê de grande valor, estabelecê-las depois, embora com aborrecimento para o arquiteto e perigo para o edifício.

Se se considerarem, pois, todos os progressos do duque, ver-se-á ter ele estabelecido sólidas fundações para o erguimento do seu futuro poderio, acerca do que não julgo seja supérfluo discorrer, porque eu não saberia que preceitos melhores oferecer a um príncipe novo do que o exemplo das ações do duque. Se as suas realizações não lhe aproveitaram, tal não se deu por sua culpa, mas por extraordinária e extrema malignidade da sorte.

Encontrou Alexandre VI, no trabalho de engrandecimento do filho, dificuldades tanto imediatas, quanto desenhadas para o futuro. Em primeiro lugar, não via ele possibilidade de fazê-lo senhor de algum Estado que não fosse Estado da Igreja; e sabia que, se tentasse apoderar-se de um deles, o duque de Milão e os venezianos não lho consentiriam, pois Faenza e Rimino estavam já sob a proteção dos venezianos. Via, além disso, que as forças da

Itália, especialmente aquelas das quais poderia servir-se, estavam nas mãos dos que deveriam reinar o fortalecimento do papa; e que, portanto, nelas não podia confiar, por serem todas dos Orsini e Colonna e seus partidários⁴⁸. Era destarte necessário que se perturbasse aquela ordenação e se desorganizassem os Estados daqueles, a fim de com segurança assenhorear-se de parte deles. Coisa que lhe foi possível realizar, pois aconteceu que os venezianos, movidos por outras razões, haviam decidido permitir a volta dos franceses à Itália; e ele não somente a isso não se opôs, como o facilitou, com a dissolução do casamento do rei Luís. Entrou portanto o rei na Itália em virtude da ajuda dos venezianos e com o consentimento de Alexandre; e mal chegado a Milão, já o papa dele obteve soldados para a empresa da Romanha, que teve êxito em razão da reputação do rei. Havendo assim o duque Valentino conquistado a Romanha e batido os Colonna, e pretendendo mantê-la e prosseguir adiante, viu-se impedido por duas coisas: uma, as suas tropas, que não lhe pareciam fiéis; outra, a disposição da França. O que significava o receio de que as tropas dos Orsini, das quais se valera, lhe viessem a faltar, e não somente lhe impedissem a conquista, como lhe subtraíssem o conquistado; e que o rei, ainda, lhe fizesse a mesma coisa. Quanto aos Orsini, viu confirmados os seus receios quando, depois de expugnada Faenza, assaltou Bolonha: notou a frieza com que se comportaram nesse assalto. Quanto ao rei, conheceu sua intenção quando, tomado o ducado de Urbino, empreendeu o assalto à Toscana: fê-lo o rei desistir dessa empresa. À vista disso, deliberou o duque não mais depender das armas e da sorte alheias.

A primeira coisa que fez foi enfraquecer os partidos dos Orsini e Colonna em Roma, tornando os partidários deles que fossem gentis-homens, gentis-homens seus, concedendo-lhes grandes subvenções e distinguindo-os, de acordo com suas qualidades, com comandos e governos; de modo que, em poucos meses, no ânimo deles a afeição

por suas facções se extinguiu, voltando-se toda para o duque. Depois disso, aguardou a ocasião de aniquilar os chefes dos Orsini, já havendo dispersado os da casa Colonna, ocasião esta que lhe chegou propícia e da qual se aproveitou com eficiência. E foi assim que, dando-se conta os Orsini, tardiamente, de que o fortalecimento do duque e da Igreja constituía a sua ruína, realizaram uma assembléia em Magione⁴⁹, no Perugino. Desta se originaram a rebelião de Urbino e os tumultos da Romanha, e se criaram graves perigos para o duque, que os superou a todos com o auxílio dos franceses.

Reconquistada a reputação e não se fiando nem na França nem em outras forças estrangeiras, recorreu o duque à astúcia para não ter de enfrentá-las. E tão bem soube dissimular suas intenções, que os próprios Orsini com ele se reconciliaram, mercê da mediação do *signor* Paulo⁵⁰, cujas simpatias o duque ganhou com presentes em dinheiro, trajes e cavalos, e ingenuamente se deixaram conduzir a Sinigaglia, onde caíram em seu poder⁵¹. Aniquilados, portanto, estes chefes e transformados os seus partidários em amigos seus, tinha o duque assentado muito firmes alicerces para o seu poderio: era senhor de toda a Romanha, com o ducado de Urbino, e parecia-lhe, principalmente, haver ganho a amizade da Romanha e o reconhecimento de suas populações, que começavam a gozar de prosperidade.

Como esse passo é digno de nota e de ser imitado, não quero deixá-lo à margem. Tomando o duque a Romanha e encontrando-a gerida por senhores impotentes, que haviam antes pilhado que governado os seus súditos, dando-lhes mais ensejo de desunião que de união, a ponto de aquela província estar pejada de latrocínios, rixas e de toda espécie de violências, julgou necessário, a fim de pacificá-la e torná-la obediente à régia autoridade, dar-lhe bom governo. Delegou assim o governo a Remirro de Orco⁵², homem cruel e expedito, ao qual deu pleníssimos poderes. Este em pouco tempo a pacificou e uniu, alcan-

çando grande reputação. Julgou depois o duque não ser necessária tão forte autoridade, pois temia que se tornasse odiosa; por isso delegou poderes a um tribunal civil, estabelecido no centro da província, com um presidente prestigioso, e no qual todas as cidades tinham um representante seu. Como sabia que os rigores precedentes haviam gerado algum ódio, quis mostrar, a fim de purgar o ânimo daquelas populações e granjear a simpatia geral, que, se crueldades haviam sido praticadas, elas não haviam partido dele, mas da acerba natureza do ministro. E tão logo lhe pareceu oportuno⁵³, fê-lo cortar em dois pedaços em Cesena, uma manhã, e exibir em praça pública, com um pedaço de pau e uma faca ensangüentada ao lado. A ferocidade desse espetáculo fez com que aquelas populações ao mesmo tempo se rejubilhassem e espantassem.

Mas voltemos ao ponto do qual partimos. Digo que, achando-se o duque assaz poderoso e em parte salvaguardado dos perigos presentes por haver-se armado à sua vontade e ter, em grande parte, aniquilado as forças que, mais próximas dele, o podiam molestar, lhe restava, se entendesse prosseguir na campanha de conquistas, o temor em relação ao rei da França, porque sabia que este, que tardiamente se dera conta de seu erro, não a toleraria. E começou, por isso, a buscar amizades novas, e mostrou-se evasivo com os franceses quando estes incursionaram no reino de Nápoles e atacaram os espanhóis, que assediavam Gaeta⁵⁴. Sua intenção era fortificar-se contra eles, o que teria conseguido se Alexandre não morresse.

Essas foram as suas gestões em relação às coisas presentes.

Quanto às futuras, entretanto, tinha ele a temer, em primeiro lugar, que um novo papa não fosse seu amigo e procurasse tirar-lhe o que lhe dera Alexandre. Em relação ao que, procurou precaver-se de quatro maneiras: primeira, extinguindo toda a linhagem dos senhores que havia despojado, a fim de retirar ao papa a oportunidade de restabelecê-los; segunda, conquistando a simpatia de todos os

gentis-homens de Roma, como ficou dito, a fim de poder, com o auxílio deles, manter tolhido o papa; terceira, fazendo com que o Sacro Colégio estivesse o mais possível do seu lado; quarta, conquistando tanto poder, antes de morrer o papa Alexandre, que pudesse, por si mesmo, resistir a um primeiro ataque. Dessas quatro coisas tinha ele, à morte de Alexandre, realizado três; e a quarta estava quase realizada: dos senhores despojados matou quantos pôde apanhar, e poucos se salvaram; havia conquistado a simpatia dos gentis-homens romanos; no Sacro Colégio contava com grande parte; e quanto às novas conquistas, havia projetado tornar-se senhor da Toscana, e já era senhor de Perúgia e Piombino e fizera de Pisa um protetorado seu. E quando não tivesse mais de temer a França (e não tinha mais de temê-la, por terem sido já os franceses expulsos do reino pelos espanhóis, de maneira que estes e aqueles precisavam conquistar sua amizade), ele se atiraria a Pisa. Depois disso, Lucca e Siena cederiam logo, em parte por ódio aos florentinos, em parte por medo; e os florentinos não teriam salvação. Se isso se houvesse realizado (e haveria de realizar-se no próprio ano em que Alexandre morreu), ele teria adquirido tanto poder e tanta reputação, que a si próprio se teria bastado e não dependeria mais da sorte e do poder alheios, mas da força e habilidade próprias. Mas Alexandre morreu decorridos cinco anos do momento em que ele começara a empunhar a espada. Deixou-o com apenas o Estado da Romanha solidificado e os outros todos no ar, em meio a dois poderosíssimos exércitos inimigos; e doente de morte.

Mas havia no duque tanta energia e tanto valor, sabia ele tão bem quando os homens devem ser conquistados ou aniquilados e tão válidos eram os alicerces que em tão pouco tempo havia assentado, que, não tivesse ele tido sobre si aqueles exércitos ou gozasse saúde, teria superado todas as dificuldades. Viu-se que o terreno que preparara era bom: a Romanha esperou por ele mais de um mês; em Roma, não obstante sua condição de meio morto, esteve

em segurança; e embora os Baglioni, Vitelli e Orsini para Roma tivessem ido, não puderam aliciar seguidores; se não pôde fazer papa quem quis, pôde pelo menos impedir que o fosse quem não queria. Se no momento da morte de Alexandre gozasse de saúde, tudo lhe teria sido fácil. Disse-me o duque, quando foi eleito Júlio II⁵⁵, que pensara no que aconteceria se morresse seu pai e que para tudo achara remédio; mas que jamais pensara que, à hora da morte do pai, pudesse ele também estar à morte.

Havendo assim resumido todas as ações do duque, não posso censurá-lo; ao contrário, sou de parecer que se deve, como aliás o fiz, propô-lo como modelo a todos aqueles que, pela sorte e pelas armas de outrem, ascenderem ao poder. É que ele, possuindo grande força de ânimo e altas intenções, não poderia conduzir-se de maneira diferente. Só se opôs aos seus desígnios a brevidade do pontificado de Alexandre e a sua própria doença. Quem, portanto, julgar necessário, num principado novo, prevenir-se contra os inimigos, conquistar amigos, vencer pela força ou pela astúcia, fazer-se amar ou temer pelas populações e seguir e reverenciar pelos soldados, destruir os que o possam ou devam molestar, introduzir formas novas na legislação antiga, mostrar-se severo e grato, magnânimo e liberal, dissolver a milícia infiel e criar uma nova, manter a amizade dos reis e dos príncipes de maneira que o hajam de agradar com mercês ou temer ofendê-lo, esse não pode achar mais vivos exemplos do que nas ações deste homem.

Apenas se pode censurá-lo no caso da nomeação pontifical de Júlio, onde foi má a eleição do duque. E é que, como se disse atrás, não podendo ele fazer papa a quem queria, poderia obter que determinada outra pessoa não o fosse; e não deveria jamais consentir a subida ao papado daqueles cardeais que ele houvesse ofendido ou que, uma vez papas, tivessem de temê-lo. É que os homens ofendem ou por temor ou por ódio. Os que ele havia ofendido eram, entre outros, San Piero ad Vincula⁵⁶, Colonna⁵⁷, San Giorgio⁵⁸, Ascanio⁵⁹; todos os outros, se se tornassem

papas, tinham o que temer dele, exceto o cardeal de Rouen⁶⁰ e os espanhóis: estes, por aliança e dever; aquele, pelo seu poderio, tendo por si a França. O duque, portanto, deveria fazer papa um espanhol, ou, não o podendo, consentir que o fosse o cardeal de Rouen, e não San Piero ad Vincula. Quem, pois, acreditar que, nas altas personagens, os benefícios atuais fazem esquecer as injúrias antigas, este se engana. Errou, pois, o duque nesta eleição; e foi ele próprio o causador da sua final ruína⁶¹.

VIII

DE HIS QUI PER SCELERA AD PRINCIPATUM PARVENERE *

Há, porém, ainda, duas maneiras de tornar-se príncipe o homem comum, as quais não podem ser inteiramente atribuídas ou à sorte ou ao merecimento, e não me parece que deva deixá-las de lado, embora de uma delas se possa mais extensamente falar no lugar em que se discorrer sobre as repúblicas. São elas: quando, por qualquer forma criminosa ou nefanda, se ascende ao principado; e quando, mediante o favor dos seus concidadãos, torna-se alguém príncipe de sua pátria. Tratando da primeira maneira, darei dois exemplos, um antigo e outro moderno, sem entrar de outra forma no mérito desta parte, porque julgo que eles bastem aos que se virem na necessidade de imitá-los.

Agátocles Siciliano⁶², que era não só homem comum, mas de ínfima e abjeta condição, tornou-se rei de Siracusa. Filho de um oleiro, viveu criminosamente todas as fases de sua vida; não obstante, fez acompanhar seus crimes de tanta força de ânimo e de corpo, que, ingressando na milícia, pela sucessão deles chegou a pretor de Siracusa. Elevado a este posto e havendo deliberado tornar-se príncipe e manter com violência e sem dependência de outrem o que lhe fora concedido mediante acordo de todos, sobre este seu projeto entendendo-se com Amílcar Cartaginês⁶³, que com seus exércitos fazia campanha na Sicília, reuniu uma manhã o povo e o senado de Siracusa, como se tivesse de deliberar coisas pertinentes à república; e, a um sinal combinado, fez pelos seus soldados matar todos os senadores e os cidadãos mais ricos. Mortos estes, ocupou

* DOS QUE ASCENDEM AO PRINCIPADO PELO CRIME

e manteve o principado daquela cidade sem qualquer oposição civil. E embora houvessem os cartagineses rompido com ele duas vezes e por fim o assediado, ele não só logrou defender a sua cidade, como, deixando parte de sua gente encarregada de sustentar Siracusa, com as outras tropas assaltou a África; em pouco tempo libertou a cidade sitiada e reduziu os cartagineses a condições miseráveis. Estes foram obrigados a entrar em acordo com ele, contentar-se com a possessão da África e deixar a Sicília a Agátocles.

Quem, pois, considerar a vida e as ações de Agátocles, não verá coisas, ou poucas verá, que possam ser atribuídas à sorte; mas verá que, como acima se disse, não por mercê de alguém, mas através dos postos que ocupou na milícia, ganhos com mil dissabores e perigos, ascendeu ele ao principado, o qual, depois, com tantas decisões animosas e perigosas manteve. Não se pode, de outro lado, chamar mérito o matar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, não ter piedade, não ter religião, atitudes estas que podem levar ao poder, mas não à glória. É que, se se considera a intrepidez de Agátocles no enfrentar e superar os perigos e a sua firmeza de ânimo no suportar e vencer as circunstâncias adversas, não se vê por que tenha ele de ser julgado inferior a qualquer grande capitão. Não obstante, a sua feroz crueldade e a sua desumanidade e os seus inúmeros crimes não permitem que ele seja celebrado entre os grandes homens. Não se pode, pois, atribuir à boa sorte ou ao mérito aquilo que, sem uma e outro, foi alcançado.

Em nossos tempos, sob o pontificado de Alexandre VI, Liverotto Firmano⁶⁴, que, ainda menino, perdera o pai, foi criado por um seu tio materno, chamado Giovanni Fogliani, e, nos primeiros anos da mocidade, posto a servir sob o comando de Paulo Vitelli⁶⁵ a fim de que, afeito à disciplina militar, chegasse a algum alto posto na milícia. Morto mais tarde Paulo, serviu sob Vitellozzo, irmão daquele, e em pouquíssimo tempo, por ser engenhoso, bravo e forte, tornou-se o primeiro homem da milícia. Parecendo-lhe, porém, ser coisa servil o estar sob as ordens de

outrem, pensou em ocupar Fermo com a ajuda de alguns seus cidadãos, para os quais era mais cara a servidão que a liberdade de sua pátria, e com o favor de Vitellozzo. Escreveu a Giovanni Fogliani, dizendo-lhe que, depois de estar anos longe de casa, queria revê-lo e à sua cidade e, de alguma maneira, conhecer o seu patrimônio; e que, como não se esforçava senão por granjear honorabilidade, queria, a fim de que seus concidadãos vissem que ele não perdera seu tempo em vão, ir a Fermo honrado pela companhia de cem cavaleiros seus amigos e servidores. Dizia esperar que o tio tivesse prazer em ordenar que os cidadãos de Fermo o recebessem com honrarias, as quais não somente o distinguiam a ele, mas ao próprio Giovanni, que o educara. Não descuro este, portanto, de qualquer dos seus bons ofícios em favor do sobrinho; e, fazendo-o receber honrosamente, alojou-o em sua casa. Passados alguns dias, durante os quais se dedicou Liverotto a tramar secretamente o plano conveniente à execução do seu crime, ofereceu um banquete soleníssimo, para o qual convidou Fogliani e todos os principais homens de Fermo. Terminado o repasto e gozados que foram os usuais entretenimentos, Liverotto propositadamente encaminhou a conversação para assuntos importantes, falando da grandeza do papa Alexandre VI e de César, seu filho, e de suas empresas. Acompanharam-no nessas considerações Giovanni e os outros; e ele, de súbito, levantou-se e, declarando que aquelas coisas deviam ser tratadas em lugar secreto, encaminhou-se a outra sala, aonde o seguiram Giovanni e todos os outros cidadãos. Mal haviam eles se acomodado quando, de passagens secretas, saíram soldados, que mataram Giovanni e todos os outros. Consumado esse homicídio, montou Liverotto a cavalo e percorreu a terra e assediou no seu palácio o primeiro magistrado. Temerosos, os cidadãos de Fermo foram obrigados a obedecer-lhe, e formaram um governo do qual ele se fez príncipe. Mortos, depois, todos os que, por descontentes, poderiam prejudicá-lo, ele se consolidou com nova organização civil e mi-

litar. Dessa forma, no período de um ano, durante o qual manteve o principado, não só gozou de segurança na cidade de Fermo, como se tornou temível para todos os seus vizinhos. E sua expugnação teria sido tão difícil como a de Agátocles, se ele não se tivesse deixado enganar por César Bórgia, quando este, como atrás se disse⁶⁶, atraiu a Siniaglia os Orsini e os Vitelli. Ali, aprisionado ele também, um ano depois de cometido o parricídio, foi estrangulado juntamente com Vitellozzo, que fora seu mestre de virtudes guerreiras e de crimes.

Poderiam algumas pessoas admirar-se de que Agátocles e outros como ele, depois de muita traição e crueldade, pudessem ter vivido em segurança em sua pátria e defender-se dos inimigos do exterior; e de que contra eles jamais conspirassem seus concidadãos, quando, ao contrário, muitos outros não puderam, com crueldade, mesmo em tempos pacíficos, quanto mais nos de guerra, manter o Estado. Creio que isso decorre das crueldades bem usadas ou mal usadas. Bem usadas podem chamar-se aquelas (se é que do mal se pode dizer bem) que se praticam em determinadas circunstâncias, pela necessidade de se obter segurança, mas nas quais, depois, não se insiste, substituindo-se tais ações por atos da maior utilidade possível em prol dos súditos. Mal usadas são aquelas que, embora a princípio sejam poucas, com o tempo se acrescem, em vez de desaparecerem. Os que observam a primeira maneira podem, com o auxílio de Deus e dos homens, dar ao seu Estado algum remédio, como aconteceu a Agátocles; quanto àqueles outros, é impossível manterem-se.

A esta altura há que notar que, ao apossar-se de um Estado, deve o que o tomou verificar todas as ofensas que precisa fazer; e fazê-las todas de uma vez, a fim de não ter de repeti-las todos os dias e poder, assim, não as repetindo, tranquilizar os homens e, beneficiando-os, conquistá-los. Quem age diferentemente, ou por timidez ou por mal aconselhado, necessitará sempre estar com a faca em punho; não poderá nunca confiar nos seus súditos, por não

poderem estes, em virtude das novas e contínuas injúrias, sentirem-se seguros sob o seu governo. É que as injúrias se devem fazer todas de uma vez, a fim de que, tomando-se-lhes menos o gosto, ofendam menos; os benefícios devem ser feitos pouco a pouco, a fim de que melhor sejam saboreados. Deve um príncipe, sobretudo, viver com seus súditos de maneira que acidente algum, bom ou mau, o faça variar, porque, advindo, nos maus tempos, a necessidade de agir, não terá tempo de fazer mal, e o bem que fizeres não te beneficiará, eis que parecerá forçado e não te proporcionará a gratidão dos beneficiados.

IX

DE PRINCIPATU CIVILI *

Tratando, porém, de outro caso, o do cidadão privado que, não por meio de crimes ou de outras intoleráveis violências, mas com o favor dos seus concidadãos, ascende ao principado de sua pátria (o qual se pode chamar principado civil, e para chegar a ele não é necessário ter-se inteiramente merecimento ou boa sorte, mas antes astúcia afortunada), direi que essa ascensão se faz ou com o favor do povo ou com o dos grandes. É que em toda cidade se encontram estados de espírito diferentes, e isso advém de que o povo deseja não ser dirigido nem oprimido pelos grandes, e os grandes querem dirigir e oprimir o povo. Desses dois anelos diferentes manifesta-se na cidade um destes três efeitos: principado, liberdade ou licenciosidade.

O principado resulta da ação do povo ou dos grandes, de acordo com a oportunidade que se oferece a um ou aos outros. É que, percebendo os grandes que não podem resistir à pressão do povo, começam a suscitar prestígio na pessoa de um deles e o fazem príncipe, a fim de poderem, à sua sombra, satisfazer seus apetites. O povo, por seu lado, vendo que não pode resistir aos grandes, suscita prestígio na pessoa de alguém e o faz príncipe, a fim de se defender com a sua autoridade. O que ascende ao principado com o auxílio dos grandes mantém-se com dificuldade maior do que o que o faz com o auxílio do povo, pois se vê rodeado de muitos que lhe parecem ser seus iguais, e por isso não pode nem comandá-los nem manobrá-los à sua vontade.

Aquele, porém, que ascende ao principado pelo favor

* DO PRINCIPADO CIVIL

popular vê-se sozinho no poder e tem ao seu redor ninguém, ou pouquíssimos, que não se possa fazer obediente. Além disso, não se pode honestamente satisfazer os grandes sem prejuízo de outros, mas pode-se beneficiar o povo, eis que o objetivo do povo é mais honesto que o dos grandes, porque estes querem oprimir e aquele, não ser oprimido. Contra a inimizade do povo, o príncipe jamais pode ter segurança, por se tratar de muita gente; contra a dos grandes, pode ter segurança, por serem eles poucos. O pior que um príncipe pode esperar do povo que não lhe vota amizade é ser por ele abandonado; mas dos grandes que sejam hostis, deve não só temer ser por eles abandonado, como ainda que o ataquem, pois que, havendo nestes maior alcance de vista e maior astúcia, previnem-se sempre com tempo de salvarem-se e buscam as boas graças daquele que esperam que vença. Precisa ainda o príncipe viver sempre com o próprio povo; mas pode bem dispensar-se de agir sem os grandes, estando nele o poder de favorecê-los e desfavorecê-los a qualquer momento e dar-lhes e retirar-lhes prestígio, a seu talante.

Para melhor esclarecer este ponto, direi que os grandes devem ser considerados principalmente de duas maneiras: ou se conduzem de forma que se submetam ao príncipe, ou não. Os que se submetem e não são ambiciosos devem ser honrados e estimados; os que não se submetem têm de ser considerados de duas maneiras. Ou assim fazem por pusilanimidade e por vício natural de caráter; e neste caso deve o príncipe servir-se deles, principalmente dos que forem bons conselheiros, porque na prosperidade respeitam o seu senhor e na adversidade não há que temê-los. Mas quando não se submetem preconcebidamente e por motivos de ambição, é sinal de que pensam mais em si próprios do que no príncipe; e destes deve ele acautelar-se e arrear-se como de inimigos declarados, porque sempre, na adversidade, ajudarão a arruiná-lo.

Deve, portanto, aquele que se torna príncipe mediante o favor do povo conservar a sua estima, coisa que lhe é

fácil por não querer o povo senão não ser oprimido. Mas quem, contra a vontade do povo, se torna príncipe com o favor dos grandes deve, antes de mais nada, procurar ganhar a estima do povo, o que lhe é fácil quando decide ser protetor dos seus interesses. E porque os homens, quando recebem o bem de quem esperava o mal, ficam mais gratos ao seu benfeitor, torna-se o povo, depressa, tão mais agradecido àquele do que se ele houvesse sido conduzido ao principado mediante o seu favor. Pode o príncipe ganhar-lhe a estima de muitas maneiras, às quais, por variarem, de acordo com cada caso, não se podem dar regras determinadas: por isso não tratarei delas. Concluirei, apenas, por dizer que a um príncipe é necessário ter o povo como amigo; de outra maneira não encontrará ele apoio na adversidade.

Nábis, príncipe dos espartanos⁶⁷, sustentou o assédio de toda a Grécia e de um exército romano coberto de glórias, defendendo contra eles sua pátria e seu governo. Bastou-lhe apenas, chegado o momento do perigo, assegurar-se de poucos, pois, se o povo estivesse contra si, não lhe bastaria essa providência. Não queira alguém refutar esta minha opinião com aquele conhecido provérbio segundo o qual quem se alicerça no povo, alicerça-se no barro. Essa sentença é verdadeira quando o cidadão privado no povo se apóia e espera dele que o acuda ao oprimirem-no os inimigos ou os magistrados (aqui ver-se-ia frequentemente enganado, como os Gracos em Roma e *messer* Giorgio Scali⁶⁸ em Florença). Sendo o caso, porém, de um príncipe aquele que nele se apóie e o possa dirigir e que seja homem animoso e não se encolha diante da adversidade, que não descure de demais cautelas e com sua fortaleza de ânimo e determinações próprias anime todos, este jamais se verá ludibriado pelo povo. E verá que os seus alicerces foram bem fundados.

Soem estes principados periclitam quando estão em transição do poder civil para o absoluto. É que em tal caso os príncipes ou governam eles próprios ou através dos ma-

gistrados. Esta última forma torna mais débil e perigosa a sua situação, porque nela estão totalmente dependentes da vontade dos cidadãos investidos nas funções de magistrados, os quais, principalmente nos tempos adversos, podem retirar-lhes com facilidade o poder, quer atacando-os, quer não lhes obedecendo. E o príncipe não tem tempo, em plena crise, de assumir o poder absoluto, pois os cidadãos e os súditos, acostumados a receber ordens dos magistrados, não se dispõem, em tais ocorrências, a receber ordens dele; e haverá sempre, nos tempos duvidosos, falta daqueles nos quais possa confiar. Tal príncipe não pode basear-se no que vê nos tempos pacíficos, quando os cidadãos precisam do Estado, porque então todo mundo acorre, todo mundo promete, todos querem morrer por ele quando a morte não se mostra. Mas, nos tempos adversos, quando o Estado é que precisa dos cidadãos, então poucos são encontráveis. E essa experiência é tanto mais perigosa quanto não se pode fazê-la senão uma vez. Por isso, um príncipe prudente deve pensar numa maneira de fazer com que os seus cidadãos, sempre e em qualquer circunstância, tenham necessidade do Estado e dele, com o que lhe serão, depois, sempre fiéis.

X

QUOMODO OMNIUM PRINCIPATUUM
VIRE PERPENDI DEBEANT *

Convém seja feita, ao examinarem-se as qualidades destes principados, uma outra consideração, a saber: se um príncipe dispõe de poder suficiente para, se precisar, por si mesmo conduzir-se, ou se tem sempre necessidade de auxílio alheio. Para melhor elucidar este passo, direi que julgo capazes de conduzirem-se a si mesmos aqueles que têm possibilidade, seja por abundarem-lhes homens, seja por abundar-lhes dinheiro, de armar um exército eficiente e enfrentar quem quer que os ataque; e que, de outro lado, julgo necessitarem do auxílio alheio aqueles que não podem marchar ao encontro do inimigo em campo aberto, mas precisam refugiar-se no interior dos muros e defendê-los. Já se tratou do primeiro caso, e mais adiante diremos o que nos possa ainda ocorrer.

Quanto ao segundo caso, não se pode fazer outra coisa senão aconselhar tais príncipes a fortificarem e proverem seus redutos, sem se importarem com as regiões adjacentes à cidade. Quem tenha bem fortificado a sua cidade e, em relação aos seus súditos, se tenha conduzido como atrás se disse e em seguimento se dirá, será sempre atacado com temor, porque os homens são sempre inimigos de empresas em que enxerguem dificuldades, e não se pode enxergar facilidade no atacar quem tenha sua cidade bem defendida e não seja odiado pelo povo.

As cidades da Alemanha⁶⁹ gozam de grande liberdade, têm pouco território e obedecem ao imperador com

* COMO SE DEVEM MEDIR AS FORÇAS DE TODOS OS PRINCIPADOS

vontade livre; não temem nem este nem outros potentados em redor, porque são tão bem fortificadas que todos sabem ser tediosa e difícil a expugnação delas. É que todas têm fossos e muros convenientes; têm artilharia eficiente; mantêm sempre nos celeiros públicos o que beber e comer e com que fazer arder o fogo durante um ano. Além disso, a fim de manter a plebe alimentada sem prejuízo dos cofres públicos, têm sempre em reserva, por um ano, trabalho para dar-lhe, e que consiste nos misteres que são o nervo e a vida da cidade e das indústrias das quais a plebe se sustenta. Têm ainda em grande apreço os exercícios militares, regulamentados por muitas ordenações disciplinares.

Um príncipe, portanto, que possua uma cidade forte e não se faça odiar não pode ser atacado; e, ainda que o fosse, quem o intentasse não se sairia com honra da empresa. É que são tão inconstantes as coisas do mundo, que é quase impossível que alguém pudesse manter exércitos ociosos a assediar tal cidade. A quem replicasse: e se o povo, que tem suas propriedades fora dos muros e as vê arder, não sofrer isso com paciência; e se o longo assédio e o próprio egoísmo fizerem com que se esqueça ele do príncipe, responderei que um príncipe poderoso e animoso superará sempre todas essas dificuldades, ora dando aos súditos esperança de que o mal não será longo, ora suscitando neles o temor pelas crueldades do inimigo, ora prevenindo-se em relação aos que lhe pareçam mais ousados. Além disso, dir-se-á que certamente o inimigo incendiará e destruirá os campos logo à sua chegada, quando o ânimo dos defensores está ainda aquecido e disposto à defesa. Mesmo assim, muito menos deve o príncipe deixar-se empolgar pela dúvida, porque, depois de alguns dias, os ânimos arrefecidos, têm-se por já feitos os danos e recebidos os males e por irremediável o acontecido. Então, mais ainda se une o povo ao seu príncipe, parecendo-lhe que ele lhe seja obrigado por haverem ardido suas casas e se arruinado suas possessões na defesa dele. É da natureza dos

homens o obrigar-se tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos. Daí se vê, se se considera bem tudo, que não é difícil a um príncipe prudente manter firme o ânimo de seus súditos em todo um assédio, quando não lhe falem víveres nem meios de defesa.

XI

DE PRINCIPATIBUS ECCLESIASTICIS *

Resta-nos somente, agora, tratar dos principados eclesiásticos. Em relação a estes, as dificuldades só existem antes de se entrar na sua posse, pois se conquistam pelo mérito ou pela boa sorte, mas sem um ou a outra se mantêm. É que eles são sustentados pelas instituições antigas da religião, as quais são tão poderosas e qualificadas, que asseguram o poder aos seus príncipes seja qual for a sua maneira de proceder e viver. Apenas estes têm Estados e não os defendem; súditos, e não os governam. E os Estados, embora indefesos, não lhes são arrebatados; e os súditos, embora não governados, não consideram tal situação, nem podem subtrair-se à sua dominação. Somente estes principados, pois, gozam de segurança e são felizes. Sendo eles dirigidos por razões superiores, às quais a mente humana não tem acesso, deixarei de falar deles, eis que, sendo abençoados e mantidos por Deus, seria ato de homem presunçoso e temerário discorrer a seu respeito. Não obstante, se alguém me perguntasse como se explica que a Igreja tenha, no poder temporal, alcançado tal poderio, quando, antes de Alexandre, os potentados italianos, e não apenas aqueles que podiam ser chamados de potentados, mas qualquer barão ou senhor, ainda que insignificante, pouco temiam em relação ao seu poder temporal, e agora um rei como o da França treme diante dela e ela o pôde expulsar da Itália e pôde arruinar os venezianos, em resposta não me seria supérfluo lembrar boa parte de tais fatos, não obstante sejam eles conhecidos.

Antes que Carlos ⁷⁰, rei da França, entrasse na Itália,

* DOS PRINCIPADOS ECLESIASTICOS

esta província estava sob o domínio do papa, dos venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e dos florentinos. Estas potências deviam cuidar de duas coisas, principalmente: uma, que o estrangeiro não entrasse na Itália com seus exércitos; outra, que nenhum deles próprios ocupasse mais Estados. Os que mereciam mais cuidados eram o papa e os venezianos. E para conter os venezianos foi necessário se unissem todos os outros, como aconteceu quando da defesa de Ferrara; e para manter em respeito o papa, serviram-se eles dos barões de Roma, os quais, estando divididos em duas facções, a dos Orsini e a dos Colonna, criavam sempre razões de conflito entre eles e, vivendo com as armas na mão sob os próprios olhos do pontífice, mantinham o pontificado enfraquecido e inseguro. Embora surgisse às vezes um papa animoso, como Xisto⁷¹, ainda assim a boa sorte e a sabedoria não puderam jamais livrar o pontificado destes aborrecimentos. A brevidade do exercício do papado era causa dessa impossibilidade, porque em dez anos, que eram em média os desse exercício, apenas se podia dominar uma facção; e se, *verbi gratia*, um papa havia quase aniquilado os Colonna, sucedia-lhe um que era inimigo dos Orsini, o qual fazia ressurgir aqueles e não tinha tempo para aniquilar os Orsini.

Isso fazia com que as forças temporais do papa fossem pouco temidas na Itália. Surgiu então Alexandre VI, o qual, mais do que todos os outros que ascenderam ao pontificado, demonstrou de quanto é capaz um papa com dinheiro e armas; e fez, tendo por instrumento o duque Valentino, por ocasião da vinda dos franceses, todas aquelas coisas de que se falou atrás, quando se tratou das ações do duque. Não obstante sua intenção não fosse a de tornar poderosa a Igreja, e sim o duque, o que fez reverteu em benefício do poderio da Igreja, a qual, depois de sua morte e desaparecido o duque, fez-se herdeira do que seu esforço conquistou.

Veio em seguida o papa Júlio⁷², que encontrou a

Igreja poderosa, senhora de toda a Romanha, e aniquilados os barões de Roma pelo rigor de Alexandre, que anulou as suas facções; e encontrou ainda caminho aberto à maneira de acumular dinheiro, não usada antes de Alexandre. Coisas estas que Júlio não só prosseguiu, como desenvolveu; e planeou apossar-se de Bolonha⁷³, aniquilar os venezianos⁷⁴ e expulsar os franceses da Itália⁷⁵. Todos esses empreendimentos tiveram êxito; e com maior merecimento porque tudo o que fez foi para engrandecer a Igreja, e não qualquer dos seus. Manteve ainda os partidos dos Orsini e dos Colonna na situação em que os encontrou; e embora entre eles houvesse algum motivo para divisionismos, duas coisas todavia os mantiveram aquietados: uma, o poderio da Igreja, que os fazia temerosos; outra, o não haver cardeais nas suas casas, os quais sempre originam dissensões. Jamais estarão em paz tais partidos quando neles houver cardeais, porque estes alimentam, em Roma e fora dela, as dissensões entre os partidos, e os barões são forçados a defendê-los. Destarte, da ambição dos prelados nascem as discórdias e as querelas entre os barões.

Assim, Sua Santidade o papa Leão⁷⁶ encontrou poderosíssimo o pontificado; e espera-se que, como os seus antecessores o fizeram poderoso pelas armas, este, com a sua bondade e as suas infinitas outras virtudes, o faça ainda maior e venerando.

XII

QUOT SINT GENERA MILITIAE ET DE MERCENARIIS MILITIBUS *

Havendo tratado pormenorizadamente de todas as espécies de principados que inicialmente me propus examinar e considerado, aqui e ali, as razões de sua prosperidade e de sua ruína, bem como mostrado as maneiras mediante as quais muitos os conquistaram e mantiveram, resta-me agora tratar, de modo geral, das agressões que contra eles podem intentar-se e das formas de repeli-las. Dissemos atrás que um príncipe deve bem alicerçar o seu poderio; de outra maneira, arruinar-se-á sem remédio. Os principais alicerces de todos os Estados, tanto os novos como os antigos e os mistos, são as boas leis e as boas armas; e porque não pode haver boas leis onde não haja boas armas, e onde há boas leis é sinal de que há boas armas, deixarei de lado o discorrer sobre as leis e falarei das armas.

Direi, pois, que as armas com as quais um príncipe defende o seu Estado são ou próprias ou mercenárias, ou auxiliares ou mistas⁷⁷. As mercenárias e auxiliares são prejudiciais e perigosas; e se um príncipe fundamenta o seu poder nas armas mercenárias, não o terá jamais sólido nem gozará de segurança, porque os soldados não se lhe afeiçoam, são ambiciosos, indisciplinados e infiéis, animosos entre os amigos, vis diante do inimigo; e não temem a Deus nem usam de lealdade para com os outros. Com eles a seu serviço, um príncipe só difere a sua ruína na medida em que difere a ação guerreira. Nos tempos de paz é espoliado por eles; na guerra, pelos inimigos. A causa

* DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE MILÍCIAS E DOS SOLDADOS MERCENÁRIOS

disso é que não nutrem eles nem estima nem qualquer outro bom sentimento em relação a ti que os mantenha em campanha; e só te servem por um punhado de moedas, que entretanto nunca é suficiente para fazer com que se disponham a morrer por ti. Querem ser teus soldados enquanto não fazes a guerra; e fogem ou te abandonam tão logo ela chegue.

O mostrar tais coisas não me dará trabalho, sendo evidente, como é, que no momento o mal da Itália não é causado senão pelo fato de, durante muitos anos, ter-se ela fundado nas tropas mercenárias. Tais tropas, a serviço de um que outro Estado, mostraram algum ânimo e pareceram valorosas quando das lutas internas; foi só, porém, chegar o inimigo do exterior para que mostrassem o que valiam realmente. Daí ter podido Carlos, rei da França, tomar a Itália com giz⁷⁸. E os que diziam que destas coisas eram razão as nossas faltas, diziam a verdade⁷⁹, não sendo estas, entretanto, as que se pensava fossem, mas as que enumerei; e como foram elas faltas dos príncipes, as penas conseqüentes as sofreram eles.

Quero melhor demonstrar o desvalor destas tropas. Os capitães mercenários ou são excelentes militares ou não o são. Se o são, não podes fiar-te deles, pois aspirarão sempre ao engrandecimento próprio, ora hostilizando-te a ti, que és seu amo, ora hostilizando outros que não tens intenção de molestar; mas, se não tem valor, o capitão via de regra te arruinará. Se se disser que fará o mesmo todo aquele que tenha armas na mão, seja ele mercenário ou não, replicarei indicando de que forma devem as tropas ser operadas pelo príncipe ou pelos poderes maiores da república: o príncipe deve colocar-se em pessoa à frente delas e exercer o mister de capitão; a república deve delegar tal ofício aos cidadãos (quando delegar o comando a algum deles que não se mostre homem de valor, deve substituí-lo; quando for capaz, deve limitar-lhe os poderes com a força das leis, a fim de que não se exceda). E a experiência nos mostra que os príncipes, sozinhos, e as repúbli-

cas aguerridas realizam progressos notáveis, enquanto que as armas mercenárias não causam senão danos; e que com maior dificuldade cai o poder em mãos de um único cidadão no caso de república fortalecida com armas próprias do que no caso de uma fortalecida com armas alheias.

Roma e Esparta mantiveram-se aguerridas e livres durante séculos. Os suíços são aguerridíssimos e gozam da máxima independência⁸⁰. Exemplo antigo do que são as armas mercenárias encontra-se em Cartago, que foi oprimida pelos seus soldados mercenários terminada a primeira guerra contra Roma, embora os cartagineses tivessem como comandantes seus próprios cidadãos. Filipe da Macedônia⁸¹ foi, pelos tebanos, feito capitão dos soldados deles após a morte de Epaminondas; e privou-os da liberdade depois da vitória. Os milaneses, morto o duque Filippo⁸², assalariaram Francesco Sforza na sua luta contra os venezianos, o qual, superados os inimigos em Caravaggio⁸³, com eles conluiou-se para oprimir os milaneses, seus amos. Sforza⁸⁴, seu pai, assalariado da rainha Joana de Nápoles, deixou-a subitamente desarmada; e ela, para não perder o reino, foi obrigada a depender do rei de Aragão. E se os venezianos e os florentinos acresceram entretanto os seus domínios com o emprego dessas tropas e os seus capitães não se fizeram príncipes, mas os defenderam, direi que os florentinos, nesse caso, foram favorecidos pela sorte: dos capitães competentes, aos quais podiam temer, alguns não obtiveram êxito, alguns sofreram oposição, outros endereçaram sua ambição noutra direção. Um dos que não teve êxito foi Giovanni Aucut⁸⁵, cuja fidelidade, por isso, não pôde ser posta à prova; mas há que reconhecer que teria tido os florentinos à sua mercê caso houvesse alcançado êxito. Sforza teve sempre contra si a gente de Braccio⁸⁶, e um e outro sempre se vigiaram mutuamente. Francesco voltou sua ambição para a Lombardia, Braccio, para a Igreja e o reino de Nápoles.

Vamos, porém, ao que se passou há pouco tempo. Fizeram os florentinos seu capitão Paulo Vitelli⁸⁷, homem

prudentíssimo e que, simples cidadão privado, alcançou notável prestígio. Se ele houvesse conquistado Pisa, ninguém negará que conviria aos florentinos mantê-lo consigo, porque estariam perdidos se ele se assalariasse aos seus inimigos; e que, se o mantivessem, teriam de prestar-lhe obediência.

Se considerarmos as empresas dos venezianos, veremos que atuaram firme e gloriosamente enquanto fizeram a guerra eles próprios (o que se deu antes de haverem levado para terra firme os seus empreendimentos), gentishomens e plebe armada conduzindo-se com alto valor. Desde, porém, que começaram a lutar em terra, despiram-se desse valor e adotaram os costumes de guerra da Itália. No início das suas empresas em terra, por não possuírem muito território e gozarem de grande reputação, não tiveram muito que temer dos seus capitães. Tão logo, porém, se ampliaram tais territórios, o que se deu quando se valeram de Carmignuola⁸⁸, tiveram uma amostra do resultado do seu erro. E é que, tendo conhecido o grande valor deste, pois sob o seu comando bateram as forças do duque de Milão, e sabendo, a par, que o seu ímpeto arrefecera, chegaram à conclusão de que, com ele, não poderiam mais vencer, dado o seu desinteresse, ao mesmo tempo que sabiam não poder licenciá-lo, a fim de não perderem o que já haviam conquistado; e assim, para sua segurança, foram obrigados a matá-lo. Tiveram depois como capitães Bartolomeo de Bérgamo⁸⁹, Ruperto da San Severino⁹⁰, o conde de Pitigliano⁹¹ e outros de igual categoria, dos quais tinham de temer danos, e não esperar vantagens, como os que lhes advieram em Vailà⁹², onde, num dia, perderam aquilo que com tanto esforço haviam conquistado em oitocentos anos. De tais tropas resultam apenas lentas, tardas e insignificantes conquistas e súbitas e inacreditáveis perdas.

Como exemplifiquei com acontecimentos em terras da Itália, na qual por muitos anos operaram as tropas mercenárias, quero sobre elas discorrer mais longamente, a fim

de que, examinando-se as origens e o desenvolvimento delas, melhor se possa sanar sua inconveniência.

Há que ver, pois, que logo que, nestes últimos tempos, o império começou a ser repellido na Itália e o papa ganhou mais poder temporal, ela se repartiu em mais Estados, porque muitas das suas grandes cidades tomaram armas contra os seus nobres, os quais, anteriormente, favorecidos pelo imperador, as oprimiam, enquanto que a Igreja as favorecia com o fito de ganhar maior poder temporal. Em muitas outras houve simples cidadãos que delas se tornaram príncipes. Do que resultou que, havendo quase toda a Itália passado ao poder da Igreja e certas cidades se constituído em repúblicas, não estando os padres e os cidadãos afeitos às armas, começaram a assalariar forasteiros. O primeiro a dar prestígio às tropas mercenárias foi Alberigo de Conio⁹³, romanhês. Deste foram discípulos Braccio e Sforza, os quais, nos seus tempos, se tornaram árbitros da Itália. Depois destes vieram todos os outros que até os nossos dias têm comandado essas tropas. O resultado da ação delés foi ser a Itália invadida por Carlos, saqueada por Luís, oprimida por Fernando e vituperada pelos suíços⁹⁴. A primeira preocupação que tiveram foi a de ganhar prestígio à custa de retirar o da infantaria. Fizeram isso porque, não tendo Estados e não vivendo senão da sua profissão, não ganhariam reputação com a pouca infantaria que pudessem empregar, por não lhes ser possível prover à subsistência de grande número de infantes. Reduziram-se, portanto, à cavalaria, que lhes permitia ganhar prestígio com pequeno número de homens, e cuja subsistência era menos onerosa. Chegou-se ao ponto de, num exército de vinte mil soldados, não haver nem dois mil infantes. Havia, além disso, encontrado meios de se isentarem, eles e os seus soldados, dos trabalhos e dos sobressaltos, não se matando mutuamente nos combates, mas fazendo-se aprisionar uns aos outros sem resgate. Não atacavam durante a noite, e os que defendiam as praças não arremetiam contra os acampamentos; não se cercavam

estes de estacadas e fossos; e não se acampava no inverno. Todas essas coisas eram permitidas pelos regulamentos militares dos mercenários e forjadas por eles para que pudessem, como se disse, subtrair-se ao trabalho e aos perigos. Com isso tudo tornaram a Itália escrava e desprezível.

XIII

DE MILITIBUS AUXILIARIIS, MIXTIS ET PROPRIIS *

As tropas auxiliares, que são outras tropas prejudiciais, são as que te ajudam quando requeres o apoio de algum poderoso, como em tempos recentes fez o papa Júlio, o qual, havendo tido, na campanha de Ferrara, melancólica experiência de suas tropas mercenárias, voltou-se às auxiliares e realizou com Fernando da Espanha um acordo em virtude do qual teve a ajuda de seus exércitos ⁹⁵.

Essas tropas podem, em si, ser úteis e boas, mas são, para quem as chama em seu auxílio, quase sempre danosas, porque te aniquilas se perdes, e ficas à mercê delas se vences. Embora de exemplos disso esteja cheia a história antiga, não quero deixar de usar este exemplo recente do papa Júlio II, cuja decisão de tomar Ferrara fiando-se no esforço estrangeiro não pode ser considerada das mais prudentes. Sua boa sorte fez com que um terceiro sucesso viesse impedir que ele colhesse os frutos da sua má deliberação: e foi que, havendo sido as forças auxiliares desbaratadas em Ravenna e surgido os suíços ⁹⁶, que expulsaram os vencedores, contra a expectativa de Júlio e todos os outros, não foi ele aprisionado pelos inimigos, que fugiram, nem ficou à mercê das forças auxiliares, por haver vencido com outras tropas. Os florentinos, estando totalmente privados de tropas, valeram-se de dez mil franceses para assediar Pisa ⁹⁷, e esta decisão lhes acarretou maior perigo que o que correram em qualquer tempo nas suas campanhas. O imperador de Constantinopla ⁹⁸, a fim de enfrentar os seus vizinhos, pôs na Grécia dez mil turcos,

* DAS TROPAS AUXILIARES, MISTAS E NACIONAIS

os quais, finda a guerra, não quiseram retirar-se, disso resultando o começo da escravização da Grécia aos infieis.

Quem, pois, não desejar vencer, valha-se de tropas tais, pois são mais perigosas que as mercenárias. Vem com elas a ruína completa, eis que constituem corpo coeso e dedicado à obediência aos seus comandantes. As tropas mercenárias levam mais tempo e precisam de mais azada oportunidade para ofender-te, depois de vitoriosas, por não formarem corpo coeso e serem recrutadas e pagas por ti; e alguém que não te pertença nem seja deles, a quem faças comandante de mercenários, não pode desde logo adquirir tanta autoridade que te possa prejudicar. Em suma: nas tropas mercenárias é mais perigosa a inépcia; nas auxiliares, a eficiência.

Por isso, um príncipe prudente desprezou sempre essas tropas e preferiu as próprias; e quis antes perder com as suas do que vencer com as alheias, julgando não autêntica a vitória que com armas de outrem fosse obtida. Nunca deixarei de citar o exemplo de César Bórgia e suas ações. O duque invadiu a Romanha com tropas auxiliares, todas formadas com franceses, e mercê delas tomou Imola e Furlì. Mas não lhe parecendo, depois, seguras essas tropas, voltou-se para as mercenárias, achando serem elas menos perigosas; e assalariou as gentes de Orsini e Vitelli. Depois, porém, ao operar com elas, julgou-as duvidosas, infieis e perigosas; e as dispensou, voltando-se para as forças próprias. Pode-se facilmente ver a diferença que há entre aquelas e estas últimas tropas, considerando-se a diferença entre a reputação do duque quando contava unicamente com os franceses e depois com a gente dos Orsini e dos Vitelli, e aquela que granjeou quando se decidiu a ficar com os seus próprios soldados e a contar consigo próprio: ver-se-á que essa reputação subiu de ponto e que o duque nunca foi tão respeitado como quando todos constataram estar ele na posse integral do comando de suas forças.

Eu não quisera afastar-me dos exemplos italianos e recentes, mas não desejo omitir o de Hierão de Siracusa,

do qual já falei. Este Hierão, que, como eu disse, foi feito pelos siracusanos comandante dos exércitos, viu logo que as tropas mercenárias não eram úteis, por serem os seus comandantes da mesma espécie dos nossos italianos; e não podendo nem mantê-los a seu serviço nem dispensá-los, mandou-os trucidar, fazendo guerra, depois, com suas tropas, não com alheias. Quero ainda relembrar um passo do Velho Testamento que vem muito a propósito. Oferecendo-se Davi a Saul para combater Golias, provocador filisteu, Saul, para incutir-lhe ânimo, armou-o com armas suas⁹⁹; e Davi, tão logo delas se revestiu, recusou-as, dizendo que com elas não podia valer-se inteiramente de si próprio e que preferia enfrentar o inimigo com sua funda e sua faca.

Em resumo: as armas dos outros ou te caem do corpo ou te pesam ou te sufocam. Carlos VII, pai de Luís XI, tendo, mercê da sua boa sorte e valor, libertado a França dos ingleses¹⁰⁰, sentiu essa necessidade de armar-se com forças próprias, e ordenou no seu reino a conscrição de tropas a cavalo e de infantaria. O rei Luís, seu filho¹⁰¹, dispensou depois as tropas de infantaria e começou a assalariar suíços. E este erro, ao qual se seguiram outros, foi, como agora concretamente se vê, a razão dos perigos que ameaçam aquele reino. É que, tendo conferido prestígio aos suíços, envileceu as suas próprias tropas: a infantaria foi totalmente extinta; a sua cavalaria subordinou-se a tropas alheias, e, habituando-se à ação na companhia dos suíços, não lhe pareceu possível vencer sem eles. Disto resulta que os franceses não sejam capazes de enfrentar os suíços e não tenham valor no enfrentar outros sem o apoio dos suíços. Têm sido, pois, mistos os exércitos franceses, a saber, compostos em parte de tropas mercenárias, em parte de tropas nacionais, tropas que, juntas, são muito melhores que as simples mercenárias ou as simples auxiliares e muito inferiores às nacionais. Basta que se atente neste exemplo. O reino da França seria insuperável se as medidas de Carlos tivessem sido desenvolvidas ou preser-

vadas. Mas a pouca prudência dos homens faz com que vá por diante uma coisa cuja boa aparência não permite que se veja o veneno oculto nela: tal como eu disse atrás das febres éticas¹⁰².

Portanto, aquele que no governo de um principado não reconhece os males no seu início não é verdadeiramente sábio; e isso é dado a poucos. Se se considerar a razão inicial da decadência do Império Romano, ver-se-á que foi o começar a assalarar os godos, pois que daí em diante foram-se desfibrando as forças do império, passando todo o seu valor a atribuir-se aos mercenários.

Concluo, pois, que, sem a posse de tropas próprias, príncipe algum está em segurança. Não dispondo de forças fiéis que o defendam na adversidade, depende apenas da boa sorte. Foi sempre opinião e máxima dos homens sábios *quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potentiae non sua vi nixa*¹⁰³. E forças próprias são aquelas compostas de súditos, cidadãos ou servos teus; e mercenárias ou auxiliares, as outras todas. A maneira de organizar as tropas nacionais será fácil de ser encontrada se se considerarem as disposições dos quatro aos quais me referi¹⁰⁴ e se se observar de que forma Filipe, pai de Alexandre, e muitas repúblicas e principados se armaram e se ordenaram. É a essas ordens que me reporto inteiramente.

XIV

QUOD PRINCIPEM DECEAT CIRCA MILITIAM *

Deve portanto um príncipe não ter outro objetivo e outro pensamento nem dedicar-se a outro empreendimento rotineiro que não os relacionados com a guerra e a organização e disciplina das tropas, pois a prática da arte da guerra é a única que se espera daquele que governa. Ela é de tal valia, que não apenas sustenta os que nasceram príncipes, como, muitas vezes, faz com que homens de condição privada ascendam àquela posição, enquanto que, ao contrário, vê-se que príncipes que cuidaram mais de amenidades que das armas perderam seus Estados. A razão principal de perderes estes é a negligência da arte da guerra; e a razão de os conquistares é seres nela versado.

Francesco Sforza, de homem de condição privada, fez-se duque de Milão por haver cuidado de armar-se; seus filhos¹⁰⁵, por se esquivarem às fadigas das armas, de duques foram reduzidos à condição de homens comuns. É que, dentre as outras más conseqüências de te encontrares desarmado, está a de te tornares desconhecido, o que é um dos senões de que o príncipe deve guardar-se, como adiante se dirá. Entre um homem armado e um desarmado não é razoável estabelecer comparação alguma, e não é razoável esperar que um homem armado obedeça de boa vontade a quem não o esteja, e que o desarmado viva em segurança entre servidores seus, eis que, havendo desdém num e suspeita noutro, não é possível que juntos vivam bem. Assim, pois, um príncipe que nada sabe das artes militares sofre, além de outras infelicidades das quais se

* DAS OBRIGAÇÕES DO PRÍNCIPE EM RELAÇÃO ÀS TROPAS

falou, o mal de não poder ser estimado por seus soldados e de não poder confiar neles.

Deve, portanto, jamais afastar o pensamento do exercício da guerra, preocupando-se com ele mais ainda na paz do que na guerra, o que pode fazer de duas maneiras: uma, com a ação física, e outra, mediante o espírito. Quanto à ação física, além de conservar bem organizados e exercitados os seus homens, deve dedicar-se assiduamente à caça, a fim de habituar o corpo aos incômodos e, a par, conhecer a natureza das regiões, saber como se erguem as montanhas, como se aprofundam os vales, como se estendem as planícies e familiarizar-se com a peculiaridade dos rios e dos pântanos, pondo nisto atenção extrema. Esse conhecimento é útil por dois motivos: primeiro, aprende-se a conhecer o território e pode-se melhor organizar a sua defesa; segundo, mediante o conhecimento e a frequência das suas regiões, tem-se fácil noção da natureza de outras regiões que ainda se tenha necessidade de conhecer. É que, por exemplo, as colinas, os vales, as planícies, os rios e os pântanos que há na Toscana têm certa semelhança com os de outras províncias, de modo que, com o conhecimento das regiões de uma província, pode-se chegar com facilidade ao conhecimento das de outras. O príncipe falto desta experiência é falto da principal qualidade inerente a um capitão, pois ela ensina a descobrir o inimigo, estabelecer os acampamentos, conduzir os exércitos, planejar as campanhas, sitiar vantajosamente as cidades.

Filopemen¹⁰⁶, príncipe dos aqueus, recebeu dos escritores, entre outros elogios, o de nos tempos de paz não pensar jamais senão na guerra; quando andava pelo campo na companhia de amigos, freqüentemente se detinha para com eles debater: “Se os inimigos estivessem no cimo daquela colina e nós aqui com o nosso exército, quem teria vantagem? Como poderíamos chegar até eles em boa ordem? Se quiséssemos bater em retirada, como o fariamos? Se eles batessem em retirada, como fariamos para persegui-los?” E lhes propunha, a andar, todos os casos que a

um exército podem ocorrer; ouvia a opinião deles, dava a sua, apoiando-as com suas razões. Assim, mercê desse contínuo excogitar, não lhe podia nunca, quando na condução dos exércitos, deparar acidente algum para o qual não tivesse remédio.

Agora, quanto ao exercício do espírito, deve o príncipe ler a história, e nela considerar as ações dos grandes homens, ver como se conduziram nas guerras, examinar as causas das suas vitórias e derrotas, a fim de poder evitar estas e alcançar aquelas; deve, sobretudo, fazer como no passado fizeram alguns grandes homens, os quais, propondo-se imitar alguém de tempos anteriores ao seu que alcançou glórias e louvores, revestiram suas atitudes e repetiram suas ações: tal como, diz-se, Alexandre Magno imitava Aquiles, César imitava Alexandre, Cipião imitava Ciro. Quem quer que leia a vida de Ciro, escrita por Xenofonte, reconhecerá na vida de Cipião quanto aquela imitação o cobriu de glória e quanto, na abstinência, na afabilidade, no humanitarismo, na liberalidade, Cipião se amoldou às coisas que Xenofonte contou de Ciro.

Maneiras assim deve um príncipe prudente observar e nunca estar ocioso nos tempos pacíficos; ao contrário, deve esforçar-se para capitalizar experiência e dela valer-se na adversidade, de modo que, quando esta lhe modifique a sorte, se encontre preparado a resistir-lhe.

DE HIS REBUS QUIBUS HOMINES
ET PRAESERTIM PRINCIPES
LAUDANTUR AUT VITUPERANTUR *

Resta ver agora como deve comportar-se um príncipe com os súditos ou com os amigos. Como sei que sobre isso muitos escreveram, receio, fazendo-o eu também, ser considerado presunçoso, principalmente porque, ao tratar deste assunto, me afasto das regras estabelecidas pelos outros. Mas sendo minha intenção escrever coisa útil, destinada a quem por ela se interessar, pareceu-me mais conveniente ir diretamente à efetiva verdade do que comprazer-me em imaginá-la. Muita gente imaginou repúblicas e principados que jamais foram vistos ou de cuja real existência jamais se teve notícia. E é tão diferente o como se vive do como se deveria viver, que aquele que desatende ao que se faz e se atém ao que se deveria fazer aprende antes a maneira de arruinar-se do que a de preservar-se. Assim, o homem que queira em tudo agir como bom acabará arruinando-se em meio a tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, para manter-se, aprender a não ser bom, e usar ou não usar o aprendido, de acordo com a necessidade.

Deixando, pois, de lado as coisas imaginadas acerca de um príncipe e tratando das que são verdadeiras, digo que todos os homens dignos de atenção, principalmente os príncipes, em virtude da sua posição elevada, fazem-se notar pelas qualidades que provocam ou reprovação ou louvor. Assim é que alguns são tidos como liberais e alguns, como miseráveis (para usar um termo toscano, *misero*, porque avaro, em nossa língua, é também aquele

* DAS COISAS PELAS QUAIS OS HOMENS, PRINCIPALMENTE OS PRÍNCIPES, SÃO LOUVADOS OU VITUPERADOS

que quer ter pela rapinagem, e *misero* chamamos nós àquele que se abstém muito de usar o que tem); alguns são tidos como pródigos e alguns, como rapaces; alguns, como cruéis, alguns, como piedosos; alguns, perjuros, outros, fiéis; alguns, efeminados e pusilânimes, outros, ferozes e animosos; alguns, humanos, outros, soberbos; alguns, lascivos, outros, castos; alguns, íntegros, outros, astuciosos; alguns, rudes, outros, afáveis; alguns, graves, outros, levianos; alguns, religiosos, outros, ímpios; e assim por diante. Sei que todos hão de reconhecer que seria coisa muito de louvar o encontrar num príncipe, das qualidades acima enumeradas, as que são tidas como boas. Como, porém, não é possível possuí-las nem evitá-las inteiramente, dada a natureza da condição humana, que o não consente, é necessário ao príncipe ser tão prudente, que possa fugir aos vícios que lhe fariam perder o governo e acautelar-se, se possível, quanto aos que não oferecem tal perigo. Não conseguindo, entretanto, fazer isso, pode, sem atormentar-se, deixar que as coisas sigam o seu curso. Não se importe o príncipe, ainda, de incorrer na infâmia daqueles vícios sem os quais dificilmente possa salvar o Estado. E é que, se se considera bem tudo, pode-se dar com algo que parecerá virtude e que, praticado, conduzirá à ruína; ou com outra coisa qualquer que parecerá vício e que, praticada, proporcionará a segurança e o bem-estar do príncipe.

DE LIBERALITATE ET PARSIMONIA *

Começando, pois, a tratar das primeiras qualidades atrás relacionadas, digo que seria bom que o príncipe fosse tido como liberal. Não obstante, a liberalidade, usada de maneira que não se reconheça, te prejudica; eis que, se a usas virtuosamente, como se deve usá-la, não a tornas conhecida, e daí pode recair sobre ti a má reputação do seu contrário. Assim, pois, se se quiser manter entre os homens a fama de liberal, é necessário não descurar de certa suntuosidade. Mas o príncipe que assim agir consumirá em tais obras todo o seu tesouro e terá por fim necessidade, se quiser manter o renome de liberal, de gravar excessivamente o povo e recorrer ao confisco e a todas aquelas brutalidades que se podem praticar para a obtenção de dinheiro. E isso começará a torná-lo odioso aos súditos e, empobrecendo, pouco estimado de todos. De forma que, havendo com sua liberalidade prejudicado muitos e premiado poucos, é o príncipe sensível à menor adversidade e periclitante ante o menor perigo; e quando reconhecer tal perspectiva e quiser conter-se, passará imediatamente a ser tido como miserável.

Não podendo, pois, um príncipe fazer uso dessa virtude de liberal de maneira que seja reconhecida, sem prejuízo para si, deve, se for prudente, não se preocupar com que o tenham por miserável, pois, com o passar do tempo, ao verem seus súditos que, mercê da sua parcimônia, as suas rendas lhe bastam e pode defender-se de quem lhe mova guerra, e empreender realizações sem gravar o povo, conferir-lhe-ão sempre a reputação de liberal, uma vez

* DA LIBERALIDADE E DA PARCIMÔNIA

que, assim fazendo, terá usado de liberalidade em relação a todos aqueles dos quais nada tira, cujo número é enorme, e terá sido miserável para todos aqueles aos quais nada dá, cujo número é pequeno. Em nossos dias não vimos realizar grandes coisas senão aqueles que foram tidos como miseráveis; e vimos cair todos os outros. O papa Júlio II, que se valeu do renome de liberal para ascender ao papado, não pensou em mantê-lo depois, a fim de poder fazer a guerra; o atual rei da França¹⁰⁷ empreendeu muitas guerras sem impor gravames ao povo, apenas porque acudiu às despesas supérfluas com a sua grande parcimônia; o atual rei da Espanha¹⁰⁸, se fosse liberal, não teria levado a efeito tantas campanhas nem tido êxito nelas.

Deve um príncipe, portanto, não se preocupar com a pecha de miserável, para não ter de roubar seus súditos, para poder defender-se, para não empobrecer e tornar-se desconsiderado, para não ser forçado à rapacidade, eis que esse é um daqueles defeitos que lhe permitem reinar. Se alguém dissesse: César, mercê da sua liberalidade, ascendeu ao poder, e muitos outros, por terem sido liberais e reputados como tal, alcançaram posição elevadíssima, eu responderia: ou és já príncipe ou estás a caminho de sê-lo; então, no primeiro caso, a liberalidade é danosa, e no segundo, é bem necessário ser tido como liberal. César foi um dos que aspiraram ao poder em Roma; mas se, depois que o alcançou, houvesse vivido mais tempo e não contivesse a sua liberalidade, teria arruinado o império. E se alguém replicasse: muitos foram os príncipes tidos como liberais que com seus exércitos realizaram grandes coisas, eu responderia: ou o príncipe gasta os seus bens e os dos seus súditos, ou os de outros; no primeiro caso, deve ser parcimonioso, no segundo, não deve em nada deixar de ser liberal.

E o príncipe que marcha com seus exércitos, se mantém de presas de guerra, de saques e de resgates, usa os bens alheios, tem necessidade de ser liberal; de outra forma não o seguiriam os soldados. Do que não é teu ou dos

teus súditos, podes dispor com maior prodigalidade, como fizeram Ciro, César e Alexandre, pois o gastar o que é dos outros não te retira reputação, antes ta acrescenta; só o gastares o que é teu é que te causa dano. Nada se consome mais a si próprio do que a liberalidade, da qual, enquanto a usas, vais perdendo a faculdade de fazê-lo, e te tornas ou pobre e desconsiderado ou, para esquivares-te à pobreza, rapace e odioso. E entre as coisas das quais um príncipe deve guardar-se estão o tornar-se odioso e tornar-se desconsiderado; e a liberalidade a uma e outra coisa te conduz. É portanto maior sabedoria ter o renome de miserável, o qual dá azo a um defeito não odioso, do que, por aspirar ao renome liberal, ter necessidade de arriscar-se a ser reputado rapace, o que dá azo a um defeito odioso.

XVII

DE CRUDELITATE ET PIETATE;
ET AN SIT MELIUS AMARI
QUAM TIMERI, VEL E CONTRA *

Examinando as outras qualidades atrás enumeradas, direi que todo príncipe deve desejar ser tido como piedoso, e não como cruel; não obstante, deve cuidar de não usar mal a piedade. César Bórgia era tido como cruel; entretanto, essa sua crueldade havia posto ordem na Romanha, promovido a sua união e a sua pacificação e inspirado confiança, o que, bem considerado, mostra ter sido ele muito mais piedoso que os florentinos, os quais, para se esquivarem da reputação de cruéis, deixaram que Pistóia fosse destruída¹⁰⁹. Deve um príncipe, portanto, não se importar com a reputação de cruel, a fim de poder manter os seus súditos em paz e confiantes, pois que, com pouquíssimas repressões, será mais piedoso do que aqueles que, por muito clementes, permitem as desordens das quais resultem assassinios e rapinagens. Estas atingem a comunidade inteira, enquanto que os castigos impostos pelo príncipe atingem poucos. E dentre todos os príncipes, é ao príncipe novo que é impossível esquivar-se à reputação de cruel, por oferecerem os Estados novos muitos perigos. Virgílio diz, pela boca de Dido:

*Res dura, et regni novitas me talia cogunt
Moliri, et late fines custode tueri*¹¹⁰.

Deve ele, entretanto, ser cauto no crer e no agir e não temer a própria sombra; e proceder de maneira a que, temperadas as suas ações com a prudência e a humanida-

* DA CRUELDADE E DA PIEDADE; E SE É MELHOR SER AMADO DO QUE TEMIDO OU O CONTRÁRIO

de, a confiança demasiada não o torne incauto e a desconfiança exagerada não o torne intolerável.

Nasce disso uma questão, a saber: é melhor ser amado que temido ou o contrário? Responder-se-á que se desejaria ser uma e outra coisa; mas, como é difícil casá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se haja de optar por uma das alternativas. É que dos homens pode-se dizer geralmente o seguinte: que são ingratos, volúveis, dissimulados, esquivadores dos perigos, ambiciosos de ganho; que, enquanto os beneficia, são inteiramente teus, oferecendo-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, como atrás se disse, desde que não se mostre a necessidade disso. Quando, porém, ela se apresenta, eles se vão. E o príncipe que haja confiado inteiramente na palavra dada perde-se se estiver desprevenido de outras medidas, pois as amizades baseadas no interesse, e não na grandeza e nobreza de alma, não se têm à altura do que se merece, e na ocasião necessária não se podem usar. E os homens receiam menos ofender aquele que se faz amar do que aquele que se faz temer: o amor mantém-se vinculado à gratidão, e esse vínculo, por serem míseros os homens, rompe-o toda ocasião conveniente; ao passo que o temor é mantido pelo receio aos castigos, e jamais faz com que te abandonem.

Deve o príncipe, não obstante, fazer-se temer de modo a que, embora não adquira amor, possa evitar o ódio. É que podem muito bem estar juntos o ser temido e o não ser odiado, e isso o conseguirá ele sempre, desde que se abstenha de atentar contra os bens e as mulheres dos seus cidadãos e súditos. Mas, quando tiver de proceder contra o sangue de alguém, faça-o ele quando houver justificação conveniente e causa manifesta; abstenha-se, porém, sobretudo, de atentar contra os bens dos outros; eis que os homens se esquecem mais depressa da morte do próprio pai que da perda do patrimônio. Aliás, as razões para a apropriação dos bens alheios não faltam nunca, e aquele que começa a vida da rapinagem encontra a

toda hora razões para tomar o alheio; ao contrário, as razões de proceder contra a vida dos outros são mais raras e acabam-se depressa.

Mas quando o príncipe está à frente dos seus exércitos e tem soldados inúmeros sob o seu comando, então é preciso que não se importe com a reputação de cruel, porque, sem ela, não se mantém jamais o exército unido nem disposto à ação. Entre os notáveis feitos de Aníbal conta-se este: no seu imenso exército, composto da mescla de inúmeras qualidades de homens e conduzido à ação em terras estrangeiras, jamais surgiu qualquer dissensão, quer entre os soldados, quer entre estes e o seu chefe, tanto nos bons como nos maus momentos. Isso não pode ter tido outra causa senão a da inumana crueldade de Aníbal, a qual, somada às inúmeras virtudes suas, fê-lo sempre, no conceito dos seus soldados, venerando e terrível. Sem essa, não lhe teriam bastado as outras suas virtudes para alcançar tal efeito. Os historiadores pouco judiciosos por um lado admiram as suas ações e, por outro, entretanto, reprovam a principal causa delas.

Que é verdade que as outras suas virtudes não lhe teriam bastado, pode-se ver em Cipião¹¹¹, homem raríssimo não só no seu tempo como em toda a crônica das coisas da história, contra o qual seus exércitos se rebelaram na Espanha: tal rebelião não nasceu senão da sua demasiada clemência, que permitia aos seus soldados mais licença do que a que convinha à disciplina militar. Isso lhe foi censurado por Fábio Máximo¹¹² no Senado, que o chamou de corruptor da milícia romana. Os locrenses¹¹³, tendo sido dizimados por um legado de Cipião, não foram por ele vingados, nem mereceu corretivo a insolência daquele legado, em razão da branda natureza de Cipião. Defendendo-o, disse alguém no Senado que havia muitos homens que melhor sabiam não errar do que corrigir erros. Essa sua natureza teria, com o tempo, apagado a fama e a glória de Cipião, se houvesse perseverado nela; vivendo, ele, porém, sob os olhos do Senado,

essa sua qualidade negativa não somente se ocultou, como foi causa da sua glória.

Concluo, pois, voltando à questão sobre o que é mais conveniente: se ser amado ou temido, dizendo que um príncipe sábio, para amar como convém os seus súditos e ser por eles temido como convém, deve valer-se do que é seu, não daquilo que é de outros. Deve apenas esforçar-se por evitar o ódio, como se disse.

XVIII

QUOMODO FIDES A PRINCIPIBUS SIT SERVANDA *

Todos compreendem como é louvável num príncipe manter a fé e viver com integridade, não com astúcia. Entretanto, os fatos de nossos dias mostram que há príncipes que realizaram grandes coisas sem que tivessem em demasiada conta a fé da palavra empenhada e souberam, pela astúcia, mudar a opinião dos homens; e que, por fim, superaram aqueles que fundaram seus atos na lealdade.

Deveis pois saber que há duas maneiras de combater: uma, com a lei, outra, com a força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, a primeira muitas vezes não seja suficiente, convém recorrer à segunda. É portanto necessário a um príncipe saber bem usar o animal e o homem. Isso foi ensinado aos príncipes de maneira velada pelos historiadores antigos, os quais contam que Aquiles e muitos outros príncipes da Antiguidade foram entregues à tutela do centauro Quíron para que este os educasse, não significando outra coisa o fato de ter-se como preceptor um ser meio animal, meio homem, senão que a um príncipe é necessário usar uma e outra natureza, pois uma sem a outra não subsiste.

Sendo, pois, preciso a um príncipe saber bem usar a natureza dos animais, deve aproveitar-se das qualidades da raposa e do leão, porque o leão não sabe defender-se contra as armadilhas, e a raposa não sabe defender-se contra os lobos. É preciso, portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para amedrontar os lobos. Os que adotam apenas a natureza do leão não têm êxito.

* DE QUE MODO DEVEM OS PRÍNCIPES MANTER A PALAVRA DADA

Não pode e não deve, portanto, um príncipe prudente manter a palavra empenhada quando tal observância se volte contra ele e hajam desaparecido as razões que a motivaram. Se os homens fossem todos bons, esse preceito não seria bom, mas como são pérfidos e não mantêm a sua palavra em relação a ti, da mesma maneira não tens de mantê-la em relação a eles. Nunca faltaram a um príncipe razões legítimas com que mascarar as inobservâncias. Disso poder-se-iam oferecer numerosos exemplos modernos e mostrar quantas convenções de paz, quantas promessas se fizeram írritas e vãs em razão da infidelidade dos príncipes; e que aquele que melhor soube usar a natureza da raposa teve mais êxito. Mas é necessário saber bem disfarçar essa natureza e ser grande simulador e dissimulador. E são tão simples os homens e tanto obedecem às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar.

Não quero deixar de lado um exemplo atual. Alexandre VI não fez jamais outra coisa, não pensou jamais em outra coisa senão enganar os homens; e encontrou sempre ocasião para fazê-lo. E não houve nunca outro homem que tivesse maior eloquência no asseverar uma coisa, e que com mais solenes juramentos a garantisse e menos a observasse, do que ele. Não obstante, sempre se beneficiou como quis das perfídias, porque conhecia bem estas coisas da vida.

Não é preciso, todavia, que um príncipe possua efetivamente todas as qualidades atrás enumeradas; mas é bem preciso aparentar possuí-las. Eu ousaria, ao contrário, dizer isto: possuir e observar sempre essas qualidades é nocivo; aparentar possuí-las é útil. Assim, é útil parecer e ser piedoso, fiel, humanitário, íntegro, religioso; mas deve-se ter o espírito prevenido, a fim de que, precisando não sê-lo, se possa e se saiba ser o contrário. Deve-se compreender que um príncipe, sobretudo um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas que fazem com que os homens sejam considerados bons, por ser frequentemente obrigado, a fim de manter o Estado, a agir contra

a fé, a caridade, a humanidade, a religião. E, pois, é necessário que o príncipe possua espírito capaz de modificar-se de acordo com o que lhe ditam a direção dos ventos e o variar das circunstâncias; e que, como acima se disse, não se afaste do bem, se possível, mas saiba valer-se do mal, se necessário.

Deve um príncipe, contudo, ter grande cuidado para que jamais lhe saia da boca algo que não esteja prenhe daquelas cinco qualidades, parecendo, assim, aos que o vêem e ouvem, todo piedade, todo lealdade, todo integridade, todo humanidade, todo religião. E nada é mais necessário aparentar possuir do que esta última qualidade. Os homens, em geral, julgam mais com a vista do que com o tato, eis que ver é dado a todos, sentir, a poucos. Todos vêem o que pareces ser, poucos sentem o que és; e estes poucos não ousam opor-se à opinião dos muitos que contam com a majestade do Estado para a sua defesa. Nas ações de todos os homens, especialmente os príncipes, contra os quais não há tribunal a que recorrer, os fins é que contam. Faça, pois, o príncipe tudo para alcançar e manter o poder; os meios de que se valer serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo atenta sempre para aquilo que parece ser e para os resultados. No mundo não há senão o vulgo que valha; e os poucos não têm oportunidades quando os muitos têm em que se apoiar. Um príncipe dos tempos presentes, o qual não devo nomear¹¹⁴, não prega jamais outra coisa senão paz e lealdade, e de uma e de outra é inimigo encarniçado. Uma e outra, se as houvesse ele observado, tê-lo-iam feito muitas vezes perder a reputação ou o Estado.

XIX

DE CONTEMPTU ET ODIO FUGIENDO *

Como, das qualidades que atrás se mencionam, já falei das mais importantes, quero agora discorrer rapidamente sobre as outras, considerando-as sob um tema geral, a saber: que o príncipe procure, como atrás se disse, evitar as coisas que o tornem odioso e desconsiderado, pois que, sempre que assim faça, terá cumprido o que lhe cabe e não correrá perigo algum em relação aos outros defeitos. Fá-lo odioso, sobretudo, como eu disse, o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos súditos; e disto deve ele abster-se. Sempre que à comunidade não se usurpem nem os bens nem a honra, os homens vivem satisfeitos, e só se tem de lutar contra a ambição de poucos, a qual de muitas maneiras e com facilidade se refreia. Fá-lo desconsiderado o ser tido como volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto, coisas das quais um príncipe se deve desviar como que de um escolho, esforçando-se por que na sua ação se reconheça grandeza, força de ânimo, gravidade, fortaleza, e por que, no trato dos seus súditos, a sua sentença seja irrevogável, mantendo-se com tanta firmeza, que ninguém pense em enganá-lo nem em fazê-lo mudar.

O príncipe que consiga suscitar tal opinião a seu respeito será altamente reputado; e contra quem é bem reputado dificilmente se conspira e dificilmente se move ataque, porque todos o consideram forte e estimado pelos seus. Um príncipe deve ter dois receios: um, em relação ao perigo interno, aos seus súditos; outro, em relação ao perigo externo, às potências estrangeiras. Deste se defende

* DE COMO EVITAR O SER DESPREZADO E ODIADO

com as boas armas e os bons amigos; e sempre que tiver boas armas, terá bons amigos. Sempre estarão seguras as coisas internas quando estiverem seguras as do exterior, a não ser que já as perturbe uma conspiração. Mesmo, porém, que as coisas do exterior se agitem, se o príncipe tomou boas disposições e vive como se disse e não se intimida, então sustentará sempre toda e qualquer arremetida, como escrevi que fez Nábis de Esparta. Embora não haja ameaça exterior, há que temer que conspirem os súditos, coisa contra a qual o príncipe bem se assegura evitando ser odiado ou desprezado e mantendo o povo satisfeito, o que é preciso conseguir, como atrás extensamente se disse. Um dos mais poderosos remédios de que um príncipe dispõe contra as conspirações é não ser odiado pela comunidade. É que quem conspira sempre acredita que, dando morte ao príncipe, satisfaz o povo; mas quando sabe que o ofende, não tem ânimo para tomar tal decisão, porque as dificuldades com que então se defronta quem conspira são imensas. Mostra a experiência terem sido muitas as conspirações e poucas as que tiveram êxito. Quem conspira não pode agir só, nem pode ter a companhia senão daqueles que acredita descontentes; e logo que a um descontente mostras a tua intenção, dás-lhe motivo de contentamento, porque, traindo-te, pode ele obter toda vantagem, eis que vê, de um lado, o prêmio assegurado e, de outro, a vitória duvidosa e ameaçada por perigos; e, portanto, convém que teus companheiros sejam amigos fidelíssimos teus ou inimigos encarniçados do príncipe, para que não te traiam. Para reduzir a coisa a breves palavras, digo que, no lado do conspirador, não há senão medo, inveja, receio de castigo a abatê-lo, enquanto que, no lado do príncipe, estão a majestade do poder, as leis, a defesa dos amigos e do Estado que o sustém. De modo que, somadas a todas essas coisas a estima popular, é impossível que alguém seja tão temerário que conspire. É que, se comumente tem o conspirador que temer antes de feito o mal, nesse caso deve temer ainda depois de cometida

a violência, pois, tendo o povo por inimigo, não pode esperar que o queiram ocultar se não alcançar êxito.

Dessa matéria se poderiam dar inúmeros exemplos, mas eu me contentarei com um, dado por um fato dos dias de nossos pais. *Messer Annibale Bentivoglio*¹¹⁵, avô do atual Annibale, e que era príncipe de Bolonha, foi morto pelos Canneschi, que conspiraram contra ele, não havendo sucessor seu senão na pessoa de seu filho, então criança de colo, *messer Giovanni*¹¹⁶. Logo depois desse homicídio, sublevou-se o povo e matou todos os Canneschi, em razão da estima popular de que gozava naquele tempo a casa dos Bentivoglio, estima esta tão grande que, não restando em Bolonha membro algum dela que pudesse, morto Annibale, ascender ao poder, e havendo indícios de que em Florença havia um parente dos Bentivoglio¹¹⁷, tido até então como filho de um artesão, foram os bolonheses ali buscá-lo e lhe deram o governo da sua cidade, que ele exerceu até que *messer Giovanni* alcançasse idade de assumi-lo.

Concluo, portanto, dizendo que um príncipe deve pouco temer as conspirações quando o povo lhe for benévolo; quando, porém, for seu inimigo e lhe tenha ódio, deve temer tudo e a todos. Os Estados em boa ordem e os príncipes sábios sempre procuraram não irritar os grandes e, ao mesmo tempo, satisfazer o povo e mantê-lo contente, pois esta é matéria das mais importantes para o príncipe.

Entre os reinos bem ordenados e governados de nossos dias, coloca-se o da França, que possui inúmeras e excelentes instituições garantidoras da liberdade do povo e da segurança do rei. A principal delas é o Parlamento¹¹⁸, com sua autoridade. Quem ordenou aquele reino, sabendo da ambição dos poderosos e da sua insolência, e julgando necessário impor-lhes um freio capaz de contê-los e, por outro lado, sabendo do ódio do povo contra os grandes, fundado no temor, e querendo dar-lhe segurança, não

desejou que isso ficasse exclusivamente a cargo do rei, a fim de eximi-lo da censura dos grandes quando favorecesse o povo e da do povo quando favorecesse os grandes; e por isso instituiu um tribunal neutro que, sem encargos para o rei, reprimisse os grandes e favorecesse os pequenos. Essa instituição não podia ser melhor nem mais prudente; nem se pode dizer que não seja ela a razão da segurança do rei e do reino. Disso pode extrair-se outro princípio digno de nota, a saber, que os príncipes devem delegar a outrem os encargos de julgamento e reservar-se a si mesmos os atos de graça. Concluo, de novo, que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiar pelo povo.

Talvez pareça a muitos, que tenham considerado a vida e morte de alguns imperadores romanos, que haja exemplos que contrariam esta minha opinião, por haverem encontrado alguns que viveram sempre vida impecável e mostraram grandes virtudes de alma e que, não obstante, perderam o império ou foram mortos pelos seus súditos, que contra ele conspiraram. Na intenção, portanto, de responder a essas objeções, tratarei das qualidades de alguns imperadores, mostrando as causas de sua ruína, as quais não contradizem o que enunciei, e, ao mesmo tempo, considerarei as coisas dignas de nota para os que lêem as ações daqueles tempos. Limitar-me-ei a considerar todos os que no império se sucederam desde Marco, o filósofo¹¹⁹, até Maximino¹²⁰, e que foram: Marco, seu filho Cômodo, Pertinax, Juliano, Severo, seu filho Antonino Caracala, Macrino, Heliogábalo, Alexandre e Maximino.

Note-se, em primeiro lugar, que, se nos outros principados só se tem de lutar contra a ambição dos grandes e a insolência do povo, os imperadores romanos enfrentavam uma terceira dificuldade: a de terem de suportar a crueldade e a cupidez dos soldados. Coisa esta tão difícil de manejar, que foi motivo da ruína de muitos, por ser difícil contentar soldados e povo; eis que o povo amava a tranqüilidade e por isso amava os príncipes modestos,

enquanto os soldados amavam o príncipe de ânimo guerreiro, que fosse insolente, cruel e rapace, e queriam que tais coisas ele as exercitasse contra o povo, para poderem auferir dobrado ganho e darem pasto à sua cupidez e crueldade.

Tais coisas fizeram com que os imperadores que, por temperamento natural ou comportamento preconcebido, não tinham boa reputação com a qual pudessem refrear povo e soldados sempre se arruinassem. A maioria deles, principalmente aqueles que ascendiam ao trono erguidos de condição privada, ao se defrontarem com as dificuldades criadas por essas duas diversas espécies de aspiração, preferiam satisfazer aos soldados, pouco se importando com as ofensas feitas ao povo. Esta opção era necessária, porque, não podendo os príncipes livrar-se de serem odiados por alguns, devem, em primeiro lugar, esforçar-se para não serem odiados pela maioria, e, quando não podem consegui-lo, devem ter a habilidade de evitar o ódio dos que, nessa maioria, sejam mais poderosos. Portanto, aqueles imperadores que, por serem novos, tinham necessidade de favores extraordinários, buscavam antes a benquerença dos soldados que a do povo, o que se lhes tornava útil ou não, segundo soubesse o príncipe manter sua boa reputação entre os que preferira.

Essas mencionadas razões fizeram com que Marco, Pertinax e Alexandre¹²¹, todos de vida modesta, amantes da justiça, inimigos da crueldade, humanos, benignos, tivessem, com exceção de Marco, triste fim. Só Marco viveu e morreu honradíssimo, porque subiu ao trono como *jure hereditario*, não tendo pois de devê-lo nem aos soldados nem ao povo; além disso, sendo rico de muitas qualidades, que o faziam venerando, manteve sempre, enquanto viveu, uns e outros dentro dos seus termos, e não foi jamais odiado nem desprezado. Mas Pertinax, feito imperador contra a vontade dos soldados, os quais, afeitos a viver licenciosamente sob Cômodo, não puderam suportar a vida honesta à qual Pertinax pretendia reduzi-los, daí votando-

lhe ódio e ajuntando-lhe desprezo por ser velho o imperador, conheceu a ruína nos primeiros passos do seu governo.

Devo aqui fazer notar que o ódio se adquire tanto mediante as obras boas, como mediante as más. Assim, pois, como acima se disse, um príncipe é freqüentemente forçado a não ser bom a fim de manter o poder; eis que, quando é corrupta a maioria de que falei, seja ela a do povo, a dos soldados ou a dos poderosos, da qual julgas ter necessidade, convém-te adotar o seu caráter, a fim de contentá-la; e nesse caso as boas obras te prejudicam.

Tratemos, porém, de Alexandre, o qual foi tão bondoso que, dentre todas as louváveis ações que praticou, avulta a de, em catorze anos de governo, não ter sido executado ninguém sem julgamento. Não obstante, havendo tido a reputação de efeminado e de homem que se deixava dominar pela mãe, e por isso caído em desconsideração, contra ele conspirou o exército, assassinando-o.

Examinando agora, de outra parte, as qualidades de Cômodo, Severo, Antonino Caracala e Maximino ¹²², achá-los-ás extremamente cruéis e rapaces. Para satisfazer aos soldados, não hesitaram diante de toda e qualquer ofensa que contra o povo pudesse ser cometida. E todos eles, com exceção de Severo, tiveram triste fim. É que este possuía tanto valor que, mantendo a amizade dos soldados, embora oprimisse o povo, pôde sempre reinar com felicidade, pois o seu valor o fazia tão admirável aos olhos dos soldados e do povo, que este como que ficava pasmo e estupidificado, e aqueles, reverentes e satisfeitos.

E porque as ações dele foram grandes e notáveis num príncipe novo, quero mostrar com rápidas palavras como soube ele usar as personalidades da raposa e do leão, cujas naturezas, disse eu atrás, é necessário a um príncipe imitar. Sabendo Severo da ignávia do imperador Juliano ¹²³, persuadiu o exército que comandava na Eslavônia de que devia ir a Roma vingar a morte de Pertinax, que fora assassinado pelos soldados pretorianos. E sob esse pretexto, sem demonstrar que aspirava ao trono, fez marchar o exército

contra Roma, chegando à Itália antes mesmo que nela se soubesse da sua partida. Chegado a Roma, elegeu-o imperador o Senado, por temor, e foi morto Juliano. Antepunham-se a Severo, depois desses fatos iniciais, duas dificuldades para que se assenhoreasse de todo o império: uma, na Ásia, onde Pescênio Negro ¹²⁴, chefe dos exércitos asiáticos, se fizera aclamar imperador; outra, no Ocidente, onde se encontrava Albino ¹²⁵, também aspirante ao trono. E porque julgava perigoso manifestar-se inimigo de ambos, deliberou atacar Pescênio e enganar Albino. Escreveu a este, dizendo-lhe que, tendo sido eleito imperador pelo Senado, desejava partilhar com ele essa dignidade; e enviou-lhe o título de César e, por deliberação do Senado, adjudicou-lhe a condição de colega. Estas coisas foram aceitas por Albino como sinceras. Mas depois que venceu e matou Pescênio e pacificou os negócios no Oriente, Severo, retornando a Roma, apresentou queixa ao Senado contra Albino, declarando que este, mal reconhecido aos benefícios que dele recebera, havia traiçoeiramente tentado assassiná-lo, razão pela qual lhe era preciso ir punir a sua ingratidão. Foi ao seu encontro na França e o privou do poder e da vida.

Quem, pois, examinar diligentemente as ações de Severo, verá que ele foi ferocíssimo leão e astutíssima raposa, príncipe temido e respeitado por todos e não odiado pelos exércitos. E não se surpreenderá com que, príncipe novo, tenha podido alcançar tanto poder, pois a sua excelente reputação lhe evitou sempre o ódio que o povo pudesse ter-lhe votado por suas rapinagens. Antonino, seu filho ¹²⁶, foi, ele também, homem de qualidades excelentes, que o faziam admirável aos olhos do povo e amado pelos soldados, pois era militar completo, resistente a todas as fadigas, indiferente à mesa requintada e a todas as outras amenidades. Não obstante isso, sua ferocidade e crueldade foram tantas e tão inauditas (depois de numerosas mortes que ordenou em várias partes, mandou matar grande número de habitantes de Roma e toda a população de Alexandria),

que suscitou ódio enorme em todo o mundo. E começou a ser temido mesmo pelos que o rodeavam, e foi morto por um centurião, no meio do seu exército.

É de notar que assassínios como esse, que se dão por deliberação de espíritos obstinados, não podem ser prevenidos pelos príncipes, pois que qualquer homem que não se importe com morrer os pode atacar. Mas o príncipe pouco deve temê-los, porque são raríssimos. Deve somente evitar as graves injúrias feitas a alguém de quem se sirva e que lhe esteja próximo em virtude da natureza dos seus serviços ao principado, como fez Antonino, que matara afrontosamente um irmão daquele centurião e a este ameaçava todos os dias; e ainda o mantinha na sua guarda pessoal, coisa temerária e ruínosa de se fazer, como mostrou ser no seu caso.

Mas tratemos de Cômodo, ao qual teria sido fácil a manutenção do poder, pois, como filho de Marco, ascendeu ao trono *jure hereditario*. Bastar-lhe-ia ter seguido as pegadas do pai, e teria contentado soldados e povo. Sendo, porém, de caráter cruel e bestial, cuidou de agradar aos exércitos, tornando licenciosos os soldados, a fim de exercer a sua rapacidade contra o povo; e, a par, não mantendo a dignidade, descendo freqüentemente à arena, a combater com os gladiadores e fazendo outras coisas vis e pouco dignas da majestade imperial, tornou-se desprezível aos olhos dos soldados. Sendo, pois, odiado de um lado e desprezado de outro, sofreu conspiração e foi assassinado.

Resta-nos tratar das qualidades de Maximino. Foi, este, homem de extraordinária belicosidade; e estando os exércitos enfatiados das molícies de Alexandre, de que falei acima, morto este, elegeram-no imperador. Não teve o poder por muito tempo, pois duas coisas o fizeram odiado e desconsiderado: uma, o ser de condição muito inferior, pois fora guardador de ovelhas na Trácia (coisa sabidíssima de todos e que o fazia decair grandemente no conceito de muitos); outra, porque, havendo, ao ascender

ao governo, diferido a sua ida a Roma para tomar posse do trono imperial, adquirira reputação de muito cruel por ter, por intermédio dos seus prefeitos em Roma e em todas as partes do império, praticado muitos excessos. Dessa maneira, movidos todos pelo desdém em relação à sua origem mesquinha e pelo ódio nascido do temor da sua ferocidade, contra ele se rebelaram: primeiro a África, depois o Senado, apoiado pela inteira população de Roma; e toda a Itália conspirou contra ele. À rebelião aderiu o seu próprio exército, o qual, assediando Aquiléia e encontrando dificuldades na sua expugnação, cansado das suas crueldades e vendo-lhe inimigos por toda parte, deu-lhe morte.

Não quero tratar de Heliogábalo, Macrino e Juliano¹²⁷, os quais, por terem sido inteiramente desprezados, em pouco tempo foram exterminados. Passarei à conclusão deste capítulo dizendo que os príncipes de nossos tempos têm menor necessidade de satisfazer excessivamente seus soldados. E é que, embora se lhes deva dedicar alguma consideração, isso não requer continuada atenção, por não possuírem esses príncipes exércitos que se hajam formado com os governos ou administrações das províncias, como eram os exércitos do Império Romano. Assim, pois, se então era necessário contentar mais os soldados que o povo, era porque os soldados podiam mais que o povo. Hoje é mais necessário a todos os príncipes, exceção feita do grão-turco e do sultão¹²⁸, contentar mais o povo que os soldados, porque o povo pode mais que aqueles.

Faço exceção ao grão-turco porque tem ele sempre junto de si doze mil soldados de infantaria e quinze mil de cavalaria, dos quais dependem a segurança e o poderio do seu governo, sendo preciso que, acima de qualquer outra consideração, mantenha a estima deles. Ao sultão, da mesma maneira, por depender o seu governo inteiramente dos soldados, convém que, mais que ao povo, tenha os soldados por amigos. Deveis notar que este Estado do sultão é diferente de todos os outros principados, pois é

semelhante ao do pontificado cristão, que não se pode considerar nem principado hereditário nem principado recém-formado. Não herdam o trono e se tornam senhores os filhos do príncipe antigo, mas, sim, aqueles que são eleitos para tal posição pelos que têm autoridade para fazê-lo; e sendo antiga esta sua constituição, não se pode considerar novo o principado, pois nele não surge nenhuma daquelas dificuldades que existem nos novos, e embora seja novo o príncipe, a constituição daquele Estado é antiga e dá-lhe a mesma situação de senhor hereditário.

Tornemos, porém, ao nosso assunto. Digo que quem considerar o que atrás escrevi verá que o ódio ou o menosprezo foram causa da ruína dos imperadores mencionados; e saberá ainda por que, alguns deles procedendo de uma maneira, outros, de maneira contrária, alguns deles foram felizes, outros tiveram triste fim. Verá por que a Pertinax e Alexandre, por serem príncipes novos, foi inútil e prejudicial procurarem imitar Marco, que no principado era *jure hereditario*; e, de igual maneira, pernicioso foi a Caracala, Cômodo e Maximino imitarem Severo, por não possuírem virtudes capazes de levá-los a seguir suas pegadas. Assim, pois, um príncipe novo num governo recém-formado não pode imitar as ações de Marco nem, também, lhe é preciso imitar as de Severo. Deve, isto sim, aproveitar de Severo as qualidades que forem necessárias para que possa consolidar o Estado e de Marco, aquelas que forem convenientes e honrosas para manter um Estado já estabelecido e sólido.

XX

AN ARCES ET MULTA ALIA QUÆ
COTIDIE A PRINCIPIBUS
FIUNT UTILIA AN INUTILIA SINT *

Alguns príncipes, a fim de manter com segurança o Estado, desarmaram os seus súditos; alguns outros mantiveram divididas as terras submetidas; outros nutriram inimizades contra si próprios; alguns outros se dedicaram a ganhar a amizade dos que lhes eram suspeitos no começo do seu governo; alguns construíram fortalezas; alguns as demoliram e destruíram. E se bem que dessas coisas não se possa ajuizar perfeitamente sem descer à consideração das peculiaridades dos Estados nos quais semelhantes medidas se houvesse de tomar, tratarei delas da maneira geral que o assunto, por sua natureza, permita.

Ora, jamais aconteceu que um príncipe novo desarmasse os seus súditos; ao contrário, sempre que os encontrou desarmados, armou-os. É que, armando-os, tornas teus aqueles homens, tornas fiéis a ti os que te eram suspeitos; e os que já te eram fiéis, fiéis se mantêm e, de súditos, fazem-se partidários teus. Não sendo possível armar a todos os súditos, deves beneficiar aqueles a quem armas, porque assim, em relação aos outros, podes estar tranqüilo. Ficam-te gratos aqueles por os tratares diferentemente dos outros; e estes te desculpam, achando que os primeiros merecem mais por estarem sujeitos a mais perigos e mais obrigações. Quando, porém, os desarmas, aí os ofendes: mostras que lhes votas desconfiança porque os achas ou pusilânimes ou infiéis, e uma ou outra dessas opiniões cria ódio contra ti. Como não podes estar desar-

* SE AS FORTALEZAS E MUITAS OUTRAS COISAS QUE OS PRÍNCIPES FAZEM FREQUENTEMENTE SÃO ÚTEIS OU INÚTEIS

mado, convém-te então recorrer à milícia mercenária, que é daquele gênero de que atrás falei. Esta tropa, mesmo sendo boa, não o pode ser suficientemente para defender-te dos inimigos poderosos e dos súditos suspeitos.

Portanto, como eu disse, um príncipe novo, num principado recém-formado, sempre organizou seu exército, e de exemplos disso está cheia a história.

Mas quando um príncipe conquista um Estado novo que anexa ao seu antigo, então sim, é necessário desarmá-lo, exceção feita quanto aos homens que, quando da conquista, mostraram ser partidários teus. E mesmo estes, com o tempo e o aproveitamento de toda azada ocasião, é preciso tornar desfibrados e amolecidos, de maneira que a força das armas de todo o teu Estado esteja nos teus próprios soldados, aqueles que no teu Estado antigo vivem junto de ti.

Costumavam dizer aqueles que, dentre os nossos antepassados, eram considerados prudentes que era preciso manter Pistóia fomentando a dissensão entre os seus partidos e Pisa mediante as fortalezas. Por isso nutriam as divisões de partidos em algumas cidades a eles submetidas, a fim de assegurarem-se mais facilmente de sua posse. Isso era talvez bem-feito naqueles tempos em que a Itália se encontrava de certa maneira equilibrada¹²⁹. Mas não creio que se possa aconselhá-lo hoje, por não achar que as divisões trouxessem algum benefício; ao contrário, as cidades divididas perdem-se, mal se aproxima o inimigo, porque o partido mais fraco aderirá às forças externas, e o outro não poderá sustentar a situação.

Os venezianos, movidos, como o creio, por essas razões, fomentavam o dissídio entre guelfos e gibelinos nas cidades por eles dominadas; e, embora não os deixassem chegar ao derramamento de sangue, nutriam aquela dissensão entre eles, a fim de que, ocupados os cidadãos com suas querelas, não se unissem contra eles. Isso, como se viu, não lhes resultou bem; eis que, derrotados em Vailà, logo uma daquelas facções se encorajou e lhes tomou todo

o Estado. Demonstram, portanto, tais maneiras de agir a fraqueza do príncipe. Num principado vigoroso jamais se permitirão divisões como essas, pois só dão resultado em tempo de paz, quando se pode, mediante elas, mais facilmente governar os súditos. Advindo, porém, a guerra, mostra tal comportamento a sua falácia.

Não há dúvida, os príncipes se engrandecem quando superam as dificuldades e as oposições com as quais se enfrentam. A sorte, por isso, principalmente quando quer engrandecer um príncipe novo, o qual tem maior necessidade de adquirir reputação do que um príncipe hereditário, faz com que lhe nasçam inimigos e com que estes o acometam, a fim de que ele tenha oportunidade de superá-los e, valendo-se da escada que lhe proporcionam esses inimigos, suba mais alto. Muita gente acha, assim, que um príncipe sábio deve, quando tenha ocasião, fomentar astuciosamente algumas inimizades, a fim de que, esmagados os inimigos, disso resulte maior o seu poderio.

Têm os príncipes, principalmente os príncipes novos, encontrado mais facilidade e mais utilidade nos homens que, no princípio do seu governo, foram tidos como suspeitos do que naqueles que então lhe mereciam confiança. Pandolfo Petrucci¹³⁰, príncipe de Siena, governava o seu Estado mais com a colaboração dos que lhe haviam parecido suspeitos do que com a dos outros. Mas não se pode generalizar isso, porque varia de acordo com as ocasiões. Direi apenas isto: os homens que, no princípio de um governo, são inimigos do príncipe mas pertencem à espécie dos que necessitam de apoio podem com extraordinária facilidade ser atraídos; e com maior razão são eles forçados a servir com fidelidade ao príncipe, quanto mais necessário sabem que lhes é desfazer com obras a má opinião que deles se fazia. Retira assim o príncipe mais utilidade destes que daqueles que, servindo-o com muita segurança, descutam os negócios do senhor.

E já que o assunto o está a requerer, não quero deixar de lembrar aos príncipes que conquistaram recentemente

um Estado mediante a ajuda interna dele que considerem bem o motivo que levou os homens que o auxiliaram a fazerem isso. Se não se trata de natural afeição pelo príncipe, mas apenas de não estarem eles satisfeitos com o governo que tinham, então só com grandes esforços e através de grande dificuldade poderá ser mantida a sua amizade, pois é impossível que se possa satisfazê-los. E discernindo bem aquele motivo, mercê dos exemplos que das coisas antigas e modernas se extraem, verá o príncipe ser-lhe muito mais fácil tornar amigos os homens que com o governo anterior se satisfaziam e que, portanto, eram seus inimigos, do que aqueles que, por não estarem satisfeitos, se tornaram seus amigos e favoreceram-lhe a conquista.

Tem sido hábito dos príncipes, a fim de poderem manter mais seguramente o Estado, edificar fortalezas que sejam bridão e freio daqueles que pretendessem atacá-los, e para contarem com abrigo seguro no caso de súbita arremetida. Louvo esse procedimento por ser procedimento antigo. Não obstante, viu-se, em nossos dias, *messer Niccolò Vitelli*¹³¹ demolir duas fortalezas em Città di Castello, a fim de manter aquele Estado. Guido Ubaldo¹³², duque de Urbino, ao retornar aos seus domínios, dos quais fora expulso por César Bórgia, desmantelou até às fundações todas as fortalezas daquela província, e achou que, sem elas, era-lhe mais difícil perder de novo o Estado. Os Bentivoglio¹³³, retornando a Bolonha, fizeram coisa semelhante. São, pois, as fortalezas úteis ou prejudiciais, de acordo com os tempos; se de um lado te beneficiam, de outro te prejudicam.

Pode-se considerar assim esta questão: o príncipe que tema mais as populações que os forasteiros deve construir fortalezas; mas aquele que tema mais os forasteiros que as populações deve deixar de fazê-lo. À casa Sforza foi e será mais hostil o Castelo de Milão, erigido por Francesco Sforza, do que quaisquer perturbações naquele Estado. Mas a melhor fortaleza do príncipe é não ser odiado pelo

povo, porque, embora tenhas fortalezas, se o povo te vota ódio elas não te salvam; eis que não faltam nunca ao povo que se haja rebelado armas estrangeiras que o socorram. Em nossos dias não se vê que elas tenham sido úteis a algum príncipe, exceto à condessa de Furli¹³⁴, pois, quando foi morto o conde Girolamo, seu marido, graças à sua fortaleza ela pôde subtrair-se à fúria popular e esperar o socorro de Milão, recuperando depois o Estado. As circunstâncias eram então tais, que os forasteiros não estavam em condições de socorrer o povo. Depois, porém, pouco lhe valeram fortalezas, quando César Bórgia a atacou, e o povo, seu inimigo, se uniu ao forasteiro. Portanto, então e antes, teria sido mais seguro para ela não ser odiada pelo povo do que ter fortalezas. Consideradas, pois, todas essas coisas, louvarei tanto os que construírem fortalezas como aqueles que as não construírem; e censurarei quem quer que seja que, confiado nas fortalezas, pouco se preocupar com ser odiado pelo povo.

QUOD PRINCIPEM DECEAT
UT EGREGIUS HABEATUR *

Não há coisa que faça mais considerado um príncipe do que a realização de grandes empreendimentos e o dar de si exemplos extraordinários. Vemos em nossos dias os de Fernando de Aragão, atual rei da Espanha. Pode ele ser considerado quase príncipe novo, pois, de rei desimportante, conquistou a fama e a glória e fez-se o mais alto rei da cristandade. Considerando os seus feitos, vereis que são todos grandiosos e alguns, mesmo, extraordinários. No início do seu reinado, atacou ele Granada ¹³⁵, e esse empreendimento tornou-se a base do seu Estado. Agiu a princípio sem alarde, a fim de ter certeza de não ser impedido; e nesse empreendimento manteve ocupado o espírito dos barões de Castela ¹³⁶, os quais, entretidos com a guerra, não pensavam em inovações. Assim fazendo, adquiria Fernando reputação e poder sobre eles, que disso não se davam conta. Com dinheiro ¹³⁷ da Igreja e do povo, pôde manter os exércitos, dando-lhes, mediante o exercício daquela guerra prolongada, um poderio que o cobriu de honra. Além disso, a fim de empreender campanhas maiores, servindo-se sempre da religião, entregou-se a uma piedosa crueldade, espoliando e expulsando os marranos ¹³⁸ do seu reino. Não pode haver exemplo de ato mais torpe nem mais raro do que este. Atacou a África, sob o mesmo pretexto da religião ¹³⁹; fez a campanha da Itália ¹⁴⁰ e, recentemente, atacou a França ¹⁴¹. Fez e urdiu sempre, assim, coisas importantes, que mantiveram os seus súditos suspensos e em admiração e ocupados no acompanhar o

* COMO DEVE CONDUZIR-SE UM PRÍNCIPE PARA SER CONSIDERADO

desenrolar dos acontecimentos. E essas suas ações de tal modo foram nascendo umas das outras, que jamais proporcionaram, entre uma e outra, tempo aos homens para com eficiência agirem contra ele.

É muito útil a um príncipe dar de si exemplos comuns nos negócios interiores, iguais àqueles que se contam de Bernabò de Milão¹⁴², quando acontecer que algum cidadão faça alguma coisa extraordinária, boa ou má: deve-se procurar premiá-lo ou puni-lo de maneira a fazer com que disso se fale amplamente. Um príncipe deve, sobretudo, esforçar-se por dar de si, em tudo quanto fizer, mostra de homem superior e de engenho excelente.

É ainda considerado um príncipe quando se mostra abertamente amigo ou inimigo, isto é, quando, sem temor algum, se declara a favor de alguém em oposição a outrem. Tal modo de agir será sempre mais útil do que conservar-se neutro, porque, se dois poderosos vizinhos teus contendem, são de qualidade que, vencedor um deles, tenhas de temê-lo, ou não o são. Em qualquer desses dois casos, ser-te-á sempre mais útil o descobrires-te e fazeres oposição leal, porque, no primeiro caso, se não te declaras abertamente, serás sempre presa de quem vence, com prazer e satisfação do que foi vencido, e não terás argumento nem coisa alguma que te defenda e te possibilite acolhida. É que quem vence não quer amigos suspeitos e que não o ajudem na adversidade; e quem perde não te acolhe, por não haveres tu querido compartilhar de sua sorte de armas na mão.

Invadira Antíoco a Grécia a chamado dos etólios, a fim de dali expulsar os romanos. Mandou Antíoco¹⁴³ embaixadores aos aqueus, que eram aliados dos romanos, exortando-os a manterem-se neutros, enquanto que, de outro lado, os romanos tentavam persuadi-los a tomar armas por eles. A matéria subiu à deliberação do conselho dos aqueus; e quando, ante ele, o legado de Antíoco os exortava a manterem-se neutros, o legado romano replicou: "*Quod autem isti dicunt non interponendi vos bello, nihil*

*magis alienum rebus vestris est; sine gratia, sine dignitate, præmium victoris eritis*¹⁴⁴".

Sempre acontecerá que aquele que não é teu amigo te peça que te mantinhas neutro e aquele que é teu amigo te peça que te declares em armas. Os príncipes irresolutos, a fim de fugirem aos perigos presentes, adotam as mais das vezes a posição de neutros, e as mais das vezes se perdem. Mas quando o príncipe se declara animosamente a favor de um dos contendores, e vence aquele ao qual aderiste, embora seja ele poderoso e fiques à sua discrição, deve-te obrigação, e entra aqui em conta a amizade. Os homens não são sempre tão pérfidos que, com tamanha mostra de gratidão, possam oprimir-te. As vitórias, aliás, jamais são tão decisivas que o vencedor não tenha de manter respeito a algo, principalmente à justiça. Se, porém, aquele ao qual aderiste perde, ele te acolherá e ajudará sempre que puder e tu partilharás de uma sorte que pode mudar. No segundo caso, quando os que se combatem são de qualidade tal que não tenhas de temer aquele que vencer, é maior prudência lhe dares a tua adesão, pois levas a ruína a um com o ajudares a outro que, se fosse sábio, deveria antes ter-se unido àquele contra ti. Vencendo o que ajudares, o que é impossível deixar de acontecer, ficará ele, então, à tua discrição.

Deve-se notar aqui que um príncipe tem de cuidar-se de não fazer má aliança com quem seja mais poderoso que ele para combater outrem, a não ser quando a necessidade lho imponha, como atrás se disse, pois que, vencendo, ficas à sua mercê; e os príncipes devem evitar, tanto quanto possível, o ficar à discrição de outrem. Os venezianos se aliaram à França contra o duque de Milão¹⁴⁵; e poderiam ter evitado fazer tal aliança, da qual resultou a sua ruína. Mas, quando não se podem evitar as alianças (como aconteceu aos florentinos quando o papa e a Espanha atacaram com seus exércitos a Lombardia¹⁴⁶), então deve o príncipe aderir, pelas razões atrás mencionadas. Não creia jamais algum Estado poder sempre tomar par-

tidos seguros, mas, ao contrário, pense em ter de tomá-los duvidosos. É que a ordem natural das coisas é esta: jamais se tenta evitar um inconveniente sem cair noutro; e a prudência consiste em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e tomar como bom o menos mau.

Deve ainda um príncipe mostrar-se apreciador das virtudes de trabalho, oferecendo oportunidades aos homens habilidosos e honrando os que excedem num ofício. Deve ainda estimular os cidadãos a se entregarem pacificamente às suas atividades, no comércio, na agricultura e em quaisquer outros misteres. E não fazer com que este deixe de melhorar as suas propriedades por temor de que lhe sejam arrebatadas e aquele deixe de encetar negócios por temer os impostos, mas, sim, instituir prêmios para os que queiram fazer tais coisas e a todos os que planearem, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento da cidade ou do Estado. Deve, além disso, em épocas apropriadas do ano, entreter a população com festas e espetáculos. E como, em todas as cidades, a população se divide em corporações de ofício ou tribos, deve ocupar-se delas, reunir-se com seus membros algumas vezes, dar mostras de solidariedade e munificência, sem contudo deixar de manter a majestade da sua posição, a qual lhe não deve faltar em coisa alguma.

XXII

DE HIS QUOS A SECRETIS PRINCIPES HABENT *

Não é de pouca importância para um príncipe a escolha dos seus ministros, os quais serão bons ou não, segundo a prudência do príncipe. E a principal opinião que se faz da inteligência dele baseia-se na qualidade dos homens que o cercam: quando estes são eficientes e fiéis, pode-se sempre reputá-lo sábio, porque soube descobrir-lhes a eficiência e mantê-los fiéis; mas quando são o avesso disso, sempre se fará mau juízo do príncipe, porque, com essa escolha, logo cometeu o seu primeiro erro.

Não houve ninguém que vendo Antonio de Venero¹⁴⁷ como ministro de Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena, não julgasse Pandolfo, em virtude da prudência de sua escolha, homem de muito valor. E é que há três gêneros de cérebros: um, o dos que entendem as coisas por si próprios; outro, o dos que discernem o que os outros entendem; o terceiro, o dos que não entendem nem por si próprios nem sabem discernir o que os outros entendem. O primeiro é excelentíssimo, o segundo, excelente, o terceiro, inútil. Conseqüentemente, pois, se Pandolfo não era do primeiro gênero, pertencia forçosamente ao segundo; eis que, sempre que o senhor tenha capacidade de saber o que de bom ou de mau outros fazem e dizem, embora não tenha alto entendimento, reconhece as ações más e boas do ministro e exalta estas e corrige aquelas, de maneira que o ministro não pode esperar enganá-lo e se mantém bom.

Mas há uma maneira que jamais falha de o príncipe conhecer o ministro: quando vires o ministro pensar mais

* DOS MINISTROS DOS PRÍNCIPES

em si próprio do que em ti, e, em todos os seus atos, buscar o seu próprio interesse, sabe que um homem de tal feitio jamais será bom ministro, que jamais poderás confiar nele, porque aquele que tem o Estado de alguém em suas mãos não deve jamais pensar em si próprio, mas no príncipe, e não apoquentá-lo com coisas que não lhe dizem respeito. De outro lado, o príncipe, para conservar bom o ministro, deve pensar nele, honrando-o, tornando-o rico, suscitando a sua gratidão, fazendo-o participar de honrarias e cargos, de modo que ele veja que não pode afastar-se do príncipe, e que as muitas honrarias não o façam desejar mais outras, as muitas riquezas não o façam desejar mais ainda, os muitos cargos façam com que tema as mudanças. Quando, pois, os ministros, e os príncipes em relação aos ministros, são assim, podem confiar um no outro; e quando não, o fim será sempre mau para um ou outro.

XXIII

QUOMODO ADULADORES SINT FUGIENDI *

Não quero deixar de tratar de um capítulo importante, que é o de um erro que os príncipes com dificuldade evitam se não forem muito prudentes e não souberem fazer boa escolha. Falo dos adulares, dos quais as cortes estão cheias. Os homens se comprazem tanto nas coisas que lhes dizem respeito e de tal modo se iludem com elas, que com dificuldade se defendem dessa peste. E o querer dela defender-se faz com que se corra o risco de sofrer desconsideração. E é que não há outra maneira de defender-se contra adulação senão fazendo com que os homens entendam que não te ofendem dizendo-te a verdade; mas, quando todos podem dizer-te a verdade, faltam-te com o respeito.

O príncipe prudente deve, portanto, usar uma outra maneira de agir, escolhendo homens sábios para seus auxiliares; e apenas a estes deve conceder liberdade de dizer-lhe a verdade, e somente a respeito daquilo que ele lhes perguntar, não de outras coisas. Deve, porém, inquiri-los sobre tudo e ouvir suas opiniões, deliberando depois por si próprio, à sua maneira. Em reunião com eles todos e com cada um em particular, deve portar-se de modo que todos percebam que, quanto mais falarem livremente, tanto mais terão acolhida. Afora estes, não deve ouvir mais ninguém, ir direito aos assuntos deliberados e mostrar-se firme em suas deliberações. Quem agir de outra maneira, ou é levado à precipitação pelos adulares ou muda constantemente de comportamento em vir-

* DE COMO EVITAR OS ADULADORES

tude da diversidade de pareceres; e disso nasce o ser pouco considerado.

Quero a propósito disso dar um exemplo moderno. O padre Luca¹⁴⁸, homem de Maximiliano, atual imperador, falando de Sua Majestade, disse que ele não se aconselha com pessoa alguma e, entretanto, jamais leva a cabo alguma coisa à sua maneira. Isso resulta de procedimento contrário a tudo quanto atrás se disse. É que o imperador é homem discreto, não fala dos seus desígnios a pessoa alguma, não pede opinião a ninguém. Assim, quando começa a levar a efeito tais desígnios, eles logo são descobertos e sabidos, e os que o rodeiam põem-se a contradizê-lo; e ele com facilidade abandona os seus projetos. Disso advém o fato de ele desfazer no dia seguinte o que fez no dia anterior e não se saber o que pretende fazer e de que modo o realizará, não se podendo, pois, ter certeza da efetivação de suas deliberações.

Um príncipe, portanto, deve aconselhar-se sempre; mas quando o quiser, não quando o quiserem os outros, devendo, aliás, desencorajar qualquer um de aconselhá-lo enquanto ele não lho pedir. Deve, porém, perguntar muito e ouvir pacientemente as coisas que, em resposta, forem ditas com franqueza; deve, aliás, percebendo que alguém não lhe está sendo franco por respeito, mostrar-se descontente. Os que entendem que um príncipe que é reputado prudente é tido como tal não por si próprio, mas em virtude dos conselheiros que tem a seu redor, esses sem dúvida se enganam, porque há uma regra geral que nunca falha: um príncipe que não seja sábio por si mesmo não pode ser bem aconselhado se já não tiver tido a sorte de poder confiar num único conselheiro que, sendo homem muito prudente, em tudo o oriente. Nesse caso poderia ele conduzir-se bem, mas não por muito tempo, porque aquele seu orientador em breve lhe tomaria o Estado. Aconselhando-se, porém, com mais de um, o príncipe que não seja sábio não receberá jamais conselhos uniformes, nem saberá por si mesmo conciliá-los. Cada um dos conselheiros pen-

sará nos seus próprios interesses, e ele não saberá corrigi-los nem conhecê-los. E não se podem achar conselheiros de outra qualidade; eis que os homens sempre se te mostrarão maus, a não ser que por necessidade se mostrem bons. Concluo, portanto, dizendo que os bons conselhos, venham eles de onde vierem, devem nascer da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe nascer dos bons conselhos.

XXIV

CUR ITALIÆ PRINCIPES REGNUM AMISERUNT *

Observadas com prudência, as coisas que atrás se disseram fazem com que um príncipe novo pareça de antigo sangue e o tornam em pouco tempo mais seguro e sólido no governo do que se a ele ascendesse por direito. E é que um príncipe novo tem suas ações muito mais observadas do que um príncipe hereditário; e quando o valor delas é reconhecido, o príncipe conquista muito melhor a consideração dos homens e muito mais os tem obrigados do que os teria um príncipe de sangue antigo, pois os homens se atêm muito mais às coisas do presente do que às do passado, e quando nas do presente encontram o bem, contentam-se e não buscam outras, sendo até mesmo capazes de tomar decididamente a defesa do príncipe quando ele em outras coisas não estiver à altura de si mesmo. Será assim glória dupla o haver dado início a um principado e o havê-lo posto em ordem e fortalecido com boas leis, boas armas e bons exemplos, enquanto que para aquele que nasceu príncipe será dupla vergonha perder o Estado por sua pouca prudência.

Se se considerarem os senhores que na Itália, em nossos tempos, perderam o Estado, como o rei de Nápoles, o duque de Milão e outros ¹⁴⁹, encontrar-se-á neles, primeiramente, um defeito comum em relação às suas armas, pelas razões que atrás extensamente se mostraram; ver-se-á, em seguida, que alguns deles ou terão tido o povo contra si ou, tendo-o tido a seu favor, não souberam assegurar-se em relação aos grandes. E é que, sem estes

* POR QUE OS PRINCIPES DA ITÁLIA PERDERAM SEUS ESTADOS

defeitos, não se perdem Estados que tenham possibilidade de se armar para a guerra. Filipe da Macedônia, não o pai de Alexandre, mas o que foi derrotado por Tito Quinto¹⁵⁰, não tinha domínios tão grandes em comparação com os dos romanos e os da Grécia, que o atacaram; não obstante, por ser homem de guerra e saber agradecer ao povo e assegurar-se dos grandes, sustentou por muitos anos a guerra contra aqueles, e se, afinal, perdeu o domínio de algumas cidades, ficou-lhe entretanto o do reino¹⁵¹.

Assim, pois, estes nossos príncipes que estiveram por muitos anos na posse dos seus Estados não devem, por terem-nos depois perdido, acusar disso a sorte, mas sim a sua ignávia, porque, não havendo jamais, nos tempos propícios, pensado em que estes poderiam mudar (é nos homens defeito comum não pensar na tempestade durante a bonança), quando, depois, chegou a adversidade, pensaram em fugir, não em defender-se; e ficaram à espera de que o povo, cansado da insolência dos vencedores, os chamasse de volta. Este modo de agir é bom quando faltarem outros, mas é mau abandonar os outros remédios e valer-se deste, pois não deverias jamais cair confiando em encontrar alguém que te erguesse. É que isso ou não acontece ou, se acontece, não é para tua segurança, eis que te defendes vilmente quando dependes de ajuda assim. E os meios de defesa somente são bons, são certos, são duradouros, quando dependem de ti próprio e do teu valor.

XXV

QUANTUM FORTUNA IN REBUS HUMANIS POSSIT, ET QUOMODO ILLI SIT OCCURRENDUM *

Não ignoro que muitos homens têm sido e são de opinião que as coisas do mundo são de tal maneira dirigidas pela sorte e por Deus, que os homens não podem com sua prudência corrigi-las, e nem mesmo têm recursos para fazê-lo; e que, por isso, julgarão que não convém afadigar-se muito em relação às coisas, mas deixar-se conduzir pela sorte. Essa opinião tem sido mais aceita em nossos tempos, em virtude das grandes mudanças que se viram e vêem fazer a todo momento, fora de toda humana previsão. Pensando nisso, eu, algumas vezes e em certos casos, tenho-me inclinado a aceitar tal opinião.

Não obstante, desde que o nosso livre arbítrio não se extinguiu, julgo poder ser verdade que a sorte seja árbitro da metade das nossas ações, mas que certamente nos deixe governar a outra metade ou quase. Comparo-a a um rio desastroso que, quando se enfurece, inunda as planícies, destrói árvores e edifícios, carrega terra de um ponto para outro, e diante do qual todos fogem e a cujo ímpeto cedem, sem poder coisa alguma intentar para contê-lo. Mas, apesar desta sua natureza, não é impossível aos homens, quando esse rio estiver em calma, tomar medidas preventivas, construindo barragens e diques, de maneira que, avolumando-se ele depois, ou correrá por um canal ou o seu ímpeto não será tão violento nem tão danoso.

Assim, também, se dá com a sorte, a qual demonstra o seu poder quando não há decisão no organizar a resis-

* QUANTO PODE A SORTE NAS COISAS HUMANAS E DE QUE MODO SE LHE RESISTE

tência contra ela, e dirige os seus assaltos contra os pontos nos quais sabe que não foram feitos diques e barragens que a contenham. Se considerardes a Itália, que é a sede daquelas transformações e a causa original delas, vereis que é ela uma planície sem diques e sem barragens; e que, se fosse socorrida com adequada eficiência, como o foram a Alemanha, a Espanha e a França, a inundação não teria causado as grandes mudanças de que ela sofre, ou não teria sobrevivido.

Falei suficientemente das generalidades da oposição à sorte, e agora, restringindo-me a particularidades, perguntarei por que motivo um determinado príncipe tem êxito hoje e se arruína amanhã, sem que se haja modificado a sua natureza em geral ou alguma de suas qualidades. Creio que isto se dá, em primeiro lugar, em virtude das razões de que atrás extensamente se tratou, isto é, que o príncipe que se apóia inteiramente na sorte arruína-se quando ela varia. Creio, ainda, que é feliz aquele que rege a sua maneira de proceder de acordo com as circunstâncias e, a par, é infeliz aquele cujo procedimento discorda das circunstâncias.

E é que se vêem os homens proceder diferentemente em relação às coisas que os conduzem ao fim a que aspiram, isto é, a glória e a riqueza: um, com cautela, outro, com impetuosidade; um, com violência, outro, com astúcia; um, com paciência, outro, com o seu contrário; e cada um, mediante tais diversos procedimentos, poder alcançar seu objetivo. Vê-se, ainda, de dois homens cautelosos, um atingir seu desígnio, outro, não; e, ainda, dois serem igualmente felizes com maneiras diferentes de agir: um, com cautela, outro, com impetuosidade. Tal não se deve a outra coisa senão às circunstâncias, que se conformam ou não ao procedimento deles. Advém, então, aquilo que eu disse, a saber, que dois homens, agindo diferentemente, alcancem objetivo idêntico; e dois outros, agindo da mesma maneira, um se conduza ao seu fim e outro não.

Disto depende ainda o bem ou o mal, porque, se

os tempos e as coisas são favoráveis a quem se conduz com cautela e paciência, ele prospera; mas, se os tempos e as coisas se modificam, ele se arruína, pois que não modifica a sua conduta. Não há homem tão prudente que saiba acomodar-se a isto, porque não nos podemos afastar daquilo a que nos inclina a nossa própria natureza e, ainda, porque, havendo sempre prosperado conduzindo-nos de determinada maneira, é-nos difícil convencer-nos a abandoná-la. E o homem cauteloso, quando chega o momento de agir impetuosamente, não sabe fazê-lo, e então se arruína. Se ele modificasse a sua natureza de acordo com as circunstâncias e as coisas, não se modificaria a sua prosperidade.

O papa Júlio II agiu em tudo impetuosamente; e viu as circunstâncias e as coisas conformarem-se tão bem à sua maneira de proceder, que sempre acabou por ter êxito. Considerai a primeira campanha que realizou, a de Bolonha, quando ainda vivia Giovanni Bentivoglio¹⁵². Os venezianos não a viam de bom grado; o mesmo acontecia com o rei da Espanha; com a França, ainda mantinha ele discussões sobre tal empresa. Não obstante, com a sua violência e impetuosidade, levou-a a efeito, comandando-a pessoalmente. Esta atitude fez com que se mantivessem suspensos e quietos a Espanha e os venezianos, estes por temor, aquela pelo projeto que tinha de recuperar o reino de Nápoles; de outro lado, fez-se seguir pelo rei da França, o qual, vendo a decisão do papa e desejando tê-lo como amigo, a fim de fazer inclinarem-se os venezianos, julgou que não poderia negar-lhe apoio sem ofendê-lo abertamente.

Realizou Júlio, portanto, mercê da sua impetuosidade, aquilo que jamais outro pontífice, dotado de toda a humana prudência, teria realizado, porque, se houvesse saído de Roma só depois de firmados os seus planos e postas em ordem todas as coisas, como qualquer outro pontífice teria feito, jamais alcançaria êxito. E é que o rei da França teria apresentado mil escusas e os outros lhe infundido

mil temores. Deixo de tratar das outras suas ações, que foram todas semelhantes e que lhe saíram todas bem. A brevidade do pontificado não fez com que ele experimentasse o contrário. Se para ele houvesse chegado o tempo em que tivesse de agir com cautela, dar-se-ia a sua ruína, pois que jamais teria renunciado àquelas maneiras para as quais a sua natureza o inclinava.

Concluo disso, portanto, que, modificando-se a sorte e obstinando-se os homens nas suas maneiras de ser, serão felizes enquanto estas estiverem de acordo com aquela e infelizes quando dela discordarem. Julgo melhor ser impetuoso que cauteloso, porque a sorte é mulher, e é necessário, para dominá-la, bater-lhe e feri-la. Vê-se que ela se deixa mais facilmente vencer por aqueles do que pelos que se conduzem friamente. Ainda, como mulher que é, ama ela os jovens, porque estes são menos cautelosos, mais bravios e com maior audácia a dominam.

XXVI

EXHORTATIO AD CAPESSENDAM ITALIAM IN LIBERTATEMQUE A BARBARIS VINDICANDAM *

Considerando, pois, todas as coisas que atrás disse, e perguntando-me se nos dias de hoje, na Itália, os tempos seriam propícios a que um príncipe novo fosse honrado e se haveria matéria que desse oportunidade a um homem prudente e virtuoso de nela introduzir forma de governo que conferisse honrarias a ele e beneficiasse a todos, parece-me que tantas coisas concorrem para o êxito de um príncipe novo, que não sei de tempo que fosse mais oportuno para tal. E se, como eu disse, foi necessário, para que se mostrassem as virtudes de Moisés, que o povo de Israel tivesse sido escravizado no Egito; que, para que se visse a grandeza do ânimo de Ciro, os persas tivessem sido oprimidos pelos medas; e, para que se visse o valor de Teseu, que os atenienses se houvessem dispersado: assim, no presente, para que se pudesse conhecer o valor de um italiano, foi necessário que a Itália ficasse reduzida à situação em que agora se encontra, a saber, que fosse mais escravizada que os hebreus, mais oprimida que os persas, mais dispersados os italianos que os atenienses; que estivesse sem chefe e sem ordem; que fosse batida, espoliada, lacerada, invadida; e que houvesse experimentado toda sorte de desastres.

E embora até aqui se haja mostrado um que outro lampejo de gênio em alguém que se pudesse julgar como que enviado por Deus para a redenção da Itália, viu-se depois, no mais elevado curso de suas ações, tal príncipe ser desprezado pela sorte ¹⁵³. Assim, como que reduzida a um

* EXORTAÇÃO A QUE A ITALIA SEJA RECOBRADA DOS BÁRBAROS E LIBERTADA

sopro de vida, a Itália espera por aquele que pense as suas feridas e ponha fim aos saques da Lombardia¹⁵⁴, aos tributos do reino e da Toscana, e cure as suas chagas há já tanto tempo enfistuladas. Vê-se que ela roga a Deus que lhe mande alguém que a vingue destas bárbaras crueldades e insolências; vê-se, ainda, que ela está pronta e disposta a seguir uma bandeira, desde que alguém a empunhe.

Não se vê, neste momento, em quem possa ela mais esperar do que na vossa ilustre casa¹⁵⁵, a qual, com a sua boa sorte e suas virtudes, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual tem agora a direção, poderá empreender essa redenção. E esse empreendimento não será muito difícil se tiverdes como guia as ações e a vida daqueles aos quais me referi. Embora tais homens tenham sido raros e extraordinários, foram entretanto homens, e todos eles tiveram ocasião menos azada que a presente, pois que os seus empreendimentos não foram mais justos do que este, nem mais fáceis, nem foi Deus mais amigo deles do que vosso. Aqui, agora, a justiça a ser feita é grande, pois *justum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma, ubi nulla nisi in armis spes est*¹⁵⁶. Aqui, agora, a disposição de ânimo é grande, e onde é grande a disposição, não pode haver grande dificuldade, desde que se tome o exemplo daqueles que aponteí. Além disso, vêem-se aqui coisas extraordinárias, obras por Deus: o mar se entreabriu, uma nuvem mostrou o caminho, a pedra verteu água, aqui choveu o maná; tudo concorreu para a vossa grandeza¹⁵⁷. O restante deveis fazê-lo vós; Deus não quer fazer tudo, para não nos retirar o livre arbítrio e aquela parte de glória que nos cabe.

E não há razão para que nos admiremos de que nenhum dos italianos por mim mencionados tenha podido fazer aquilo que se pode esperar faça a vossa ilustre casa; e de que, nas muitas agitações e nos muitos trabalhos de guerra que se viram na Itália, pareça sempre que as suas virtudes militares se extinguíram. Isso se deve ao fato de não serem boas as antigas instituições e de não ter havido

alguém que tenha sabido introduzir novas. E nada confere tanta honra a um príncipe novo quanto as novas leis e as novas instituições que estabeleça. Essas coisas, quando bem fundadas e quando possuam grandeza, fazem-no reverenciado e admirado. E na Itália não falta material que se possa afeiçoar à vontade. Aqui, quando falte o valor de direção, haverá o valor individual. Vede, nos duelos e nos torneios, quanto os italianos são superiores em força física, em destreza, em engenho; e reparai como faltam tais qualidades quando se trata do exercício da guerra. Tudo provém da fraqueza dos chefes, porque os que são capazes não são obedecidos, e todo mundo pretende ser capaz; e até aqui não apareceu alguém que tenha sido capaz de, mediante o valor ou a boa sorte, ser superior aos outros e obrigá-los a submeterem-se. Daí que, em tanto tempo, em tantas guerras feitas nos últimos vinte anos, sempre se tenha saído mal qualquer exército formado exclusivamente de italianos. Disso é mostra primeiramente o Taro, em seguida Alexandria, Cápua, Gênova, Vailà, Bolonha, Mestre¹⁵⁸.

Se quiser, pois, a vossa ilustre casa seguir o exemplo dos grandes homens que redimiram os seus Estados, é-lhe necessário, antes de qualquer outra coisa, como sólido fundamento de toda empresa, prover-se de forças próprias, pois não se podem ter soldados mais fiéis, mais autênticos nem melhores que os italianos. E não obstante cada um deles já seja bom individualmente, todos juntos tornar-se-ão melhores, quando se virem comandados pelo seu príncipe e por ele honrados e atendidos. É portanto necessário dispor-se a organizar tais forças, a fim de se poder, com o valor itálico, defender-se do estrangeiro.

Embora as infantarias suíça e espanhola sejam consideradas temíveis, têm ambas os seus defeitos, em virtude do que um exército diferentemente organizado¹⁵⁹ poderia não somente resistir-lhes, como confiar em superá-las. É que os espanhóis não podem sustentar o assalto da cavalaria, e os suíços temem o embate com infantes tão obs-

tinados quanto eles. Daí ter a experiência mostrado (e mostrará ainda) que os espanhóis não podem sustentar o assalto da cavalaria francesa, e os suíços são desbaratados pela infantaria espanhola. E se bem que esta última experiência não seja direta, teve-se dela uma amostra no combate de Ravenna ¹⁶⁰, quando a infantaria espanhola se defrontou com a alemã, que tem a mesma organização da suíça. Nesse combate os espanhóis, mediante a agilidade do corpo e valendo-se de seus escudos ligeiros, haviam-se metido em meio às lanças dos alemães e estavam a ponto de desbaratá-los irremediavelmente; e não fora a cavalaria assaltá-los, teriam dizimado os seus inimigos. Pode-se, pois, conhecidos os defeitos dessas duas infantarias, organizar uma diferente, que possa resistir à cavalaria e não tema outra arma igual, o que se fará com a criação de novas tropas e a mudança de organização delas. Essas são coisas que, reordenadas, propiciam reputação e poderio a um príncipe novo.

Não se deve, portanto, deixar passar esta ocasião, a fim de que a Itália, depois de tanto tempo, encontre o seu redentor. Não tenho palavras para dizer com quanto amor seria ele recebido em todas aquelas províncias que sofreram a invasão estrangeira; com que sede de vingança, com que fé obstinada, com que piedade, com que lágrimas. Que portas se cerrariam diante dele? que povos lhe negariam obediência? que inveja se lhe oporia? que italiano lhe negaria reverência? Cheira mal a todos este bárbaro domínio. Empreenda, pois, a vossa ilustre casa esta tarefa, com o ânimo e a fé com que se empreendem as campanhas justas, a fim de que, sob a sua bandeira, esta pátria se enobreça e, sob os seus auspícios, se verifique o que disse Petrarca:

*Virtù contro a furore
Prenderà l'arme, e fia el combatter corto;
Ché l'antico valore
Nell'italici cor non è ancor morto* ¹⁶¹.

¹ Trata-se do duque de Urbino, neto de Lorenzo, o Magnífico, nascido exatamente no ano em que este morria (1492) e morto em 1519, pouco depois do nascimento de uma filha, Caterina, que seria rainha da França. Maquiavel pensou em dedicar *O príncipe* ao tio de Lorenzo, Giuliano, que, depois da eleição a papa (Leão X) de seu irmão Giovanni, se tornou capitão e gonfaloneiro da Igreja. Giuliano, porém, morreu em 1516, e a dedicatória fez-se ao seu sobrinho. Os Medici começaram a ganhar prestígio em Florença no fim do século XIV e a dominarem a partir do princípio do século seguinte, com Giovanni, cognominado Bicci de Medici, e seu filho Cosimo, o Velho.

² Francesco Sforza (1401-1466), filho do grande *condottiere* Muzio Attendolo Sforza, depois de haver combatido contra Veneza por conta de Milão, fez-se eleger senhor desta cidade (1450), com o título de duque.

³ Fernando, o Católico (1452-1516), rei de Aragão, que, casando-se com Isabel, irmã de Henrique IV, de Castela, unificou os dois reinos e a Espanha. Aliando-se a Luís XII da França, conquistou com ele o reino de Nápoles (1501), então sob Frederico de Aragão. O reino foi dividido entre a Espanha e a França, mas, em 1503, Fernando rompeu o pacto e, depois de derrotar os franceses em Cerignola, apossou-se sozinho de Nápoles. Esta posse foi confirmada pelo Tratado de Blois (1504), depois de nova derrota francesa em Carigliano.

⁴ No primeiro livro dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, os quais Maquiavel preparava em 1513, quando os interrompeu para dedicar-se a *O príncipe*. Retomou-os depois. (A crença de que os *Discorsi* foram iniciados antes de *O príncipe* e retomados depois está hoje abalada por estudos de Felix Gilbert e Hans Baron. O primeiro, em 1953, no *Journal of the History of Ideas*, reconstruiu a gênese dos *Discorsi*, e Baron, baseado nessa pesquisa, defendeu a tese de serem eles, na sua totalidade, posteriores a *O príncipe*, isto é, possivelmente feitos depois de 1515, dois anos após a redação do grande manual, em trabalhos de 1956 — na *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* — e 1961 — na *English Historical Review*. — Veja nota no capítulo 8 do livro *Maquiavel e a Itália da Renascença*, de J. R. Hale, tradução brasileira de Waltensir Dutra, edição de Zahar Editores, Rio, 1963.)

5 Refere-se ao ducado de Ferrara e aos duques d'Este, seus senhores. Em 1484 estava no poder Ercole I (1471-1501), que teve de ceder o Polesine aos venezianos; em 1510 era duque Alfonso I d'Este (1476-1534), quando, como aliado dos franceses, sofreu o ataque do papa Júlio II, que o despojou de quase todos os seus domínios.

6 Giuliano della Rovere, eleito papa em 1503 com o nome de Júlio II, o qual formou com a Espanha e Veneza a Liga Santa, a fim de expulsar os franceses da Itália.

7 Luís XII (1462-1515) tomou, em 1499, o ducado de Milão de Ludovico Sforza, o Mouro (1452-1508), perdendo-o logo depois, em 1500, quando este o retomou com um exército de alemães e suíços. Traído pelos suíços na Batalha de Novara — também ainda em 1500 —, Ludovico foi preso pelos franceses e enviado para o Castelo de Loches, onde morreu.

8 A Liga Santa desbaratou os franceses em 1512, expulsando-os da Itália.

9 Maomé II, que, conquistando Constantinopla, capital do Império Bizantino, estabeleceu ali a sede do Império Otomano.

10 Os etólios, pedindo o auxílio dos romanos contra Filipe V da Macedônia, deram-lhes a primeira oportunidade de se firmarem na Grécia.

11 Os romanos não se descuidaram das ligas aquéias e etólias, contrapondo-as uma à outra. Antíoco da Síria era aliado dos etólios.

12 Filipe V da Macedônia.

13 De Luís XII, não de Carlos VIII (1470-1498). Este invadiu a Itália em 1494, e depois de exigir tributo em dinheiro de Florença, pressionou o papa Alexandre para que este fizesse cardeal o bispo de Saint-Malo e concordasse com o avanço dos seus exércitos contra Nápoles. Tomou Nápoles em 22 de fevereiro de 1495, pondo em fuga Afonso de Aragão. Sustentou, em 6 de julho desse ano, a Batalha de Fornovo, ou Taro, contra a Liga de Veneza, formada por Veneza, Milão, o imperador da Alemanha e o papa; e, apesar de indeciso o resultado dessa batalha, foi forçado a retornar à França.

14 Veneza queria, mediante entendimento com a França, ampliar o seu domínio em Cremona e Ghiaradadda.

15 Gênova passou ao domínio dos franceses. Florença acordou com eles dar-lhes auxílio para a ocupação do reino de Nápoles, em troca de sua aliança para a tomada de Pisa.

16 Francesco Gonzaga (1466-1519), que guiou as tropas da Liga de Veneza em Fornovo contra Carlos VIII.

17 Ercole I d'Este.

18 Giovanni Bentivoglio, senhor de Bolonha.

19 Caterina Sforza (1463-1509), filha ilegítima de Galeazzo Maria e mulher de Girolamo Riario, senhor de Imola e Forlì. Desposou em terceiras núpcias Giovanni de Medici, do qual teve um filho famoso, Giovanni delle Bande Nere (veja capítulo XX).

20 Astorre Manfredi, que em 1502, quando contava dezesseis anos, foi estrangulado em Roma por ordem de César Bórgia.

21 Giovanni Sforza (1466-1510), primeiro marido de Lucrecia Bórgia.

22 Pandolfo Malatesta (1475-1534), no qual chegou ao fim a dinastia dos Malatesta, por obra de César Bórgia. Foi *condottiere* famoso pela sua crueldade.

23 Giulio Cesare, da família dos Varano, senhora de Camerino desde o século XIV.

24 Giacomo d'Appiano. A casa dos Appiano era senhora de Piombino desde 1399.

25 Cremona e Ghiaradadda, como se disse na nota 14.

26 Rodrigo Lanzol Bórgia (1431-1503), eleito papa em 1492, tomou o nome de Alexandre VI. Pai de César e Lucrecia Bórgia.

27 Depois de estabelecer o domínio da Romanha, César Bórgia, filho de Alexandre VI, aspirava ao da Toscana.

28 Pelo Tratado de Granada. Logo depois, porém, Espanha e França tornaram-se inimigas, e em 1504 todo o reino de Nápoles passava ao domínio de Fernando, o Católico.

29 Vencidos na Batalha de Agnadello (1509) pelas forças da Liga de Cambrai, formada pelo papa Júlio II, Fernando da Espanha, Luís XII, Maximiliano I da Áustria, o duque de Savóia, a Hungria e os príncipes italianos D'Este e Gonzaga, os venezianos foram privados de boa parte do que haviam conquistado em tempos imediatamente anteriores.

30 Por "reino" (*il regno* ou *il reame*) entendia-se na Itália o de Nápoles.

31 A dissolução do casamento de Luís com Joana, irmã de Carlos VIII, e que foi decretada por Alexandre VI, a fim de que o rei pudesse desposar Ana de Bretanha, viúva do mesmo Carlos VIII.

— O chapéu cardinalício que Alexandre enviou a Georges d'Amboise, arcebispo de Rouen, por seu filho César, juntamente com a bula que anulava o casamento de Luís com Joana (o rei da França, em retribuição, concedeu a César Bórgia o título de duque de Valentinois, e vem daí o ter-se ele tornado popularmente conhecido por Valentino).

32 Maquiavel falou com o cardeal quando da sua primeira missão na corte francesa, em 1500.

33 Alexandre (356-323 a.C.), rei da Macedônia, conquistou a Ásia de 334 a 327 a.C., dividindo-a em onze reinos, governados por seus generais.

34 Do turco *sandjak* (estandarte): divisões administrativas turcas, abolidas em nossos dias (1921).

35 Exerciam governo próprio, como os dos Estados da Bretanha, Borgonha, Flandres, etc. Só no século XVII o poder do rei da França se exercerá de forma completa.

36 Dario III da Pérsia, que reinou de 337 a 330 a.C.

37 As questões surgidas depois da morte de Alexandre Magno entre os seus generais.

38 Maquiavel diz aqui "França" em vez de "Gália". Faz isso com freqüência, da mesma forma que, em muitos passos de sua obra, diz "toscanos" em vez de "etruscos".

39 O rei do Epiro, que se assenhoreou da Sicília e da Itália meridional de 280 a 276 a.C.

40 Depois da Guerra do Peloponeso, finda com a vitória dos espartanos, em 404 a.C., estes estabeleceram em Atenas e Tebas governos oligárquicos, que foram derrubados naquela pelos manejos de Trásibulo e nesta pelos de Pelópidas e Epaminondas. Os espartanos retornaram a Esparta em 378 a.C.

41 Cartago foi destruída em 146 a.C.; Numância, em 133 a.C. Cápuia, porém, não o foi, limitando-se os romanos a dominá-la com poder absoluto.

42 Dominada pelos florentinos em 1405, rebelou-se em 1494, no mesmo ano em que Carlos VIII da França invadia a Itália. Mas foi de novo dominada quinze anos depois, em 1509.

43 Os medas dominaram a Ásia nos séculos VII e VI a.C. Quando Ciro, que foi o fundador do império persa, os atacou, encontrou-os amolecidos por uma longa vida pacífica.

44 Frei Girolamo Savonarola (1452-1498), profeta desarmado que organizou democraticamente a nova república de Florença quando da expulsão dos Medici. Foi enforcado, sendo depois seu corpo queimado.

45 Hierão, tirano de Siracusa de 269 a 215 a.C.

46 "Que para reinar nada lhe faltava senão o reino." Esta citação é tirada do resumo que Justino fez das *Historiae Phillipicae* de Pompeu Trago, obra que se perdeu.

47 Quanto a Francesco Sforza, veja nota 2. — César Bórgia (1467-1507), filho de Alexandre VI. Grandemente admirado por Maquiavel, que nele vê o príncipe cujas ações devem ser imitadas (veja a sua expressa declaração no fim deste capítulo).

48 Tropas mercenárias das casas Orsini e Colonna.

49 Aldeia da região do Perugino. A assembléia realizou-se em 1502.

50 Paolo Orsini (Maquiavel escreve "Paulo" e, na *Descrizione* a que aludimos na nota seguinte, "Pagolo").

51 Paolo e mais o cardeal Orsini, o duque de Gravina e Frangiotto eram os membros da família Orsini que faziam parte da liga contra o duque Valentino. O cardeal foi envenenado no Castelo Santo Ângelo, por ordem do papa; Paolo e o duque de Gravina foram estrangulados em Sinigaglia por ordem de César Bórgia, a exemplo do que aconteceu com Vitellozzo Vitelli e Oliverotto de Fermo. Maquiavel narra este acontecimento na sua *Descrizione del modo tenuto dal duca Valentino nello amazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo e il duca Gravina Orsini*.

52 Foi mordomo de César Bórgia, depois seu lugar-tenente geral na Romanha (1501).

53 César Bórgia alegou o fato de Remirro apropriar-se de víveres das tropas e de ter-se conluiado com os que haviam participado da assembléia de Magione.

54 Durante este assédio a sorte das armas era mais favorável aos espanhóis que aos franceses. Alexandre VI iniciou negociações com os espanhóis para a formação de uma liga contra os franceses; mas a morte interrompeu-lhe os planos.

55 O sucessor imediato de Alexandre VI foi Pio III (Francesco Todeschini Piccolomini), mas morreu sem ter assumido o pontificado. Foi então eleito Júlio II.

56 O cardeal deste título (Giuliano della Rovere), que o tirou da igreja romana de San Pietro in Vincoli. Foi eleito papa com o nome de Júlio II (veja nota anterior).

57 O cardeal Giovanni Colonna.

58 O cardeal do título de São Jorge: Raffaele Riario.

59 O cardeal Ascanio Sforza.

60 O arcebispo de Rouen — depois cardeal — Georges d'Amboise (veja notas 31 e 32).

61 Morto Alexandre VI, César Bórgia procura o apoio dos franceses, que não obtém. Rebelam-se contra ele as cidades que conquistara. Os Orsini, os Colonna e Gonzalo Fernández de Córdoba, comandante das forças espanholas, aliam-se contra ele. O papa Júlio II lhe é hostil, e o duque é virtualmente seu prisioneiro no Castelo Santo Ângelo. É conduzido à Espanha, evade-se e vai para a França, onde combate contra Castela a serviço de D'Albret, rei de Navarra, seu cunhado, vindo a morrer diante do castelo de Viana.

62 Agátocles (361-289 a.C.) tornou-se tirano de Siracusa, colônia grega, em 317 a.C.

63 Filho de Giscon, morreu em 309 a.C. Não se confunda com Amílcar Barca.

64 Oliverotto Euffreducci, que se apoderou de Fermo em 1502, foi, a 31 de dezembro desse ano, estrangulado por ordem de César Bórgia em Sinigaglia (veja capítulo VII e nota 51).

65 Foi morto pelos florentinos em 1499, como traidor. Comandava as forças de Florença contra Pisa.

66 Veja nota 51.

67 Tirano de Esparta de 206 a 192 a.C.

68 Foi chefe popular em Florença. Acabou decapitado.

69 Veja o pequeno trabalho de Maquiavel *Ritratto delle cose della Magna*.

70 Carlos VIII, que invadiu a Itália em 1494 (veja nota 13).

71 Francesco della Rovere (1414-1484), filho de um pescador. Eleito em 1471, tomou o nome de Xisto IV. A Capela Sistina foi assim chamada por ele. É o papa do famoso retrato de Ticiano.

72 Júlio II.

73 Em 1506.

74 Em 1508, com a Liga de Cambrai.

75 Em 1511, com a Liga Santa.

76 Giovanni de Medici (1475-1521), eleito papa em 1513, tomou o nome de Leão X. Era pontífice no momento em que Maquiavel escrevia *O príncipe*.

77 Fala Maquiavel a respeito destas armas em *Dell'arte della guerra*, livro I e *passim*.

78 Expressão atribuída a Alexandre VI, significando que a ação invasora de Carlos VIII se limitara à demarcação a giz dos locais de acampamento do seu exército.

79 Alusão às palavras de Savonarola no sermão de 1.º de novembro de 1494, quando Carlos VIII se aproximava de Florença: "Os teus crimes, pois, ó Itália, ó Roma, ó Florença, a tua impiedade, as tuas fornicações, a tua usura, as tuas crueldades, os teus crimes fazem com que nos venham estas atribulações!"

80 C. Ferrari, em nota à sua tradução de *O príncipe* para o francês (Paris, Librairie de la Bibliothèque Nationale, 1890), diz que "*Péditation du Blado dit très libéraux* (os suíços), *ce qui nous prouve que Machiavel connaissait déjà la différence existant entre un peuple libre et un peuple ayant des institutions libérales*".

81 Tomou Tebas em 346 a.C.

82 Filippo Maria Visconti, morto em 1447.

83 Em 1448.

84 Muzio Attendolo Sforza, famoso *condottiere*.

85 John Hawkwood, inglês que começou a vida como alfaiate em Londres e acabou capitão de mercenários a serviço dos Visconti e depois de Florença, onde morreu em 1394.

86 Braccio di Montone (Andrea Fortebracci) (1368-1424).

87 Executado pelos florentinos por crime de traição (veja nota 65).

88 Francesco Bussone, conde de Carmagnola (1390-1432). Do serviço do duque de Milão passou ao dos venezianos, para os quais venceu a batalha de Maclodio em 1428. (É protagonista da tragédia de Manzoni *Il conte di Carmagnola*.)

89 Bartolomeo Colleoni (1400-1476), de Bérghamo.

90 (1418-1487.) Comandante das forças de Veneza contra Ferrara e das do papado contra Nápoles.

91 Niccolò Orsini (1442-1510), comandante das forças de Veneza, derrotado em Vailà (Agnadello).

92 A aldeia de Vailate. A batalha é mais comumente chamada de Agnadello, nome de uma aldeia vizinha.

93 Alberigo de Barbiano (1344-1409), conde de Conio, condestável do reino de Nápoles e comandante da Companhia de São Jorge.

94 Carlos VIII, Luís XII, Fernando, o Católico, e os mercenários suíços que em Novara (1500) e Ravenna (1512) venceram as companhias mercenárias italianas.

95 Em 1510 Fernando, o Católico, forneceu a Júlio II tropas comandadas por Raimundo de Córdoba, vice-rei de Nápoles.

96 Os franceses, na batalha de Ravenna (1512), foram felizes a princípio. Logo, porém, perderam seu comandante, Gaston de Foix, e foram derrotados pelos suíços, mercenários de Júlio II.

97 Luís XII forneceu a Florença cerca de oito mil homens para o ataque a Pisa (1500). Em razão de suas funções oficiais, Maquiavel teve contato com essas tropas. A *Signoria* de Florença achou-as perigosas, pela sua arrogância, e devolveu-as à França.

98 João Cantacuzeno, pretendente ao trono de Bizâncio, solicitou ajuda ao sultão dos turcos contra o Paleólogo, começando daí a ingerência deste nos interesses do império.

99 Esta passagem está no Primeiro Livro de Samuel, XVII, 38-40: "E Saul vestiu a Davi dos seus vestidos, e pôs-lhe sobre a cabeça um capacete de bronze: e o vestiu de *uma* couraça. / E Davi cingiu a espada sobre os seus vestidos e começou a andar; porém nunca o havia experimentado: então disse Davi a Saul: 'Não posso andar com isto, pois nunca o experimentei'. E Davi tirou aquilo de sobre si. / E tomou o seu cajado na mão, e escolheu para si cinco seixos do ribeiro, e pô-los no alforje de pastor, que trazia, a saber, no surrão, e lançou mão da sua funda: e foi-se chegando ao filisteu". (Da tradução portuguesa do padre João Ferreira de Almeida.)

100 Carlos VII (1422-1461) pôs fim, em 1452, à Guerra dos Cem Anos, libertando a França dos ingleses (da campanha participou Joana d'Arc).

101 Luís XI (1423-1483), iniciador da unidade nacional francesa.

102 No capítulo III.

103 "Que não há nada tão frágil nem tão instável quanto a fama do poder que não se apóia nos seus próprios fundamentos." Maquiavel refere-se a uma passagem de Tácito nos *Anais*, XIII, 19, que entretanto está assim, apresentando ligeira diferença da transcrição feita: *Nihil mortalium tam instabile ac fluxum est quam fama potentiae non sua vi nixae*.

104 César Bórgia, Hierão Siracusano, Carlos VII e Davi.

105 Deve entender-se "sucessores".

106 Filopemen (253-183 a.C.), o *último grego*, como o chamou Plutarco, foi o chefe da Liga Aquéia.

107 Luís XII.

108 Fernando, o Católico.

109 Florença ocupou Pistóia depois de uma série de motins na cidade, ocorridos em 1501 e 1502, provocados pelas lutas entre as facções dos Panciatici e dos Cancelliere, que o governo florentino fomentava.

110 "As circunstâncias duras, e o fato de ser recente a minha realeza, constangem-me ao rigor e à fortificação das fronteiras." *Eneida*, I, 563-4.

111 Cipião, o Africano (Publius Cornelius Scipio), que venceu Aníbal em Zama, em 202 a.C. Com essa vitória os romanos aniquilaram definitivamente os cartagineses. Maquiavel narra a rebelião contra Cipião nos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, livro III, capítulo XXI.

112 O *Cunctator*. Em 217 a.C. molestou o exército de Aníbal com a tática do flanqueio, sem busca de combate aberto.

113 De Locri, colônia grega na Itália meridional, devastada pelo propretor Quinto Plemínio.

114 Referência a Fernando, o Católico.

115 Foi morto em 24 de junho de 1445 pelos Canneschi, família da qual era chefe Battista Canneschi. Maquiavel narra, nas *Istorie fiorentine*, livro VI, capítulo IX, a morte de ambos.

116 Nas *Istorie fiorentine*, livro VI, capítulo X, diz entretanto Maquiavel que Giovanni tinha seis anos de idade quando o pai foi morto.

117 Chamava-se Santi e era filho de Ercole Bentivoglio, primo de Annibale, e de uma jovem de Poppi. Seu pai putativo era Antonio de Cascese.

118 Sobre o Parlamento francês, instituído em 1254 por Luís XI, diz Maquiavel no livro III, capítulo I, dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*: “[...] reino que [o da França] vive obediente às leis e à ordem mais que outro qualquer [...] das quais são mantenedores os Parlamientos, principalmente o de Paris”.

119 Marcus Aurelius Antoninus (121-180).

120 Julius Verus Maximinus (173-228).

121 Marcus Aurelius Antoninus; Pertinax Publius Elvius, que foi morto depois de oitenta e sete dias de governo, em 193; Marcus Aurelius Alexander Severus (208-235), morto numa revolta militar.

122 Commodus Marcus Aurelius (161-192), filho de Marco Aurélio; Septimius Severus (146-211); Antoninus Caracalla (Marcus Aurelius Severus Antoninus, cognominado Caracala) (186-217); Julius Verus Maximinus (veja nota 120).

123 Marcus Didius Julianus (133-199) foi imperador durante sessenta e seis dias.

124 Chamado O Justo; foi morto em 193 ou 194.

125 Decius Claudius Septimius Albinus; foi morto em 197.

126 Refere-se a Caracala. De sua morte fala Maquiavel nos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, livro III, capítulo VI.

127 Varius Avitus Bassianus, cognominado Heliogábalo (204-222); Macrinus foi morto em 218; Juliano é o já citado Marcus Didius (veja nota 123).

128 O sultão do Egito.

129 Nos tempos anteriores a Lorenzo, o Magnífico, e principalmente nos seus.

130 Pandolfo Petrucci (1452-1512), senhor de Siena. Foi dos mais encarniçados adversários de César Bórgia e um dos do grupo da assembléia de Magione, escapando, porém, aos estrangulamentos de Sinigaglia.

131 Pai de Paolo e Vitellozzo (veja capítulo VII) — aquele executado pelos florentinos por crime de traição, este mandado estrangular por César Bórgia em Sinigaglia. Depois da morte do papa Xisto IV (1482), que o expulsara de Città di Castello, Niccolò Vitelli reconquistou-a e destruiu as duas fortalezas que o pontífice mandara construir.

132 Guido Ubaldo (1472-1508), filho de Federico de Montefeltro, reconquistou o domínio em 1502.

133 (Veja o capítulo XIX.) Retornaram em 1511. Veja, ainda, os *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, livro II, capítulo XXIV.

134 Caterina Sforza, condessa de Forlì, casada com Girolamo Riario, senhor de Forlì, morto em 1488, em consequência de uma conspiração. Caterina ludibriou os conspiradores e reuniu-se aos seus soldados no Castelo de Forlì, ali resistindo até a chegada do socorro enviado pelo duque de Milão (veja o capítulo III e, também, os *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, livro III, capítulo VI).

135 Fernando, o Católico, arrebatou aos mouros o reino de Granada em 1492, depois de dez anos de guerra.

136 Temiam os barões que o poder de Fernando fosse ameaçar a sua independência, especialmente depois que o seu casamento com Isabel reuniu os reinos de Aragão e Castela.

137 Para obter esse dinheiro, deu Fernando a esta sua empresa o caráter de uma cruzada.

138 Com esta designação ultrajante eram designados tanto os mulçumanos e os judeus convertidos ao cristianismo quanto os seus descendentes. Os marranos foram expulsos em 1501-1502.

139 Ocupou as costas do norte da África de Orã a Trípoli, terminando a conquista em 1509.

140 Quanto à conquista do reino de Nápoles veja os capítulos I e III.

141 Campanha de Navarra, em 1512.

142 Sobrinho de Galeazzo I, Luchino e Giovanni Visconti, dividiu, com a morte deste último, o poder herdado sobre Milão e a Lombardia com seus irmãos Matteo II e Galeazzo II. Em 1385 foi atraído e preso por Gian Galeazzo, seu sobrinho e genro, que o mandou envenenar.

143 Veja capítulo III.

144 “Nada é mais contrário aos vossos interesses do que, como vos dizem, deixardes de intervir na guerra, pois que, sem mercê e sem dignidade, sereis presa do vencedor”: Tito Lívio, *História romana* ou *Ab urbe condita libri*, XXXV, 49. Essa passagem lê-se entretanto hoje assim: *Nam quod optimum esse dicunt, non interponi vos bello, nihil immo tam alienum rebus vestris est: quippe sine gratia, sine dignitate praemium victoris eritis*.

145 Veja o capítulo III.

146 Florença não esteve nem com a Liga Santa nem com Luís XII. (Em nota a *Il principe, le operette storiche e politiche*, Arnoldo Mondadori Editore, 1950, diz Francesco Flora acerca desta passagem: “Aqui Maquiavel é um pouco evasivo: Júlio II e os aliados da Liga Santa aproveitaram a circunstância dessa neutralidade florentina para auxiliar o retorno dos Medici”.)

147 Antonio Giordano, de Venafro, no Molise. Nasceu em 1459. Jurista.

148 Padre Luca Rainaldi, embaixador de Maximiliano da Áustria.

149 Os outros: Frederico de Aragão e Ludovico, o Mouro (veja capítulo III).

150 Filipe V da Macedônia (221-178 a.C.) foi vencido pelo cônsul romano Titus Quintius Flamininus († 170 a.C.) em 197 a.C., em Cinocéfalo, na Tessália.

151 O da Macedônia.

152 Acerca de Bentivoglio veja o capítulo XIX.

153 Alusão a César Bórgia.

154 Alusão aos saques e confiscos praticados pelos franceses.

155 Dos Medici.

156 “Justa seguramente é a guerra quando necessária e piedosas são as armas quando a esperança só nelas respousa.” — Tito Lívio, *História romana* ou *Ab urbe condita libri*, IX, 1. Hoje lê-se assim: *Justum est bellum quibus necessarium, et pia arma quibus nulla nisi in armis requiritur spes*.

157 Para referir-se aos acontecimentos contemporâneos ao preparo de *O príncipe* (o retorno dos Medici a Florença, a eleição do papa Leão X — cardeal Giovanni de Medici), Maquiavel vale-se desta alegoria, na qual entram elementos prodigiosos do caminhar dos hebreus em direção à Terra Prometida, a saber: a travessia do mar Vermelho, a coluna de nuvens na qual caminhava o Senhor a guiar o Êxodo, a rocha de Horeb tocada pela vara de Moisés, o maná caído em forma de orvalho.

158 A batalha indecisa de Fornovo, junto ao rio Taro, em 6 de julho de 1495, na qual, contra a Liga de Veneza, Carlos VIII forçou sua passagem, embora com grandes perdas (não obstante, retornou à França). — Alexandria em 1499, Cápua em 1501, Gênova em 1507 e Bolonha em 1511 cederam aos franceses. — Batalha de Vailà (Vailate) ou Agnadello, na qual, em 1509, os venezianos fo-

ram derrotados pelos franceses. — Mestre, em 1513, caiu diante dos espanhóis comandados por Raimundo de Córdoba.

159 Veja, de Maquiavel, *Dell'arte della guerra*, livro II.

160 Em abril de 1512 (veja capítulo III).

161 “A virtude tomará armas contra o furor, e o combate será curto, pois o valor antigo ainda não morreu nos corações italianos”: versos 93-96 da canção “*Italia mia, ben ch’l parlar sia indarno*”, nas *Rime sparse*, de Francesco Petrarca.